# ROGÉRIO SANTOS DAFLON GOMES

## RIBEIRINHOS URBANOS: UMA VIDA À MARGEM DO DIREITO À MORADIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Luciana Corrêa do Lago

## **ROGÉRIO SANTOS DAFLON GOMES**

## RIBEIRINHOS URBANOS: UMA VIDA À MARGEM DO DIREITO À MORADIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Luciana Corrêa do Lago

Aprovado em:
BANCA EXAMINADORA
Prof <sup>a</sup> . Dra. Luciana Corrêa do Lago Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR (UFRJ)
Prof <sup>a</sup> . Dra. Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto Programa de Pós-graduação em Urbanismo - PROURB –FAU (UFRJ)
Prof.Dr. Adauto Lucio Cardoso Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR (UFRJ)

# CIP - Catalogação na Publicação

Gomes, Rogério Santos Daflon

Ribeirinhos urbanos : uma vida à margem do direito à moradia / Rogério Santos Daflon Gomes. --Rio de Janeiro, 2017.

107 f.

Orientadora: Luciana Corrêa do Lago. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

Áreas ribeirinhas - Rio de Janeiro (RJ). 2.
 População ribeirinha. 3. Direito à moradia. 4. Áreas de proteção permanente. 5. Regularização fundiária.
 Lago, Luciana Corrêa do , orient. II. Título.

G633r

#### **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de começar os agradecimentos pelos meus filhos, Beatriz e Felipe. Certo dia, pensei sobre por que fiz mestrado com uma idade bem maior que a média da minha jovem turma e paralelamente aos meus trabalhos para ganhar a vida. É claro que minha decisão tem a ver com minha própria vontade de expandir meus horizontes, o que sempre qualifica o ofício de jornalista. Mas o desejo de trocar ideias sobre como lidar com as exigências do mundo acadêmico com os netos de Alberto e Lia sempre me deu força para prosseguir. Bia e Felipe, vocês dois são a minha eterna inspiração. A criação de filhos e as atividades profissionais, por sinal, são um fator a dificultar o difícil dia a dia acadêmico. Assim, sem o apoio de minha orientadora, a professora Luciana Corrêa do Lago, eu não chegaria até aqui, dada a quantidade de intempéries durante essa trajetória. Luciana, portanto, iluminou esse caminho. A professora Ana Lúcia Britto e o professor Adauto Lucio Cardoso, integrantes da banca, com sua rigidez acadêmica e brilhantismo, deram conselhos que transcendem esta dissertação. Eles servirão não só à minha vida acadêmica como também à profissional e pessoal. Aos dois, também, meu eterno agradecimento.

Aos meus entrevistados aqui, Aércio Barbosa de Oliveira Alexandre Pessoa, Claudio Stner, Cristiano Santos Gregório, Daiane Diniz Daniela Aduan, Daniela Rodrigues, Edesio Fernandes, Edgard Anderson Viana, Flavia Cristiane Diniz, Jane Maria da Silva, José Leonídio de Souza Santos, Luiz Carlos Toledo, Manoel Cavalcanti, Maria Amélia Vilanova Ruth Julberg, Maria Amélia Vilanova, Vanda Abreu, Valquiria Abreu, meu muito obrigado pela acolhida.

A interlocução com pesquisadoras e pesquisadores também foi fundamental a este trabalho. A Ana Carolina Antão, Ana Carolina Canegal, Francicleo Castro Ramos, Maria Lúcia Daflon, Marcelo Burgos, Mariana Cavalcanti, Mila Lo Bianco, meu muito obrigado também.

Todos os professores do Ippur também merecem todo o meu apreço, por abrirem portas importantes à minha pesquisa.

Por fim, gostaria de citar nominalmente todos os colegas de minha turma de mestrado. Daniel Oblitas, Daniel Souza, Eliza Barbosa, Gabriel Zelesco, Janaina Wu, Juliana Araújo, Juliana Hereda, Larissa Lacerda, Laura Rêdes, Leandro Conti, Lucas Faulhaber, Maria Kalil, Marina Drehmer, Marta Kummer, Pedro Marafelli,

Tarcila Queiroz, Thaiane Barbosa, Thiago Pinho, Túlio Heckmaier, Victor Autran, Victor Barbosa.

Não tenho provas, mas tenho convicção de que se trata da melhor turma de todos os tempos do Ippur.

O poder de apropriação de renda é uma relação de classe e temos de entendê-lo assim, se quisermos compreender como emergem as diferenciações de residências dentro das cidades e até que ponto tal fenômeno é o resultado de escolhas forçadas ou livres.

David Harvey, 1982

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.

Carolina Maria de Jesus, 1986

#### **RESUMO**

Esta dissertação tem como propósito expor o modo de vida da população ribeirinha urbana na cidade do Rio de Janeiro, utilizando como estudo de caso uma favela que foi destruída em 2008 e 2009: Mandela de Pedra. Em seu lugar, no bairro de Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro, um imenso vazio à espera de uma via expressa anunciada pelo poder público. Uma observação empírica sobre a situação habitacional de algumas das cerca de 300 famílias que moravam em Mandela de Pedra expõe algo central neste estudo: seu remanejamento não significou o direito à moradia assegurado. Localidades à beira-rio vizinhas à Mandela de Pedra também serão retratadas, sobretudo em relação à pouca perspectiva de regularização fundiária das casas dos moradores dali e à questão de se viver em área de risco. Daí vem o objeto dessa dissertação: os ribeirinhos urbanos são os mais despossuídos dos despossuídos, existindo a possibilidade de tal circunstância se repetir em boa parte das populações ribeirinhas urbanas das metrópoles brasileiras. Como as beiras de rios são áreas de proteção permanente (APP), este trabalho intenta também mostrar como se entrelaçam na legislação brasileira as questões ambiental e habitacional. Outro enfoque aqui abordado é como a política pública implementada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de favelas, do governo federal, influenciou a vida dos beira-rios de Manguinhos.

**Palavras-chave:** Áreas ribeirinhas – Rio de Janeiro (RJ). População ribeirinha. Direito à moradia. Áreas de proteção permanente. Regularização fundiária.

#### **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to show the way of life of the riverside urban population in Rio de Janeiro, taking as a case study the favela Mandela de Pedra, removed between 2008 and 2009 from its original area. In its place, in Manguinhos, North of Rio de Janeiro, a big empty space waits for a highway, as announced by the government. An empirical observation of the housing situation of a few families, from more or less 300 families that used to live in Mandela de Pedra, highlights a central aspect of this study: reallocation did not guarantee of the right of housing. Other riverside localities next to Mandela de Pedra will also be portrayed, especially in relation to the distant perspective of title regularization of the houses in this area, and to the fact that these people live in a risk area, what makes this riverside urban population into the poorest among the poor and suggests that there is a possibility that this circumstance is repeated with other riverside urban populations in the Brazilian metropoles. As river banks are permanent conservation areas (APP, in Brazilian initials), this study also aims to show how entangled environmental and housing issues are in the Brazilian legislation. Another point of view to be considered here refers to the way public policies implemented with the Growth Acceleration Programme (PAC, in Brazilian initials) by the federal government in favelas has influenced the life of the Manguinhos riverside populations.

**Keywords:** Riverside areas. Riverside populations. Right of housing. Permanent conservation areas. Land title regularization.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localidade de São João de Meriti, à beira do Rio Iguaçu	12
Figura 2 –	Casa a um passo do Canal do Anil em Jacarepaguá	13
Figura 3 –	Crianças brincando no Canal do Anil	14
Figura 4 –	A mudança do IBGE em relação aos aglomerados subnormais	25
Figura 5 –	Localidade de Varginha, em Manguinhos, em forma de triângulo	27
Figura 6 –	Talvegue na Rocinha	28
Figura 7 –	Cano de esgoto no curso d'água	29
Figura 8 –	Localidade de São João de Meriti, a beira do Rio Iguaçu	31
Figura 9 –	Casas na Rocinha: pouca ventilação e luz do sol	34
Figura 10 –	Prédios com estética de classe média em Rio das Pedras	35
Figura 11 –	Página de <i>O Globo</i> : "As cores da desigualdade nas favelas	37
	pacificadas", sobre a desigualdade em favelas	
Figura 12 –	Um luxuoso elevador e a favela	48
Figura 13 –	A Rambla de Manguinhos no traço de Jauregui	53
Figura 14 –	A atual realidade da "Rambla de Manguinhos"	54
Figura 15 –	Os cursos d´água em Manguinhos	66
Figura 16 –	Mandela de Pedra às vésperas da erradicação	71
Figura 17 –	Favela Mandela I: poluição e lixo à beira das casas	72
Figura 18 –	Parque João Goulart	84

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 –	O Rio de Janeiro à beira de cursos d'água	26
Tabela 2 –	Detalhamento do Código Florestal Sobre a Margem de	42
	Córregos, Rio ou Lago/Lagoas	

#### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Proteção Permanente

ASFOC – Associação de Servidores da Fundação Oswaldo Cruz

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional de Habitação

CCPL – Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.

CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro

CHISAN – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana

CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas

ECT - Correios e Telégrafos

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FIOCRUZ – Fundação Instituto Oswaldo Cruz

FMP – Faixa Marginal de Proteção

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

IPP – Instituto Pereira Passos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDU – Plano de Desenvolvimento Urbano

PROFACE – Programa de Favelas da Cedae

RA – Região Administrativa

RM – Região Metropolitana

SERFHA – Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

UPA – Unidade de Pronto Atendimento 24 horas

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS CLASSIFICAÇÕES DO IBGE E A INVISIBILIDADE RIBEIRINHA	24
3 O PAC E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A POPULAÇÃO RIBEIRINHA	46
4 A VOZ DE QUEM VIVE À BEIRA RIO	71
5 CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	93
ANEXO	106

### 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve origem em meio a uma atividade jornalística fundamental para que se identificasse, mais tarde, um dos objetivos deste estudo: entender os fatores responsáveis pela conformação das populações à beira-rio no espaço urbano enquanto os mais despossuídos dos despossuídos, em termos de acesso ao direito à moradia. Em meados de 2012, como jornalista de *O Globo*, ouvi relatos em comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro com populações ribeirinhas no espaço urbano retratados em uma série de reportagens sobre recursos hídricos. Se à época causou surpresa entre os dois repórteres envolvidos na série em relação àquela maneira de morar, pode-se imaginar um número grande de pessoas da cidade do Rio de Janeiro que não tem a remota ideia sobre como as pessoas ficam em casa em um dia de chuva forte, quando se está à beira de um rio extremamente poluído sob ameaça de inundações.

A foto abaixo é da referida reportagem na qual o lixo e o Rio Iguaçu compõem o cenário da Favela de São Marco, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Para a faxineira Janaína da Silva, o rio era então sinônimo de violência. Mãe de sete filhos pequenos, sem opções de lazer, quando fazia muito calor é que surgia uma de suas maiores preocupações: as crianças pulando no rio. "Fico desesperada, porque, além de ser um rio muito sujo, costumo ver corpos levados pela correnteza" (GALDO; DAFLON, 2012).



Fonte: Jornal O Globo, 24 de agosto de 2012. Foto de Pablo Jacob

Na localidade Nova Jerusalém, em Duque de Caxias, o texto jornalístico

também expõe a violência do tráfico de drogas. Uma mulher que não quis se identificar resolveu cimentar a janela de sua casa que dava para o rio Sarapuí, a fim de não ver mais a cena que tanto dano psicológico lhe trouxera: a de corpos agonizando sendo conduzidos pela correnteza: "Estava traumatizada de ver tantos corpos boiando no rio. Até pessoas ainda vivas, agonizando, já vi passar". (GALDO; DAFLON, 2012).

Eu estava acompanhado de um fotógrafo e de uma jornalista que filmava o depoimento. De repente, uma outra mulher, de fora da casa, exige aos gritos que todos ali saíssem da residência da senhora imediatamente. Traficantes armados estavam à espera em frente à casa da senhora traumatizada. A equipe de reportagem deixou Nova Jerusalém escoltada.

Para a mesma série de reportagem, a equipe de reportagem foi ao Canal do Anil, em Jacarepaguá, onde deparou com uma casa à qual teve acesso de barco.



Fonte: Foto de Custódio Coimbra. Arquivo pessoal

A situação daquela casa foi descrita da seguinte forma na reportagem:

No Canal do Anil, poucos centímetros separam o piso do lar do

quitandeiro Moisés Vieira da putrefata água do rio. No meio da casa, um corredor se abre para o canal, bem perto de onde canos despejam mais esgoto no rio. A família inteira mora numa espécie de sobrado de madeira, com dois andares que desafiam a lógica da engenharia. (GALDO; DAFLON, 2012).

O fotógrafo Custódio Coimbra, no mesmo Canal do Anil, fez o seguinte registro:



Fonte: Foto de Custódio Coimbra. Arquivo pessoal

A matéria jornalística, por fim, chega às comunidades à beira dos rios Jacaré, Faria-Timbó e do Canal do Cunha, no bairro de Manguinhos. Na favela Mandela I, Carmem Lúcia Mendonça descreve um dia a dia de precariedade:

Minha casa é invadida por ratazanas imensas, lacraias, aranhas e mosquito. Minha filha vai me dar uma neta. Eu queria sair daqui antes de ela nascer. Mas não vejo como. Os políticos me prometeram casa. Faz cinco anos. Até agora, nada. (GALDO; DAFLON, 2012).

No bairro de Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro esses três cursos d'água demarcam o trabalho de campo para a pesquisa. A vida desses corpos hídricos é meu objeto de estudo. A pobreza vista ali à beira do Canal do Cunha e nos outros lugares ilustrados acima levou a equipe de reportagem a entrevistar, à época, o professor Adauto Lucio Cardoso para a série de matérias. "Na beira dos rios, encontramos famílias com condições de renda mais precárias, pouca escolaridade e mais desestruturadas" (CARDOSO, 2012 apud GALDO; DAFLON, 2012), disse ele ao jornal.

Um fragmento de texto, também de Cardoso (2006), expõe alguns dos motivos sobre por que isso ocorre com as famílias à beira rio.

A RM (Região Metropolitana) de Belém tem como característica a existência de um amplo território com áreas alagáveis. Em seu processo histórico de urbanização, a região seca da cidade, ou seja, aquela em cota mais elevada, foi ocupada pela população de maior renda, através da atuação do capital imobiliário, seja na produção de loteamentos, seja na produção de edificações residenciais ou comerciais. Para a população mais pobre restou a ocupação das áreas de "baixada", ou seja, das regiões em cotas mais baixas, consequentemente inundáveis. Como estratégia de enfrentamento do problema, a população adotou a solução construtiva da palafita, comum na tradição amazônica entre a população ribeirinha. No entanto, a situação sanitária dessas moradias, em áreas de maior densidade, revelou-se como de extrema precariedade. Também a cidade do Recife revela uma situação similar, com os grupos de maior renda ocupando as áreas secas e os pobres ocupando as áreas alagáveis. (CARDOSO, 2006, p. 84).

Quando se fala em população ribeirinha, há um imaginário que nos transporta à beira de grandes cursos d'água na Região Norte do país. Mas o texto acima aponta para o que vai se chamar aqui de ribeirinhos urbanos. A questão que se vai abordar é a da fragilidade deles diante das reconfigurações do ambiente construído, já que o trabalho de campo neste estudo se refere a populações ribeirinhas que conviveram com uma política pública em grande escala: a do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, com a maioria dos recursos vindo do governo federal, mas em parceria com

o governo do Estado e a prefeitura<sup>1</sup>.

A definição de ambiente construído do geógrafo britânico David Harvey (1982) é fundamental para enquadrar os objetivos do estudo. Para ele, a expressão se refere a elementos de capital fixo, utilizados na produção (fábricas, rodovias, ferrovias), e em elementos de fundo de consumo, utilizados no consumo (casas, ruas, parques, passeios) (HARVEY, 1982, p.07). Alguns elementos do ambiente construído têm forma híbrida nesse sentido, como a rodovia que serve ao passeio e ao capital ao mesmo tempo. O intento aqui é mostrar como fica a correlação de forças para essa população ribeirinha diante de conflitos socioespaciais em um determinado ambiente construído, no caso o espaço delimitado pelo PAC de Manguinhos.

Em Manguinhos, o poder público entrou na disputa pelo espaço e, citando novamente Harvey, junto com "uma facção do capital procurando juros e lucros através da construção de novos elementos no meio construído (os interesses da construção)" (HARVEY, 1982, p.07). Outro ator importante nessa correlação de força é o crime organizado. Os moradores e suas diferentes localizações completam esse quadro de enfrentamento, apesar dos esforços do poder público para manter as aparências. O estudo de caso desta dissertação serve ainda para expor esses conflitos de forma mais explícita.

Trata-se da Favela Mandela de Pedra, em Manguinhos, que surgiu nos anos 1990 à beira do Canal do Cunha e foi totalmente erradicada em 2010, no contexto do PAC. O terreno pertence à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e sua ocupação percorreu o Canal do Cunha, chegando aos conjuntos habitacionais Samora Machel e Nelson Mandela, beirando, nesse ponto, o Rio Faria-Timbó. As moradias ali eram de madeira, chapas metálicas e alvenaria. A rua principal era chamada de Avenida Atlântica, uma irônica referência à principal via de Copacabana (TRINDADE, 2012, p.65-68). Com a implementação do PAC, ocorreu a remoção de, primeiramente, cerca 300 famílias, no trajeto onde se passaria uma via. De acordo com Granja (2008), havia pelo menos outras 300 famílias em 2008, que não ocupavam aquele trajeto. Atualmente, não há casas na área onde a favela estava

Obviamente, esse é um caso especial, já que as áreas ocupadas pelas populações ribeirinhas são muitas vezes abandonadas e sem qualquer ação do poder público sobre elas. Na região metropolitana do Rio, sabe-se de um caso de retirada de famílias de áreas alagadiças: o Projeto Iguaçu, na Baixada Fluminense, que faz parte também do PAC, cuja proposta foi a de retenção das cheias, desassoreamento e urbanização das margens além dos reassentamentos.

instalada.

Como já anunciado, o trabalho de campo foi realizado em localidades ribeirinhas dos rios Jacaré e Faria Timbó e Canal do Cunha, além de ter sido feito com os ex-moradores de Mandela de Pedra, encontrados em outra favela conhecida como Terreninho, mais distante apenas 30 metros das margens do Canal do Cunha. Foram realizadas entrevistas com moradores e pesquisadores que atuam ou atuaram na região. Para tanto, uma moradora foi fundamental. Trata-se de Jane da Silva, uma das pessoas de Mandela de Pedra que obteve o direito de morar em um dos conjuntos habitacionais do PAC. Ao ser informada sobre o teor da dissertação, Jane levantou-se do sofá de sua sala, onde estava sendo entrevistada, e levou este pesquisador justamente ao Terreninho, onde se encontravam famílias que residiam em Mandela de Pedra. Ali, pôde-se fazer uma comparação das atuais condições de moradia dessas pessoas em relação às de Mandela de Pedra.

As entrevistas realizadas foram estruturadas a partir de perguntas acerca do processo de remoção e das condições da vida à beira rio direcionadas a dez moradores de Mandela de Pedra e de comunidades vizinhas. As entrevistas foram direcionadas levando-se em conta questões como se a vida melhorou após um remanejamento pelo poder público, se os moradores de Mandela de Pedra encontrados durante a pesquisa preferiam permanecer onde estavam anteriormente a onde estão agora e se eles conseguiam de alguma forma lidar com as condições adversas em Mandela de Pedra configuradas por enchentes e más condições sanitárias.

Essas entrevistas ofereceram um quadro que se contrapõe ao discurso do poder público quanto ao impacto da política pública do PAC no dia a dia dessas pessoas. Dessa forma, deixaram claro que essas pessoas se expressam de maneiras distintas sobre a questão do risco ambiental em relação ao discurso oficial do poder público. A partir do momento em que se dá voz a essas pessoas, vêem-se claramente outros riscos não propalados pelos agentes da política pública, que, fica, portanto, com uma lacuna na sua implementação.

Um jurista especializado em direito urbanístico – Edesio Fernandes – também foi entrevistado não só sobre o direito à moradia dos ribeirinhos urbanos como também sobre as questões urbanísticas e ambientais que os envolvem. Fez-se ainda um apanhado de informações sobre a situação nacional dos ribeirinhos urbanos no que tange às estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) justamente com a intenção de mostrar que os ribeirinhos urbanos são um fenômeno das regiões metropolitanas do país.

Nesse sentido, as entrevistas com pesquisadores do próprio IBGE, explicaram o motivo por que, para o Censo de 2010, o Instituto fez uma mudança metodológica, a fim de ir além do conceito de aglomerado subnormal tão associado a termos como assentamentos precários e favelas². Até a mudança em 2010, os pesquisadores não incluíam nas estatísticas os contextos específicos de moradia quanto às características e à localização. À guisa de exemplos, obviamente, o IBGE passou a especificar no Censo não só os ribeirinhos urbanos, como também localidades próximas a ferrovias e faixas de domínio de linhas de transmissão de alta tensão, entre outros tipos de especificidades habitacionais que passaram a integrar toda uma classificação antes restrita ao questionável rótulo de aglomerado subnormal.

Tal mudança metodológica do IBGE foi fundamental a este trabalho. Sem fugir o olhar ao objeto – a vida à beira de rios extremamente poluídos e exposta a enchentes como o ápice de precariedade quanto à habitação popular – esta dissertação visa a fazer uma crítica às designações definidoras da moradia popular, aqui entendida como boa parte originária da autoconstrução, mas que não se limita a essa prática. A vulnerabilidade dos assentamentos à beira de rios no espaço urbano não cabia mais no enquadramento dos aglomerados subnormais.

A falta de aprofundamento sobre as especificidades das formas de morar das famílias que não se moldam ao mercado imobiliário formal parecem comprometer o debate sobre políticas públicas que poderiam ser mais bem implementadas caso a percepção dessa diversidade estivesse mais presente na pauta das administrações públicas e da sociedade civil.

Cabe ressaltar que as populações ribeirinhas residem em lugares em cujo valor da terra é diminuto aos olhos do mercado imobiliário, e, justamente por serem desprezadas pelo mercado imobiliário, ficam à beira dos serviços da cidade, como se não fizessem parte do espaço urbano. Elas estão inseridas no seguinte quadro: no estado do Rio de Janeiro, os recursos hídricos apresentam, desde que se

/default informacoes territoriais.shtm. Acesso em 13 jan. 2017

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Segundo o IBGE, a definição de aglomerados subnormais, no Censo Demográfico 2010, engloba os diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no País, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Retirado de <a href="http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\_subnormais\_informacoes\_territoriais">http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\_subnormais\_informacoes\_territoriais</a>

intensificou o crescimento urbano a partir dos anos 1960, uma elevada degradação ambiental da Região Metropolitana, de onde vêm o lixo, o esgoto e resíduos industriais. Ameaças de enchentes e doenças de veiculação hídrica às populações à beira rio são conseqüências do não equacionamento dessa convergência de poluentes aos cursos d'água da região.

O capítulo 2 descreve justamente os riscos ambientais à beira de rios onde se instalam populações de baixa renda sem acesso à regularização fundiária e, portanto, excluídas da ordem jurídica. Dialoga-se, assim, com o entendimento de risco como uma construção em que se incorporam fatores relacionados à diversidade social do local e um direcionamento político em que a desigualdade é mantida e não combatida (ACSELRAD, 2002, p.51). A manutenção dessa desigualdade tem como um dos seus pilares a falta de discussão em torno da regularização fundiária. A Lei nº 11.977 abre uma brecha mínima a esse processo ao reconhecer como válidos os casos nos quais a dificuldade de retorno das condições ambientais originárias de uma determinada área corroboraria a manutenção de moradias (NUNES, 2010, p.04).

Mas, ao se transportar as possibilidades da Lei nº 11.977/09 para populações sob o risco de enchentes e doenças de veiculação hídrica à beira de rios e canais poluídos, a análise fica ainda mais complexa, já que se percebe uma grande dificuldade de aplicá-la nesse caso específico de proximidade de um corpo hídrico altamente comprometido pela poluição. Trata-se de uma situação de extrema instabilidade em termos de moradia.

Nesse sentido, o capítulo 2 visa a tratar as populações ribeirinhas em nível nacional, com base nos dados do IBGE sobre o tema. A tentativa, no caso, é a de esquadrinhar os números sobre essa forma de moradia. Adianta-se, entretanto, que há um subdimensionamento nas estatísticas oficiais sobre as populações à beira rio no estado Rio de Janeiro, como admitiram alguns pesquisadores do IBGE. Assim, serão abordadas outras subclassificações do termo aglomerado subnormal, todas criadas para o Censo de 2010 do IBGE, publicado em dezembro de 2011. Algumas entrevistas com funcionários do IBGE que trabalharam diretamente na elaboração dessas subclassificações dialogam na construção do capítulo.

Nessas entrevistas, os técnicos do Instituto apontam claramente para a necessidade de políticas públicas que levem em conta as diferenças habitacionais. Na questão ambiental, será realizada uma análise sobre as implicações de as beiras

de rios serem áreas de proteção permanente (APPs) em meio à falta de saneamento básico, a resíduos industriais e ao não equacionamento para o lixo gerado pela atividade humana.

Já no capítulo 3 o objetivo foi mostrar de forma mais abrangente o território onde foram estudadas as populações ribeirinhas: o bairro de Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, local aonde onze favelas convergiram impulsionadas pela industrialização e desindustrialização da região (CAVALCANTI; FONTES, 2011, p.19), jogando luz sobre a relação entre desindustrialização e favela. No capítulo 3, também se salienta a relação entre a política pública do PAC em Manguinhos e a população ribeirinha ali. Para dar base à leitura, foi feito um estudo sobre a ocupação deste território, demonstrando sua inclusão nos Planos Agache, no fim dos anos 1920, no Código de Obras de 1937 e no Plano Doxiadis, nos anos 1960, como zona industrial e as consequências da subsequente desindustrialização com a fuga das empresas e fábricas dali nas últimas três décadas paralelamente ao incremento da entrada de um ator na disputa pelo controle territorial: o conjunto de facções criminosas que se instalaram no lugar.

Algumas questões e desafios em relação ao tema do meio ambiente vinculado à questão da moradia também integram o capítulo 3. Nesse ponto, há que se dizer que a política pública do PAC em Manguinhos não gerou uma discussão em profundidade sobre a recuperação dos corpos hídricos na região. Uma das dificuldades não enfrentadas é o fato de os cursos d'águas, em questão nesta dissertação, atravessarem diversos bairros da Zona Norte, trazendo a poluição resultante da falta de saneamento básico, da coleta e tratamento de resíduos industriais e da falta de política do estado do Rio de Janeiro quanto a seus corpos hídricos, abdicando costumeiramente de fazer uma gestão metropolitana das águas.

Dialoga-se, assim, com as promessas do PAC em Manguinhos e a postura dúbia do poder público em relação à participação popular no tocante à própria construção e implementação da política pública. Para compreender as mudanças do PAC no território, optou-se também por fazer um paralelo entre elas e a política de urbanização e reurbanização de favelas ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro, a fim de aumentar a base à crítica à própria política pública ali implementada, sobre a qual há um questionamento sobre o porquê o Governo do Estado do Rio de Janeiro removeu apenas uma das populações ribeirinhas em detrimento de outras. Por fim, o capítulo traz para o diálogo com trabalhos

acadêmicos três entrevistas que apresentam diferentes visões sobre a moradia à beira rio.

O capítulo 4 traz um exemplo, ou melhor, um resultado daquilo que se observou nessa dinâmica espacial. Nele, incluem-se relatos de dez moradores à beira dos rios. Especial atenção foi dada àqueles entrevistados que são exmoradores da Favela Mandela de Pedra, o objeto do estudo de caso, ao qual foi dedicada boa parte deste capítulo. Erradicada entre 2008 e 2010, ficava à margem do Canal do Cunha, onde mais de 300 casas foram destruídas. Ao trabalhar com as falas dos moradores, é composto um amplo quadro de diálogo, composto por diferentes atores sociais implicados no processo de remoção de Mandela de Pedra.

Ao lidar com uma comunidade que não existe mais, busca-se compreender, no caso das populações ribeirinhas urbanas, as razões pelas quais uma política pública envolvendo reassentamentos acaba perpetuando uma situação de instabilidade em termos de moradia, ressaltando uma mentalidade que entende que qualquer melhoria em relação à situação anterior de precariedade já seria suficiente. Nesse sentido, é apresentado um quadro em as famílias contatadas à beira de rios em Manguinhos encontram-se pagando um aluguel alto para seus padrões e comprometem boa parte da renda para morar. Alguns entrevistados comentaram, como se verá no capítulo, que o PAC de Manguinhos e algumas de suas implicações tornaram os imóveis sem regularização fundiária menos acessíveis no mercado informal. Ainda, de forma a apresentar as redes atuantes na região, ao longo do capítulo 4 serão expostos os atores que disputam o espaço urbano em Manguinhos, incluindo o tráfico de drogas, os poderes públicos, os moradores, as organizações locais.

Como jornalista em Manguinhos, a primeira vez em que traficantes se materializaram para mim foi em meio a obras do PAC, em 2009, com fuzis e metralhadoras. Não vi algo tão acintoso em intervenções do PAC em favelas como Rocinha, em São Conrado, as do Complexo do Alemão, na Zona Norte, as do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, na Zona Sul. Sugestionado pela visão de traficantes armados, em reportagem do *O Globo* (DAFLON, 2009) registrei essa presença em meio às obras do PAC, mas com o pensamento no que vi mais em Manguinhos do que nas outras comunidades que também sofreram a intervenção do PAC.

Até dezembro de 2010, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos complexos do Alemão, de Manguinhos e nas

favelas da Rocinha, do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho vão custar ao Tesouro Nacional R\$ 942 milhões. Ainda este ano e em 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, possível candidata à presidência da República, devem estar presentes em várias inaugurações dos novos equipamentos urbanos. Próximo aos palanques, no entanto, poderá estar presente uma triste realidade das favelas: o tráfico de drogas fortemente armado. (DAFLON, 2009)

As obras do PAC com a presença de traficantes em Manguinhos eram na verdade um indício de que o pior estava por vir. Os traficantes passaram a lutar pelo espaço, ou melhor, passaram a disputar os imóveis de conjuntos habitacionais construídos em Manguinhos, as indenizações e os novos terrenos em Manguinhos. A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) só foi instalada ali em janeiro de 2013. Antes, porém, houve ocorrências que demonstram a disposição do poder paralelo de impor ocupações. Optou-se nessa dissertação também por realçar, como deixa claro Cavalcanti (2008), algo pouco abordado em trabalhos acadêmicos.

Sem a intenção de fazer uma revisão bibliográfica ou sequer de propor uma listagem que esgote as temáticas, organizando o campo, o propósito desse brevíssimo panorama é chamar a atenção para como a justaposição do medo, da criminalidade e da insegurança é em si mesma produtora de novas formas sociais, que por sua vez, se oferecem como objetos de investigação. Em jogo, em tais estudos, está uma série de proposições sobre usos, disputas, apropriações e modos ou regimes de ordenar o espaço da cidade. Este último, no entanto, raramente aparece como objeto de análise em si. Ainda que a questão da criminalidade violenta implique justamente a produção de novas experiências, rotinas e disputas, o espaço urbano figura como continente de práticas, conflitos e relações sociais, que, por sua vez, definem ou disputam espaços distintos ou claramente discerníveis: a favela, a "rua" ou o "asfalto", o território do tráfico disputado por facções e milícias (estas últimas, ainda pouco estudadas), as zonas controladas produzidas por aparatos de segurança privada e pela arquitetura fortificada, a prisão, o espaço público "vulnerável". Pouco se fala, no entanto, sobre as práticas através das quais essas relações sociais constituem espaços físicos e sociais ou sobre a experiência vivida dos mesmos. (CAVALCANTI, 2008, p. 37)

Não se pode deixar de perceber, assim, que o tráfico de drogas é um poder na disputa do espaço provocada pelas obras do PAC. Nas populações ribeirinhas de Manguinhos, ele foi um ator silenciador da frágil articulação entre os moradores que existia na extinta Favela Mandela de Pedra. Em áreas como as ribeirinhas, nas quais a ausência de direitos dá o tom, a começar pela não observância do direito à moradia, o poder paralelo parece ficar mais à vontade de subjugar seus moradores. Assim, o risco dos ribeirinhos urbanos não se limita à poluição dos corpos hídricos e

às inundações. É o preço que eles pagam por não terem renda para participar do mercado imobiliário formal. Eles ilustram de uma forma devastadora a epígrafe extraída de um artigo de David Harvey emoldurado nesta dissertação. Assim, a hipótese de que as populações à beira-rio no espaço urbano são os mais despossuídos dos despossuídos, em termos de acesso ao direito à moradia, está confirmada, para adiantar assim parte da conclusão.

### 2 AS CLASSIFICAÇÕES DO IBGE E A INVISIBILIDADE RIBEIRINHA

A capital do Rio de Janeiro aparece no Censo de 2010 do IBGE como a cidade com maior população nos chamados aglomerados subnormais, com 1.393.314 de pessoas, distribuídas em 763 aglomerados, superando a capital paulista, que soma 1.280.400 habitantes nestes assentamentos. No Censo 2010, contudo, os aglomerados surgem com formas mais específicas em uma realidade mais palpável.

Para esse censo, foram criadas subclassificações para a nomenclatura aglomerado subnormal, entre elas, a caracterizada como "margem de córregos, rios, lagos, lagoas", subclassificação que designa o recorte deste estudo. Tais classificações, segundo o IBGE, "abarcam as características e a localização do sítio do aglomerado, seus padrões urbanísticos, acessibilidade e densidade de ocupação, bem como dados sobre a verticalização dos domicílios e o espaçamento existente entre eles" (IBGE, [201-?]). Registra-se, entretanto, que, no caso de moradias em "margem de córregos, rios, lagos, lagoas", há uma sobreposição com outra subclassificação: a de unidade de conservação, justamente em função da presença dos rios, como se detalhará mais adiante.

Cabe, assim, apresentar uma espécie de lista com nomes das subclassificações, a fim de mostrar como a base de dados sobre os aglomerados subnormais aumentou ao se expandir o ponto de vista sobre sua localização e característica (IBGE, 2011):

Figura 4 – A mudança do IBGE em relação aos aglomerados subnormais

As classificações para a categoria aglomerados subnormais a partir de 2010
1. Sobre rios, córregos, lagos ou mar (palafitas);
2. Praia/dunas
3. Manguezal
4. Estação Ecológica
5. Reserva Biológica
6. Parque
7. Monumento Natural
8. Refúgio de Vida Silvestre
9. Área de Proteção Ambiental
10.Área de Relevante Interesse Ecológico
11.Floresta
12.Reserva Extrativista
13.Reserva de Fauna
14.Reserva de Desenvolvimento Sustentável
15.Reserva Particular do Patrimônio Natural
16. Aterros sanitários, lixões e outras áreas contaminadas
17. Faixa de domínio de rodovias
18. Faixa de domínio de ferrovias
19.Faixa de domínio de gasodutos e oleodutos
20. Faixa de domínio de linhas de transmissão de alta tensão
21.Encosta
22. Colina suave
23.Plano

Fonte: Adaptado de Censo Demográfico 2010 – Aglomerados subnormais - Informações territoriais (2011)

Além do item "margem de córregos, rios, lagos, lagoas", não incluído na lista acima justamente por ser protagonista neste estudo, há outro, também não incluído, que contabiliza os setores censitários que não se enquadram em nenhuma situação anterior, demonstrando que ainda há um campo para novas classificações. Algo constante na nota técnica do IBGE é a observação para cada item quanto à proibição ou restrição a edificações nessas áreas.

No Município do Rio de Janeiro, o número de setores censitários enquadrados na subclassificação referente justamente à margem de córregos, rios ou lagoas; lagos é de 97, de um total de 2227 setores censitários nos 763 aglomerados subnormais. A Barra da Tijuca é o subdistrito com mais domicílios ribeirinhos, distribuídos em 13 setores. Nessa lista, Jacarepaguá ocupa o segundo lugar.

Com base nos dados do Censo de 2010, a tabela a seguir representa o número de domicílios ribeirinhos e setores censitários por subdistrito:

Tabela 1 – O Rio de Janeiro à beira de cursos d'água

MARGEM DE CÓRREGOS, RIOS, LAGOS E LAGOAS			
	Domicílios	Setores censitários	
Rio de Janeiro	19.147	97	
Anchieta	882	10	
Barra da Tijuca	3.985	13	
Botafogo	280	01	
Campo Grande	381	03	
Guaratiba	937	06	
Ilha do Governador	1.337	05	
Inhaúma	855	03	
Jacarepaguá	3337	17	
Jacarezinho	1631	80	
Madureira	294	02	
Maré	1.362	06	
Inhaúma	855	03	
Jacarepaguá	3.337	17	
Jacarezinho	1.631	08	
Madureira	294	02	
Maré	1.362	06	
Pavuna	1 869	10	
Ramos	1.407	08	
Realengo	467	03	
Santa Cruz	123	02	

Fonte: IBGE, Censo 2010

A tabela com dados do IBGE mostra o número de domicílios em margem de córregos, rios ou lagos e lagoas: ao todo são 19.147 unidades na capital. Se adotarmos o critério do IBGE<sup>3</sup>, de 3,26 moradores por domicílio em aglomerado subnormal como média adotada para a capital, chegamos ao número de 62.419,22 pessoas à margem de cursos d'água na cidade do Rio de Janeiro, aproximando-se da população da Favela da Rocinha, a mais populosa do país com 69.161, de acordo com o IBGE.

Na tabela acima, além de Barra da Tijuca e Jacarepaguá, respectivamente com 3.985 e 3.337 domicílios, chama-nos à atenção o número de domicílios assim enquadrados nos subdistritos da Pavuna com 1.868, Jacarezinho com 1.631, Ramos com 1.407, Maré com 1.362, e Ilha do Governador com 1.337.

Maguinhos, local onde ocorreu o trabalho de campo para esta dissertação, foi incluído no levantamento por meio da região administrativa (RA) de Ramos.

<sup>3</sup> Ver anexo I – Média de pessoas por domicílio.

-



Figura 5 - Localidade de Varginha, em Manguinhos, em forma de triângulo

Fonte: Cemaps, Subpay, SMS, Julho de 2013

No subdistrito de Jacarezinho, vizinho a Manguinhos, também há oito localidades caracterizadas como sendo à margem de córregos, rios e lagoas, detectadas pelo Censo de 2010. Nelas, utilizando novamente o critério de se multiplicar o número de domicílios por aproximadamente 3,26, residem cerca de cinco mil pessoas.

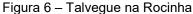
Na distribuição por subdistritos, vê-se que a Favela da Rocinha se encontra no gráfico como se não tivesse setores censitários à beira de córregos. Há pelo menos cinco que oferecem risco à população. O arquiteto e urbanista Luiz Carlos Toledo, autor do projeto urbanístico para a favela no PAC, diz que um dos problemas da comunidade são casas sobre os cursos d'água ou praticamente coladas a eles. Toledo (2016) prefere chamá-los de talvegues. Uma das prioridades apontadas por Toledo, não levada à frente pelo PAC da Rocinha, é a de justamente retirar casas próximas a esses córregos e implementar um sistema de drenagem:

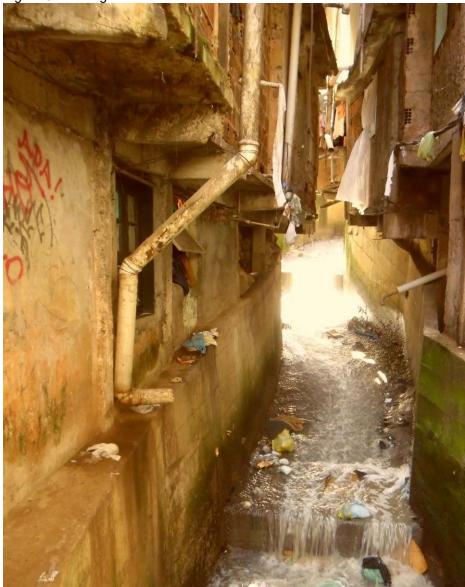
> A prática de se construir casas sobre os talvegues e ao lado deles, com a casa praticamente colada, é algo tão perigoso quanto a possíveis desabamentos que previmos, no nosso plano, realocação para áreas mais seguras dentro da própria Rocinha, mas até agora nada foi feito. (TOLEDO, 2016)

Toledo lembrou que a arquiteta Daniela Aduan – que integrou sua equipe e fez projetos para a segunda fase do PAC na Rocinha - tem dados mais precisos sobre o número de edificações sob alto risco devido à proximidade dos talvegues. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Daniela explicou a

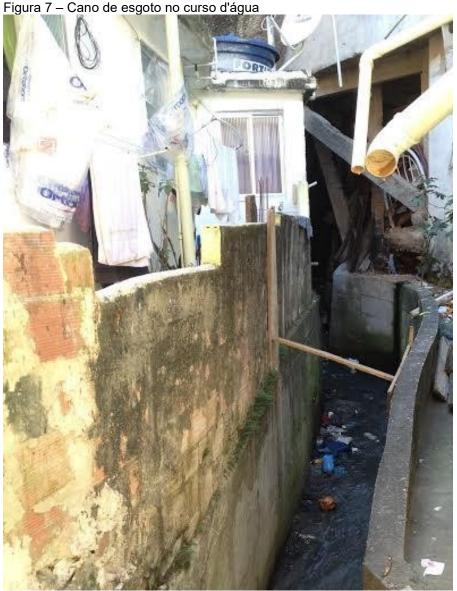
### situação ali:

Fazendo uma conta muito por baixo, levando-se em conta que contabilizamos 1025 edificações ou bem ao lado ou sobre os talvegues, e se multiplicarmos por 3,2, que é o número usado pelo IBGE na capital para a média de pessoas por casa nos aglomerados subnormais, chegaremos ao número de 3.075 pessoas vivendo não só em risco como também com as águas invadindo suas casas com as chuvas fortes, o que é muito comum nas áreas de talvegues na Rocinha. Claro que esse número é maior, porque a maioria dessas edificações tem mais de um pavimento. Temos oito talvegues na Rocinha e todos acabam desaguando na Rua do Valão. Retirar as casas ali e realocá-las na própria Rocinha deveria ser prioridade. (ADUAN, 2016)





Fonte: Daniela Aduan, 2008. Acervo pessoal



Fonte: Foto de Daniela Aduan, 2008. Acervo pessoal

Na Baixada Fluminense, há outro flagrante de subdimensionamento. No caso de Nova Iguaçu, por exemplo, o Censo de 2010 detectou apenas quatro setores censitários com essas características, somando 573 domicílios. E em Duque de Caxias, de acordo com o censo, a região possui 672 domicílios nessas áreas. A Secretaria Estadual do Ambiente informou, em 2012, que havia naquele ano 7,5 mil famílias à beira de áreas inundáveis (VILLELA, 2012), o que mostra que o número de domicílios foi subestimado, assim como o número de pessoas. A reportagem da *Agência Brasil* informou que, mesmo com o Projeto Iguaçu, que previa então a retirada de famílias de áreas inundáveis, o número de pessoas à beira rio é grande. Frisa-se ainda que o Censo é referente ao ano de 2010, e a reportagem, de 2012.

O Projeto Iguaçu reassentou 2,5 mil famílias e já está na sua

segunda fase. Com investimentos de R\$ 80 milhões, o intuito é a criação de piscinas para acumular água nas cheias dos principais rios da região e evitar inundações. A terceira etapa, cuja aprovação de licitação está sendo analisada pela Caixa Econômica Federal, terá R\$ 360 milhões para serem investidos nos próximos três anos. Segundo a Secretaria Estadual do Ambiente, cerca de 7,5 mil famílias vivem em áreas inundáveis da Baixada Fluminense. (VILLELA, 2012)

Há que se levar em conta que os anos de omissão nos levantamentos do IBGE sobre essa forma de morar contribuíram para uma contagem sujeita a erros e distorções, talvez causados por sobreposições de classificações nas áreas recenseadas. Morador de Nova Iguaçu, o pesquisador Aércio Barbosa de Oliveira (2016), da ONG Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que atua também na Baixada Fluminense, lembra, em depoimento para esta dissertação, que três grandes rios cortam os municípios da região: rios Botas, Sarapuí e Iguaçu.

Se você pegar o *Google Earth* e acompanhar os rios Sarapuí, Iguaçu e Botas verá quantas edificações estão beirando esses rios nos municípios da Baixada. Há várias localidades com menos de 51 domicílios, o que configura o mínimo para ser considerada subnormal. Mesmo assim, teriam de ser considerados como setores censitários. E há vários aglomerados não contabilizados pelo IBGE na Baixada. (OLIVEIRA, 2016)

A foto a seguir, de 2012, mostra no mínimo um setor censitário em São João do Meriti, a localidade em questão fica à beira do Rio Iguaçu, embora o Censo 2010 não tenha detectado qualquer setor censitário nesta cidade da Baixada Fluminense na classificação "margem de córregos, rios, lagos e lagoas":



Figura 8 – Localidade de São João de Meriti, a beira do Rio Iguaçu

Fonte: Jornal O Dia, abril de 2013

A despeito disso, o IBGE por intermédio do Censo de 2010, trouxe à tona, como ressalta o jornal *Estado de São Paulo* com base em dados do próprio IBGE, um aspecto fundamental: os sítios mais procurados para o estabelecimento dos aglomerados subnormais são os à margem de córregos, rios, lagos/lagoas, com 12% dos domicílios do país (TOSTA, 2013). Uma publicação do IBGE torna mais clara a estatística. Nota-se que nele a preocupação é com o meio ambiente e não com os moradores dessas áreas:

A pesquisa revelou que dentre as características predominantes de sítio a mais representativa foi a de aglomerados subnormais localizados às margens de córregos, rios ou lagos/lagoas, com cerca de 12% do total de domicílios em aglomerados subnormais do País. A ocupação nestas áreas e em manguezais representa impacto negativo sobre o meio ambiente, pois favorece a degradação de áreas importantes para a manutenção dos recursos hídricos e biológicos. A Região Metropolitana de São Paulo possuía o maior quantitativo domicílios em aglomerados predominantemente às margens de córregos, rios ou lagos/lagoas (148.608), que ocupavam uma área de 2.571,0 hectares. Em termos percentuais, o Estado do Acre se destacou com mais de 90% de seus domicílios nesse sítio. (IBGE, 2011)

Ou seja, utilizando-se como parâmetro o número do IBGE de 3,54 por domicílio em aglomerados subnormais no Brasil, chega-se a 1.369.779 pessoas vivendo à beira de rios, córregos, lagos e lagoas em assentamentos precários. O método utilizado pelo IBGE para chegar a esses números específicos foi detalhado

em um documento do Instituto disponível na internet (IBGE, 2011). Nele, lê-se que o ano de 2006 marca o início de uma reflexão sobre como expandir os conhecimentos das características dos setores censitários classificados como aglomerado subnormal. Houve um resultado prático a partir dessa reflexão: a criação da Ficha de Levantamentos de Informações Territoriais, agregada ao trabalho de campo do recenseador, que passou a observar mais as características espaciais dos aglomerados, como salienta o próprio documento do Instituto:

O IBGE iniciou uma reflexão com o objetivo de ampliar seu conhecimento das características dos setores censitários classificados como aglomerados subnormais, áreas conhecidas ao longo do País por diversos nomes, como: favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. O resultado dessas reflexões foi a ficha de Levantamento de Informações Territoriais - LIT, aplicada em cada um dos aglomerados subnormais identificados no País. A ficha do LIT2 se constitui no principal insumo da pesquisa sobre as características espaciais dos setores subnormais, um complemento à observação de campo já realizada que, junto com a utilização de imagens de satélite e com as informações sobre os aglomerados subnormais obtidas junto às prefeituras e órgãos de planejamento locais, contribuiu imensamente para a ampliação do conhecimento de áreas que antes eram somente identificadas e delimitadas. (IBGE, 2011)

Para saber mais detalhes desse processo, foi solicitado para esta dissertação um encontro com funcionários do IBGE. Dele participaram os pesquisadores Maria Amélia Vilanova e Claudio Stner, ambos da Coordenação de População e Indicadores Sociais - na sede do IBGE no Rio de Janeiro. Segundo eles, nos anos em que o Censo de 2010 foi preparado, houve de fato uma profunda discussão sobre um tema que, segundo eles, vinha sendo bastante negligenciado: "a carência de informações territoriais", como sintetizou Stner, em entrevista em 7 de julho de 2015. Ambos relataram que eles e outros pesquisadores do IBGE viajaram a diferentes cidades do país à procura dessas informações. Nas reuniões sobre os relatos das viagens, definiu-se o conjunto de nomes para as subclassificações. Maria Amélia conta que os pesquisadores viram claramente a possibilidade de catalogar diferentes formas de morar nos aglomerados:

Deparamos então com essa diversidade de moradia nos aglomerados subnormais. Em Manaus, vimos áreas muito densas com palafitas, enquanto em Maceió vimos palafitas num lago raso e com baixa densidade demográfica, oferecendo pouco risco de inundação (VILANOVA, 2015).

Mas, comentou Maria Amélia, se trata de um processo de constante aprimoramento. Por enquanto, algumas conclusões ganharam a segurança dos números para romper definitivamente com algumas imagens sobre o espaço urbano:

Quando se pensa em favela, o que vem à mente são pessoas morando em aclives e declives acentuados, mas entre os domicílios localizados em aglomerados no país, apenas 20,7% têm essa característica, enquanto 52,5% estão em áreas planas e 26,8% em aclives e declives moderados. Assim, caiu por terra aquela imagem de favelas associada às encostas dos grandes centros urbanos (VILANOVA, 2015).

Maria Amélia Vilanova admitiu que houve um subdimensionamento na contagem das populações à margem de córregos, rios, lagos e lagoas, no Rio de Janeiro, o que leva a pensar que o mesmo possa ter ocorrido nacionalmente. Como as diferenças nesses assentamentos ficaram todos esses anos ofuscadas pelo rótulo aglomerado subnormal, o olhar do recenseador pode tornar-se bem mais aguçado para o Censo de 2020. Como pesquisador e jornalista, considero outra conjectura: a de que a diversidade dos modos de morar sugeriria um número ainda maior de subclassificações.

Casas construídas na Rocinha em espécies de cavernas, com pouca ventilação e luz do sol, e ainda com luz elétrica fornecida 24 horas por dia poderiam, por exemplo, integrar alguma subclassificação. Essas residências se localizam na localidade mais densa, Cidade Nova, da já extremamente densa favela de São Conrado, como constatou o arquiteto e urbanista Marat Troina (DAFLON, 2010a).



Figura 9 – Casas na Rocinha: pouca ventilação e luz do sol

Fonte: Jornal *Extra*, 09/12/2010

Podem ser citados a título de exemplo alguns casos com os quais me deparei: famílias que moram em porões, em casarões abandonados no Centro e na Glória e em prédios precários. Há ainda as edificações em terrenos sem regularização fundiária e Registro Geral de Imóvel dentro de favelas e sem esgotamento sanitário formal, como se vê na Favela de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio de Janeiro:



Figura 10 – Prédios com estética de classe média em Rio das Pedras

Fonte: O Globo, 21 de jul. de 2014. Foto de Pablo Jacob

Em alguns dos chamados aglomerados subnormais da cidade do Rio, as diferenças foram até mapeadas circunstancialmente. Em reportagem ao jornal O Globo (DAFLON, 2011) algumas dessas diferenças em favelas aparecem como preocupação da administração municipal do Rio de Janeiro, mas de forma pontual, já que pouco tempo depois todas as ações do poder público impulsionadas por essas diferenças foram abandonadas pela própria administração pública da cidade. Intitulada "As cores da desigualdade nas favelas pacificadas", a reportagem, que segue mais abaixo, mostra como as distinções em comunidades com a presença de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram mapeadas pelo Programa UPP Social, coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP), um órgão municipal. Na publicação, o então presidente do IPP, Ricardo Henriques, justificou o porquê do mapeamento:

> O mapeamento das desigualdades nas favelas do Rio de Janeiro com UPP não serve só como diagnóstico, mas, sobretudo, para centralizar as políticas públicas, definindo, assim, uma sequência de prioridades. (HENRIQUES apud DAFLON, 2011)

Na época, realçando diversidades e disparidades, foram cinco as áreas pacificadas mapeadas por equipes da UPP Social: Morro São João (Engenho Novo), Morro do Borel (Tijuca), Pavão (Copacabana), e nas favelas do Sumaré e Paula Ramos, cobertas pela UPP do Turano, no Rio Comprido. O mapeamento dividiu as

áreas por cores: verde para demarcar terrenos com melhor infraestrutura; e vermelho, para as áreas sem infraestrutura e com pobreza extrema. As cores verdeclaro, amarelo, laranja, rosa e vermelho inseriam-se na gradação entre o verde e o vermelho. Toda essa coloração ilustrava relatórios para secretarias municipais, como a de Habitação, Urbanismo, Obras e Conservação.

No Morro São João, na Zona Norte do Rio, as áreas mapeadas foram percorridas por mim. Com isso, pude perceber que na localidade da Matinha, cerca de 40 casas de madeira exemplificavam mais de três décadas de abandono do poder público. Já na localidade do Queto, na mesma favela, o vermelho cobria toda a área, em sua parte mais alta, onde os caminhos usados pela população eram ladeados por cursos d'água e esgoto a céu aberto.

No mesmo morro, entretanto, o geógrafo Henrique de Oliveira, habitando uma casa de alvenaria, com janelas de esquadria de madeira, na localidade de Pau Rolou, apontou os acessos construídos pelo programa Favela-Bairro, que deu origem a ruas e vielas com drenagem. Ali também foi equacionado o esgotamento sanitário, que foi ligado à rede pública. Não por acaso, o comércio no lugar se desenvolveu mais do que em outras áreas do Morro São João. Entretanto, é importante pontuar, como afirma a pesquisadora Ana Lucia Britto (2014), que apesar dos avanços pontuais, "das pequenas estações de tratamento de esgotos construídas pelo programa, quase todas se encontram fora de funcionamento pois a operação deve ser feita pela CEDAE e a companhia não assumiu esta função." (BRITTO, 2004, p.10).

Com isso, é possível perceber que existe diversidade urbana e social mesmo dentro de uma área mapeada pelo IPP como essencialmente pobre e precária. Ressalta-se que neste trabalho, o recorte do estudo será as microrregiões que traduzem precariedade e pobreza em nível de domicílio na região ribeirinha de Manguinhos.

Figura 11 - Página de O Globo: "As cores da desigualdade nas favelas pacificadas", sobre a desigualdade em favelas

o oLobo . RiO . PÁCINA 19 - Ediçao: 13/11/2011 - Impresso: 12/11/2011 — 20, 23 h AZUL MAGE omingo, 12 de novembro de 2011 - 2º eligito 0.61.090 A HORA DA 192 UPP

# As cores da desigualdade nas favelas pacifi

Programa social mapeia cinco morros e constata diferenças de infraestrutura dentro de uma mesm

Rogido Calten

e Marti Felizando, de 34 asce, mora so Morro Mo João, so Ebgenho Novo, diende que macesa. Seca paña vierana de João Pes-ma, na Pareilla. Ela tene três l'i-lhos na faveix Panio Victor; de? mon, João, de S. e Victoria, de mos, Jaio, de 5, e Victória, de 30. As tris crianças complesa a terceira geração da banilla a vi-var estre libran de calmota, lo-has decinco e sinte — material de que librito o seubarraco. Al, na localidade de Maricha, a mi-seira di los grande que-contrasta com cotras áreas de São João. Ema diferenças en consado-des com a presseça de Unida-des de Polícia Pacifica dara (1879) têm sido respeadas pela (1879) têm sido respeadas pela (ISPN) tilen sido mapsacha pela. ISPP Social, programa do muni-diplo coordenado pela lastituda Pereira Passos (IPP). — O mapsamento das desi-guildades ans la seina com UPP

não serve só como dia gabetico. Serve, sobretado, para localizar cillicas púlticas, delinindo, n, uma sequência de priori-- Mirmon Ricardo Han- prido. O mapeamento divide

M são cinco as breas pacifi-das mapeadas. Além do fão



NO MORRO do Pavillo, criança caminha em meio a casas de macleira, com e baixo de Deparcabana ao fando

cama magnedas. Aven do seo.
As corre rece-cano, marseo,
Ados, espanda Burb Schullelaraja, casa e verandho se lomariarram dissemidades e disparent na gradação estre o verde so verando. Toda esta cona Tipura, so Pavido, em Copacabana, e nas hasha do Sumari e Paula Ramos, cobertas pete UPP do Turno, ao Ro Comta UPP do Turno, ao Ro Com-

pride. O magnemento divide

No Morro são João, data,
se heus por corse a verde é
para desarror berrecos con
melhor intrastriantes a a vermelhor intrastriantes a a vermelho, as levas test intrastriatura e com pobresa sobresa.

As corse verde-claro, seamelo,
pride pobresa sobresa.

As corse verde-claro, seamelo,
pride pobresa bendono do logor
pelo podre priblico. Em los
— Nes mathos trabalha se-

No Morro Sho Joho, uma sede arror, feijko, ovo e, is ve-

cademeta da universidade em que se formou. Numa bon cuas con de alvesaria, com jundar de esquadria de madeira, na locacido lidade de Pau Rolos, Henrique casi apoeta ce acessos construi-dise dos pelo projeto Fanela-batro, nuas e vielas com direcageos, esgotamento sanitário ligado

man e vielas com dremagen, espotamento manifario ligida a rede pública e consiccio.

— Sou leila agui, man sei que a Maisinha e o Quelo estilo precirios demais — diare o corandor, referindo es a corrar francha consunidade.

Se conde liberique vive a corrar francha consunidade.

Se conde liberique vive a corrar forma de verda, no Quelo, como as Maisinha, o vermalho cobre toda a hera. No sibo de Quelo, co a como a sio todos de chilo batido, de caminhos surados pela população silo por code correm os cursos diagnas o seguio a cituada esta diagna e seguio a cituada esta de manifesta de silo nico.

E los por todo canto.

— No sibo de Quelo, a cor é vermelha tambien por as bratar de uma fran de alto nico, como os acessos alto um posaco melhores e há manes canas de madeira, a cor é rouse — sopil-

madeira, a cor é rosa — sopil-cou Tiago Borba, gerente de Gestão Territorial do IPP

nary hibe

da a

## Qualidade das casas é um dos critérios do IPP

Agentes observam desde saneamento básico até os diversos riscos geológico dos terrenos

\* O presidente do Instituto Pe- que há a necessidade de as la-reira Passos, Ricardo Hegri- milias serem realocadas o

reira Passos, Ricardo Heoriques, mensila que sa equiper
que elle mapeande as heses
que elle mapeande as heses
que elle mapeande as heses
con 189 lesans compo intomações nobre os lagares e a
latin de items obrigatórios a serea observados.

— Um desse items à a unbasistração. Alguman fareas
passarems por programan como o RAC, o Favela-Bairro, o
Bairnicho e o Morer Cirto ca.

Mas outro item, táo importenta resoute. A nida creasantenta resoute. A nida creasan-

Fonte: Jornal O Globo. Acervo pessoal



Dessa forma, observa-se que o termo favela não ilumina com precisão o mundo popular em sua variedade em relação aos modos de morar. Em artigo, o professor e pesquisador Marcelo Burgos (2005) traz outra forma de compreender a favela a partir dos anos 1950, quando o termo "favela" no Rio de Janeiro também passou a ser sinônimo de articulação entre os moradores, visando ao direito de reivindicar políticas públicas para esses territórios. O que Burgos traz é uma favela na qual já existe por parte de seus moradores um sentimento de pertencimento. Assim, na generalização reducionista nomeada de aglomerados subnormais, surgem comunidades mais consolidadas, em que suas lideranças lutam por políticas públicas; e outros, nos quais a falta de perspectiva e a carência podem levar a um certo niilismo. As duas últimas características acompanham ainda outro fator, central para este trabalho, que diz respeito à imagem de caráter provisório de tais aglomerados:

Disseminam-se pelas cidades, inclusive em bairros de seus subúrbios tradicionais, características que historicamente singularizam a favela enquanto configuração ecológica. A saber: sua vocação para o desenvolvimento de organizações socioculturais fortemente enraizadas na vida local, as quais não faltam elementos de uma ordem jurídica singular, com a existência de autoridades informais locais, validadas por identidades coletivas territoriais, que também servem de base para a negociação política de acesso a bens públicos da cidade. (BURGOS, 2005, p.03)

O que podemos depreender do fragmento de texto de Burgos é o fato de alguns territórios entre os aglomerados subnormais terem se articulado de tal forma, que passaram a ter uma identidade, por afirmarem com orgulho um modo de vida. Mas esse espírito reivindicatório da favela mascara o fato de haver territórios nos assentamentos precários onde nada ou muito poucos reivindicam, pois lidam com o poder público de forma mais reativa do que propositiva e, às vezes, são tolhidos pelo poder paralelo, a depender das circunstâncias. A falta de articulação nesses territórios pode também afastar os movimentos sociais associados à luta pelo direito à moradia, justamente das pessoas que mais precisam desses movimentos sociais.

Essa questão, inclusive, pode ser vista em uma mesma favela. No Morro Santa Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, há uma localidade nomeada pelos moradores como Pico, por estar localizada na parte alta da encosta. Os moradores ali estão sob ameaça de remoção, pois o governo do Estado pretende construir naquele espaço um parque, visando ao aumento de turistas e à própria diminuição

das áreas de moradia do lugar. As famílias que moram em barracos de madeira, contudo, não têm lutado pela permanência no Pico, ao contrário das que moram nas casas de alvenaria. Querem o quanto antes ser remanejadas para um apartamento num conjunto habitacional construído no próprio morro.

Como mostra uma reportagem de *O Globo* (DAFLON, 2012), as famílias que moram em casas de madeiras no alto do morro estão à espera da realocação desde 2008. Além da demora, elas reclamam do risco a que estão expostas. Jefferson Santos já viu seu barraco ir abaixo três vezes. Ele mora com a esposa Maria Eugênia e com os filhos João Vitor, de 11 anos, e Madaleine, de 4: "Quando chove aqui dá muito medo", relatou a família ao jornal.

A questão do risco nos assentamentos precários é um tema de intensa complexidade. Para tratá-lo, fiz uma entrevista com Edesio Fernandes, jurista, advogado e professor, um nome consolidado em relação à regularização fundiária. O professor externou sua opinião sobre a situação das populações ribeirinhas urbanas colocando algumas preocupações mais gerais, que vão facilitar, mais à frente, a análise de casos específicos. Disse que não é uma questão somente brasileira. Na Holanda, segundo ele, já foram feitas novas leis de códigos de construção, para proteger as casas das variações de níveis das águas, já que, com o aquecimento global, o nível das águas, dos mares e dos rios sempre sofre algum impacto:

No caso brasileiro, há uma especificidade da pobreza e da informalidade à beira dos cursos d'água. São pessoas que moram ao lado de recursos hídricos poluídos e contaminados e com risco de enchente. É preciso entender por que isso ocorre ao longo desses cursos, relacionando a falta de reserva de lugares geologicamente viáveis à moradia popular, a atuação do mercado imobiliário nas metrópoles e o fato dessas populações não terem sido incluídas na ordem jurídica da cidade. (FERNANDES, 2016)

A jurista Betânia de Morais Alfonsin traz importantes complementos ao que disse Edesio, pormenorizando a exclusão das famílias de baixa renda da ordem jurídica da cidade:

A ausência de alternativas legais de acesso à terra urbana e à moradia com preços compatíveis com os níveis de renda da população pobre empurrou essa população para os terrenos mais impróprios para fins de moradia, muitas vezes para áreas ambientalmente vulneráveis (sem valor no mercado imobiliário regular, porém mais baratas no mercado clandestino) e, em grande parte dos casos, para as periferias das cidades. A cidade resultante desse processo é marcada por uma "urbanização de risco" (...)

perversa não apenas para os que vivenciam as duras condições de vida de quem não tem "direito à cidade", mas também para a cidade como um todo, que se expande ilimitadamente, exacerbando a segregação socioespacial, avançando sobre áreas de interesse ambiental, comprometendo recursos naturais e pagando um alto custo pela expansão da infraestrutura. (ALFONSIN, 2005, p.48)

Já Erminia Maricato (2012) diz que os pobres procuram áreas de preservação permanente, justamente porque estas não interessam ao mercado imobiliário (MARICATO, 2012). Referindo-se à população de baixa renda, a professora faz uma explicação bastante clara em uma entrevista a um veículo de comunicação:

Ela acaba ocupando áreas e construindo suas próprias casas. E ocupando ilegalmente porque não tem como se inserir na produção regular urbana. Quando ela tenta ocupar um prédio abandonado há não sei quanto tempo, que tem dívidas de IPTU etc., como é o caso do prédio da Rua Mauá, na Capital, isso não é permitido. Isso porque o Judiciário, que não conhece a legislação urbana na sua maioria, com algumas exceções, não permite. Então essa população vai para áreas que não interessam ao mercado, e em geral essas áreas estão sob proteção ambiental. Não interessa ao mercado porque a legislação não permite que essas áreas sejam ocupadas, como as áreas de manancial, as APPs (Áreas de Preservação Permanente), áreas de reserva florestal. Então a Serra do Mar está sendo celeremente ocupada, mas não pelo mercado, e sim pela população pobre. (MARICATO, 2012)

Em 2003, Maricato já expunha seu diagnóstico:

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outro tipo de risco, regiões poluídas ou áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e a ausência de fiscalização definem a desvalorização). (MARICATO, 2003, p.3)

O caso dos ribeirinhos urbanos é complexo. Como moram próximos aos cursos d'água, estão estabelecidos em áreas de proteção ambiental, as APPs, que foram incluídas na legislação por intermédio do Código Florestal de 1965. O Código de 2012 trouxe uma modificação importante no universo das populações ribeirinhas urbanas, nele consta a Lei nº 11.977/09, que regulamentou o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, a qual determina:

A regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implica a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior. (BRASIL, 2012)

Esta é a mesma lei exige que uma "proposição de intervenções para o controle de

riscos geotécnicos e de inundações" seja feita, em caso de regularização fundiária. Trata-se de processos jurídicos difíceis de irem à frente no caso das populações ribeirinhas. Uma intervenção como política pública teria a difícil missão de justificar a manutenção de casas tão próximas de rios poluídos, que são consideradas áreas não edificantes tanto pelo Código Florestal como pela Lei nº 6.766/79, de parcelamento de solo. Os riscos em função da poluição das águas e de enchente afastam ainda mais os ribeirinhos de uma regularização fundiária. Texto do Laboratório Territorial de Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mostra a complexidade do tema sobre o risco relacionado à moradia:

Quando começamos a discutir as enchentes em Manguinhos, o entendimento que os moradores tinham era diferente que o dos pesquisadores. Os moradores entendiam que enchente somente ocorria em casos de chuvas torrenciais e quando a água entrava nas casas das pessoas, com perdas materiais. Mas os estudos que fizemos mostraram que qualquer alagamento que dificulte o acesso e exponha os moradores à água contaminada já implica em riscos importantes à saúde pública, como a leptospirose. Portanto deve ser também considerado uma enchente. As chuvas, fortes ou fracas, em Maguinhos enchem seus caminhos de riscos. (LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS, [201-?].)

Reportagem publicada no jornal *O Globo* dá uma dimensão dos problemas enfrentados pelos moradores frente às enchentes em Manguinhos:

Com cerca de 4.000 moradores (para a UPP Social são 1.152), a Varginha fica exatamente no meio de um "Y" formado pelos rios Jacaré e Faria Timbó, onde moradores testemunham a passagem de cadáveres, a qualquer hora do dia ou da noite. Se os dois rios subirem ao mesmo tempo, com as chuvas de janeiro, Varginha corre o risco de virar uma favela submersa. Varginha é vizinha da Favela Mandela, onde a situação não é menos crítica. (BARROS, 2013)

No item acerca da classificação de informação da publicação do Censo 2010, o IBGE, ao discorrer sobre a margem de córregos, rio ou lagos/lagoas, utiliza o conceito de Área de Preservação Permanente (APP), contido no Código Florestal, para deixar claro que é proibido construir nessas áreas. O item, contudo, não dialoga com o direito à moradia e não informa as possibilidades, mesmo que diminutas, de regularização fundiária:

As margens de córregos, rios ou lagos/lagoas caracterizam-se como Área de Preservação Permanente - APP. Dessa forma, deve ser reservada, sem presença de edificações, faixa marginal medida a partir do nível de inundação mais alto, variando, no caso dos cursos d'água de 30 a 500 metros, considerando a largura do curso. No caso dos lagos e lagoas essa faixa varia de 30 metros, em áreas urbanas consolidadas, a 100 metros em áreas rurais. (IBGE, 2010)

O Código Florestal de 2012 traz um esquema mais detalhado, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Detalhamento do Código Florestal Sobre a Margem de Córregos, Rio ou Lago/Lagoas

De 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;	1.
De 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;	2.
De 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;	3.
De 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;	4.
De 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;	5.

Fonte: Código Florestal, 2012

As questões jurídicas nesse campo são complexas. O artigo de Paiva Britto, Mello e Carneiro, porém, apresenta um diagnóstico:

Constatamos que os diferentes marcos regulatórios existentes (federal, estadual e municipal), por serem por vezes conflitantes, induzem a uma para paralisia no tratamento dado pelo poder público às faixas marginais de proteção de rios urbanos. (BRITTO; MELLO; CARNEIRO, 2012, p.1)

O trabalho analisa os instrumentos regulatórios que incidem sobre as APPs em margens de rios urbanos, e nelas, por força de lei, não é permitida a construção de edificações. Mas, no ano em que foi promulgado, em 1965, o Código Florestal passou a induzir uma ocupação bem próxima das margens dos rios. Isso porque o Código da época estipulou somente cinco metros de proteção para as matas ciliares e os corpos hídricos (cobertura vegetal às margens de cursos d'água). Tal distância valeu juridicamente até entrar em vigência a Lei nº 6.766, de 1979 – que regula o parcelamento de solo – determinando a proibição de construções em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, exigindo uma faixa não edificante de 15 metros de casa lado de um curso d'água. Isso traz à luz o porquê, ou um dos porquês, de a população ribeirinha representar 12% da população dos aglomerados subnormais no país, sendo a maior entre as subclassificações do aglomerado subnormal em termos populacionais. Assim, confirma-se a formulação posta por Miranda (2008) através dos números do censo de 2010 do IBGE:

Não obstante, no período de tempo compreendido entre 1965 e 1979, ou seja, durante quatorze anos, a estipulação da largura mínima em cinco metros das faixas marginais de proteção de corpos hídricos, com largura de calha de até 10 metros, levou a adoção da regra em quase todas as legislações urbanísticas brasileiras, e

muitos estados e municípios simplesmente não aplicavam a norma da Lei 6.766/79, mas anotavam em suas leis edilícias e urbanísticas, o limite de 5 metros. (MIRANDA, 2008, *apud* BRITTO; MELLO; CARNEIRO, 2012, p.3)

A afirmação de Miranda, levando-se em conta que o Censo contabiliza 386.943 domicílios à beira de cursos d'água, pode-se levar a supor que a ocupação das margens, tanto casas de classe média como de baixa renda, passou a se dar de forma mais intensa a partir de meados dos anos 1960, induzida pelo próprio Código Florestal.

Hoje, quase 1.400.000 pessoas estão à beira de rios nos chamados aglomerados subnormais. Trata-se de um fenômeno às escondidas há décadas com diferentes níveis de carência. O exemplo citado a seguir pela pesquisadora Maria Amélia Vilanova, embora trate de outra subclassificação (sobre rios, córregos, lagos ou mar), mostra que não se pode imaginar todo esse contingente populacional vivendo em carência extrema. A pesquisadora, por exemplo, viu dois tipos de palafitas:

Em Manaus, em áreas muito densas, e em Maceió num lago raso e com baixa densidade demográfica, oferecendo pouco risco de inundação. Assim, qualquer maniqueísmo sobre essa análise é um fator de arrefecimento da possibilidade de uma profunda e necessária pesquisa sobre os ribeirinhos no país. (VILANOVA, 2015)

Percebe-se, assim que um campo de debate bem amplo pode ser aberto, sobretudo acerca de como equacionar o direito à moradia e o direito ambiental. É necessário, portanto, um real entendimento dos fundamentos legais relacionados às populações ribeirinhas. Para isso, utilizo como base o artigo de Bezerra e Chaer (2012), que também analisa a questão das APPs em áreas urbanas. As autoras demonstram que o debate sobre a revisão do Código Florestal, o que ocorreria em 2012, colocou de um lado os ambientalistas e de outro o setor produtivo agrícola, e as questões polêmicas que alimentavam esses debates são, entre outras, a diminuição de áreas florestais a serem conservadas, a anistia em favor de desmatamentos ocorridos e as reduções de faixas de proteção das margens de rios.

Elas destacam ainda que há duas possibilidades de uso e ocupação de solo em APPs: quando houver razão de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental: como o caso da Resolução n° 369 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 28 de março de 2006, e a Lei Federal n° 11.977, de

07 de julho de 2009, que norteia o Programa Minha Casa, Minha Vida.

A Decisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente, através da Resolução 302/02, prevê a regularização fundiária sustentável em APPs desde que a área seja caracterizada como Zona Especial de Interesse Social. Nessa decisão vê-se, no caso da regularização fundiária, uma flexibilização, já que determina uma diminuição da distância entre o corpo hídrico e a área passível de construção visando à habitação social, "devendo ser respeitada faixas mínimas de 15m para cursos de água de até 50m de largura e faixas mínimas de 50m para os demais" (BRASIL, 2002), como faixas não edificáveis. Já a Lei nº 11.977/09 permite que a administração municipal atue integradamente no licenciamento ambiental e urbanístico do projeto de regularização fundiária e de regularização das ocupações em Área de Preservação Permanente, APP, mediante estudo técnico que comprove a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior.

Essas duas possibilidades são difíceis de serem aplicadas na bacia do Canal do Cunha, em Manguinhos, como será mostrado no próximo capítulo. No caso dos corpos hídricos de Manguinhos, onde as matas ciliares são inexistentes, há que se deixar claro que a Medida Provisória nº 2166/67, incluída no Código Florestal, faz uma modificação pela qual é considerada uma APP aquelas que têm como função ambiental, coberta ou não por vegetação nativa, a de preservar recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Ocorre que as matas ciliares foram trocadas por casas às margens dos cursos d'água em Manguinhos.

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) em texto online intitulado "Faixa Marginal de Proteção", levanta a seguinte questão: como demarcar Faixa Marginal de Proteção (FMP) numa área cujas características naturais já não existiam? (INEA, 2010). Em 2007, foi elaborado o parecer nº 04/2007 que analisava a situação referente a uma APP que perdeu sua função ecológica, após parecer da área técnica. Nele é afirmado que o limite mínimo previsto no Código Florestal para proteção da margem do curso d'água não deve ser seguido à risca nesse caso, tendo em vista a constatação da perda de sua função ambiental (RIO DE JANEIRO, 2010). Com base nesse parecer, o governo do Estado do Rio criou o Decreto nº 42.356/2010 no qual se caracteriza a inexistência de função ecológica da FMP/APP. No entanto, os limites fixados pelo Código Florestal, que estabelecia em 15 metros o

limite mínimo de ocupação das margens, posteriormente aumentado para 30 metros, são passíveis à redução, em caso da concessão de licenciamento e da emissão de autorizações ambientais, desde que a área se localize em zona urbana e que a vistoria local, atestada por pelo menos três servidores do lnea, comprove a impossibilidade de se aplicar a exigência do limite mínimo imposto pelas leis federal e estadual.

Eles também se inserem no contexto da Faixa Marginal de Proteção, por mais irônico que isso possa parecer dado a poluição daqueles corpos hídricos diante da inércia do Poder Público em recuperá-lo. Assim, toda e qualquer vegetação natural presente no entorno de corpos lacustres e ao longo de cursos d'água passa a ter caráter de preservação permanente. A Faixa Marginal de Proteção é um tipo específico APP, nos termos do art. 268, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. A FMP e a APP coexistem, tendo referências distintas. A FMP visa à proteção especificamente o corpo hídrico, enquanto a APP do Código Florestal tem como objetivo proteger a vegetação. No caso dos rios de Manguinhos, o corpo hídrico e a vegetação estão devastados. Assim como a perspectiva dos moradores da região.

### 3 O PAC E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A POPULAÇÃO RIBEIRINHA

Este capítulo 3 expõe em detalhes a política pública do PAC em Manguinhos. O motivo pelo qual se fez essa opção nesta parte da dissertação é o seguinte: mostrar como o poder público, a despeito de sua proximidade com tais populações, não equacionou os problemas vividos pela população ribeirinha ali. Dessa forma, ele se furta a apontar ou a debater soluções para a questão habitacional como um todo. Para dimensionar a distância da própria política pública em Manguinhos de uma que poderia ser uma de suas prioridades — os ribeirinhos urbanos — vou enumerar aqui alguns elementos no sentido justamente de sinalizar essa distância. Para melhor ambientar a leitura do capítulo 3, optou-se aqui por descrever algumas características do território e algumas questões e desafios em relação ao tema do meio ambiente vinculado à questão da moradia.

Com o objetivo de também manter a concentração no ponto de mira, neste capítulo haverá o esquadrinhamento das promessas e intervenções do PAC, a fim de responder uma pergunta bem objetiva: o que ficou do PAC Manguinhos e como ficaram os ribeirinhos urbanos nesse contexto? Uma imagem já pode dar um bom indicativo do que se quer mostrar aqui: as casas de madeira e papelão sob um dos projetos mais ousados do PAC Manguinhos, a via férrea elevada, cujo objetivo era o de se fazer um parque com lazer e comércio como espaço de convivência para as populações das diferentes favelas ali instaladas. Pelo seu fracasso na prática, o símbolo robusto do poder público ali se transformou assim em um elemento representativo a pôr em xeque a política pública designada para o território em questão. Essa política pública específica teve o Governo do Estado à frente da maioria das obras, a despeito da participação majoritária do Governo Federal em termos de liberação de recursos e da Prefeitura da capital, que investiu menos e fez obras mais pontuais.

Assim, o Poder Executivo fluminense, por estar mais presente em Manguinhos, esteve também à frente das negociações com os movimentos sociais organizados na região, cuja maior representatividade é o Fórum Social de Manguinhos, criado em 2007, no mesmo ano em que começou a ser implementado o PAC de Manguinhos. Criado em março, sua origem teve como atores importantes a Fiocruz e o movimento Agenda Redutora da Violência. Associações de moradores e lideranças locais também tiveram acento na formação do Fórum, que passou a

acompanhar as ações do PAC de Manguinhos, visando à maior participação popular no sentido de influenciar a política pública em prol das reivindicações locais (TRINDADE, 2012, p.160-161).

Este capítulo também visa a tratar de como, à medida que o Fórum Social de Manguinhos teve sua participação minimizada pelo Poder Público, surgiu um complexo quadro marcado por pressões do crime organizado. Por fim, o capítulo também discorre, de forma resumida, sobre as políticas públicas em favela com o objetivo de jogar luz à política pública implementada em Manguinhos.

Tal política não se valeu somente do acúmulo dos processos de urbanização e reurbanização de favelas no Rio de Janeiro como também cometeu equívocos semelhantes aos de experiências passadas, como o Programa Favela Bairro. Nesse ponto, já se quer chamar à atenção à fala de um morador de Manguinhos, apresentada mais abaixo, na qual ele diz que o PAC Manguinhos é como se fosse o Favela-Bairro, no qual as melhorias habitacionais ficaram em segundo plano. Em Manguinhos, não houve melhorias habitacionais nas casas construídas por moradores, não reconhecendo, assim, o esforço deles no ato da autoconstrução. E, embora tenha havido o remanejamento de moradores de algumas áreas em Manguinhos para conjuntos habitacionais, os critérios, como se verá mais à frente, são questionáveis. Há ainda um paralelo possível entre as políticas públicas tocadas na época do governo Leonel Brizola (1982-1986) e as do PAC de favelas, bem como com as mais antigas, como as postas em prática pela Cruzada São Sebastião, uma iniciativa da igreja católica nos anos 1950, que teve forte atuação em favelas.

Se em Manguinhos o saneamento básico ficou em segundo plano e obras icônicas, como a elevação da linha férrea, foram priorizadas, a administração de Leonel Brizola deu maior centralidade a duas questões: saneamento básico e regularização fundiária. É esse tipo de paralelo que se fará, a fim de analisar, sob perspectiva, a política pública do PAC em Manguinhos. A elevação da linha férrea, por seu turno, ombreia-se com o teleférico do chamado Complexo do Alemão, onde o turista que vê ali as favelas — do alto de um teleférico à moda europeia construído também com recursos do PAC — não tem a percepção das valas negras que margeiam o dia a dia dos moradores. Também se equipara, de certa forma, à passarela traçada pelo arquiteto Oscar Niemeyer na Favela da Rocinha, em que os planos de mobilidade do PAC não saíram do papel. E, por fim, emparelha-se ao luxuoso elevador do PAC da Favela do Cantagalo, na Zona Sul do Rio, que, ao

chegar ao alto do morro, proporciona um contraste e uma vista de um conjunto de casas sem melhorias habitacionais. Professora de História da Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), a arquiteta Ana Luiza Nobre em artigo no jornal *O Globo*, termina sua crítica ao elevador do Cantagalo, realizando uma boa síntese do que se quer analisar nesta dissertação de mestrado.

Ao criar uma bolha suspensa e isolada, de estrutura truculenta e hostil à realidade em que se insere, a arquitetura mais alimenta que reduz a desigualdade, e faz com que a espetacularização da miséria se sobreponha ao enfrentamento efetivo dos problemas fundamentais da cidade. (NOBRE, 2010)

Segue foto para se entender melhor o que Ana Luiza quis expressar:



Feitas as primeiras linhas para nortear a leitura deste capítulo, se faz relevante pormenorizar algumas características do território e os desafios quanto ao meio ambiente na área aqui trabalhada. Uma das ações do PAC de Manguinhos – bem no limite com o bairro de Benfica – oferece uma visão, ao mesmo tempo, do passado e do presente do uso e ocupação do solo na região. Nessa área fronteiriça, houve a implosão da fábrica de laticínios da Cooperativa Central dos Produtores de

Leite Ltda. (CCPL), sob alegação de problemas estruturais da edificação. Inaugurada em 1955, a fábrica interrompeu suas atividades nos anos 1990, quando centenas de famílias passaram a residir em seus galpões. Com o PAC, essas famílias foram desalojadas e cadastradas em programas de aluguel social, até receberem alguma indenização ou unidade habitacional em conjuntos de prédios erguidos no âmbito da própria política pública do PAC. Cavalcanti e Fontes (2011), ao tratarem dessa transformação do espaço fabril em moradia, destacam que essa situação é um fenômeno comum a diferentes contextos sociais do país. Especificamente, os apontamentos desses autores norteiam o entendimento do processo de ocupação em Manguinhos em diferentes espaços e tempos:

A trajetória da CCPL, de seus antigos trabalhadores e de seus atuais moradores põe em relevo uma série de processos sociais, históricos e urbanísticos em curso que dizem respeito não somente a essa antiga fábrica em particular, mas também ao seu entorno, e ao modo como se deu a desindustrialização na cidade do Rio de Janeiro. Tal processo de ocupação da antiga fábrica e sua reconversão em espaço de moradia não é fenômeno isolado e permite reconstruir a história das importantes relações entre as fábricas e as favelas nos subúrbios industriais do Rio de Janeiro. Essa inflexão põe em relevo o legado de um Rio de Janeiro industrial, cuja memória é pouco visível ou valorizada no imaginário social relacionado à cidade (CAVALCANTI; FONTES, 2011, p.12)

Esse descortinado Rio de Janeiro industrial, portanto, teve uma relevância central no processo de ocupação em Manguinhos. O bairro, não por acaso, é citado no Decreto nº 6.000 de 1937, no qual foi incluído na Zona Industrial da resolução, como sublinha Vicente Borges (2007): "uma área que se estendia de São Cristóvão até o Cachambi, passando por Benfica, Bonsucesso, Olaria, Penha, Manguinhos e Caju" (BORGES, 2007, p.126). O Decreto nº 6000/37 representa o primeiro Código de Obras do Rio de Janeiro e, como anota o autor, "se tornou uma consolidação dos estudos apresentados pelo Plano Agache" (BORGES, 2007, p.100), elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache. Mila Henriques Lo Bianco (2011) acentua que Manguinhos foi incluído no Plano Agache, que o indicava como bairro industrial devido à proximidade do Centro e da Zona Portuária. Cavalcanti e Fontes (2011) frisam também que três bairros contíguos - Jacarezinho, Manguinhos e Benfica foram chão de indústria desde os anos 1910. Nos anos 1930, destacam os dois autores, as obras públicas de drenagem e saneamento da região alagadiça e recortada por rios facilitariam a instalação de empresas e edificações. Fernandes e Costa, por sua vez, detalham as políticas públicas desse período no bairro.

Durante a gestão do Prefeito Henrique Dodsworth (1937–1945), elaborou-se o Plano da Cidade do Rio de Janeiro, que incorporava a proposta do park-way Faria-Timbó e o Plano Agache (1927–1930), e mais uma vez propunha a transformação de Manguinhos em um bairro industrial urbanizado. Esses projetos limitaram-se, apenas, ao aterramento, à retificação de rios e à construção de alguns conjuntos habitacionais. (FERNANDES; COSTA, 2013, p.3)

Cavalcanti e Pontes dão maior sentido a essa linha do tempo quando ressaltam o ápice do período industrial desse pedaço do subúrbio carioca: "seria na década de 1950 que a densidade fabril de toda essa área se intensificaria tornando-a a principal região industrial da cidade". Eles acrescentam:

A proximidade entre a moradia e os locais de trabalho era uma questão decisiva para a população trabalhadora da cidade. Não à toa, as regiões industriais entre a linha ferroviária da Leopoldina e da Avenida Brasil registram o maior crescimento de favelas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950. Mais de 30% da população trabalhadora do Distrito Federal trabalhava diretamente no setor industrial. Destes, indicava o censo da prefeitura no final dos anos 40, cerca de 50% moravam em favelas. (ABREU, 1987; SILVA, 2005 apud CAVALCANTI; FONTES, 2011, p.17)

No governo Carlos Lacerda (1960-1965), o Plano Doxiadis, segundo Bianco (2011), também assinalava a necessidade de consolidação da região como área industrial e residencial. Para Bianco (2011), entretanto, a região não teve políticas públicas efetivas e a própria zona industrial foi paulatinamente sendo deslocada para outros endereços do Rio de Janeiro. Essa situação, em parte, é consequência do processo de ocupação dos territórios pelo crime organizado, como se vê na passagem a seguir:

Embora a ideia de construção de uma zona industrial tenha perpassado diversos governos e projetos, sua efetivação se deu muito mais pela iniciativa privada do que por investimentos oriundos de políticas públicas. Na região instalaram-se diversas instituições públicas e privadas, dentre elas, a própria FIOCRUZ, Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), Light, Abrigo Cristo Redentor, Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., Souza Cruz, dentre outras. Nas últimas três décadas, entretanto, com a crise econômica que abarcou a cidade do Rio de Janeiro, a intensificação do controle territorial de facções criminosas nas favelas e a conseqüente escalada da violência nessas áreas, muitas indústrias, empresas e fábricas foram desativadas e outras mudaram de endereço. (BIANCO, 2011, p.8)

A Refinaria de Petróleo que leva o nome do bairro, instalada ali em 1954 e que hoje opera abaixo de sua capacidade, permanece como símbolo dessa retração

industrial. Em 2012, o governo do estado chegou a anunciar uma desapropriação do terreno de 600 mil metros quadrados no qual dizia planejar a construção de unidades habitacionais a famílias de baixa renda. A refinaria, contudo, se mantém no lugar, funcionando parcialmente. Estudos indicam a contaminação do solo e dos rios da região com metais pesados e cancerígenos como Cádmio, Zinco, e Chumbo, como descrevem De Léo, Oliveira e Bruno (2014), responsabilizando a refinaria por toda essa poluição ambiental. A degradação do meio ambiente também por resíduos industriais joga um novo elemento sobre a discussão de áreas de risco em Manguinhos.

À semelhança da CCPL, que remete a um só tempo à industrialização e à desindustrialização de Manguinhos e adjacências, a refinaria nos transporta a um tempo em que o uso do solo em Manguinhos foi sinônimo de degradação do meio ambiente. A implantação da estrada de ferro Leopoldina Railway, na década de 1880, representou o início da urbanização e do aterramento de diversas regiões da Baixada Fluminense, entre elas, dos manguezais do estuário de Manguinhos. Como salientam Ronco e Linhares, era uma época em que "a expansão urbana e demográfica da cidade imperial do Rio de Janeiro utilizava estas regiões estuarinas para aterros sanitários" (RONCO; LINHARES, 2012, p.56). A ferrovia sinalizou a transição entre o rural e o urbano na região, e atravessou, como ilustram os dois autores supracitados, os terrenos loteados e ocupados por fazendas desde 1760. A ocupação do Morro do Amorim foi uma das consequências dessa transformação do bairro. O lugar atraiu operários da construção do Instituto Soroterápico Federal, idealizado pelo sanitarista Oswaldo Cruz, inaugurado em 1901 e hoje conhecido como Fundação Instituto Oswaldo Cruz, que tem forte atuação na região.

Em uma área delimitada em 490 mil metros quadrados pela política pública, cuja ocupação é tão associada à industrialização e subsequente desindustrialização, o PAC, a partir de 2008, começou a fazer radicais modificações no espaço. Pivetta e Porto (2008) esmiuçaram a carta de intenções do PAC de Manguinhos, que, como contabilizam os autores, recebeu recursos da ordem de R\$ 662,2 milhões dos governos federal, estadual e municipal. A resposta para os graves problemas habitacionais, por exemplo, veio repleta de números: construção de 1.774 novas unidades habitacionais, compra de 775 casas e melhorias em 350 residências. O saneamento básico, por sua vez, englobava o abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial, recuperação dos rios Faria-Timbó e

Jacaré com arborização e recomposição da área de manguezal.

A regularização fundiária e concessão de titularidade mesmo nas comunidades sem previsão de intervenção do PAC também foi anunciada, assim como a elaboração de um comitê de acompanhamento do PAC com a participação da população local. No entanto, como é possível encontrar na tradição de implementação das políticas públicas, esse desenho de participação da comunidade local para as tomadas de decisões se concretizou de maneira relativa.

Um fato que caracteriza a baixa capacidade da comunidade local no poder de decisão é o projeto de elevação da linha férrea naquela região. O projeto da linha férrea suspensa paralela à Rua Leopoldo Bulhões foi uma obra de grande porte e não necessariamente atendeu às demandas mais básicas. A justificativa para uma obra dessa envergadura foi a de construir um parque sob a linha férrea, com comércio e área de lazer e sem o muro que dividia diferentes comunidades em Manguinhos, onde essa separação simbolizava facções rivais do tráfico de drogas. A área híbrida – a Rua Leopoldo Bulhões – passara a surgir na imprensa comercial apelidada como Faixa de Gaza, um dos territórios mais conflituosos do Oriente Médio. A discussão de uma obra com um custo tão alto é contornada por Pivetta, Zancan e Guimarães (2012). Os pesquisadores calculam que ela sugou 40% do total de recursos do PAC de Manguinhos, impedindo mais investimentos nas demandas dos movimentos sociais de Manguinhos por melhorias habitacionais e saneamento básico.

O arquiteto à frente do consórcio do PAC, Mario Jauregui, explicou à época que, sob a linha férrea, surgiria algo semelhante à Rambla de Barcelona, na Espanha, fazendo uma área de convívio para diferentes populações das favelas de Manguinhos e representando o fim da cidade partida, expressão utilizada pelo arquiteto em uma entrevista ao O Globo feita por este pesquisador em 2008, que, à época, trabalhava neste periódico com sede no Rio de Janeiro:

A via férrea ficará em cima da nossa "rambla". A ideia foi inspirada mesmo na de Barcelona e quer desmontar real e simbolicamente a divisão que existe naquela área carioca. Estaremos assim conectando dois lugares. O lugar foi projetado para ser um ponto de encontro de diferenças e não de separação e segregação. É isso que temos de combater na cidade partida (JAUREGUI, *apud* DAFLON, 2008).

Comparar alguns traços de Jauregui sobre sua "Rambla" e a atual situação do

tão sonhado parque é algo que ajuda a entender o que foi propalado e o que, de fato, foi realizado. Atualmente, onde seria a "Rambla" repleta de animados pedestres se encontra o abandono e pessoas morando em barracos de madeira e papelão, como se veem nas fotos a seguir:



Figura 13 – A Rambla de Manguinhos no traço de Jauregui

Fonte: Projeção de Mario Jauregui. Acervo pessoal.



Figura 14 – A atual realidade da "Rambla de Manguinhos"

Fonte: Acervo pessoal. 13 de fevereiro de 2015

Outras promessas, contudo, foram cumpridas. Uma escola de ensino médio e outra de ensino profissionalizante, além de uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA), a construção de centros esportivo e cultural e de um centro de referência para a juventude direcionado à qualificação profissional foram projetos concluídos. Essas obras, evidentemente, têm suas relevâncias no âmbito de um território com a marca da desassistência. Contudo, as reformas estruturais demandas por Manguinhos não se concretizaram, assim como o processo de envolvimento da comunidade local foi algo que não se estabeleceu. Sobre como as expectativas de sanar velhos problemas, por meio do Fórum Social de Manguinhos, deram lugar a um quadro complexo marcado por pressões do crime organizado é o que passa agora ser analisado.

Às promessas do governo feitas em 2008, visando a informar as obras do PAC de Manguinhos, converge a implementação de uma política pública que ficou em xeque em relação aos movimentos organizados de Manguinhos. Esse questionamento se qualificou, sobretudo devido ao acúmulo desses movimentos quanto ao conhecimento do território. Em 2007, por exemplo, foi criado o Fórum Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo de Manguinhos. Patrícia Evangelista ressalta, em documento publicado pelo Fórum, que o PAC Manguinhos

não foi uma inspiração do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao fazer um sobrevoo de helicóptero sobre a região, como quer fazer crer o governo do estado:

Em dezembro de 2006, nós do movimento social manifestamos, em um Seminário, para o Ministério das Cidades, nossas bandeiras prioritárias: saneamento integrado, infra-estrutura social e habitação saudável! Diante do diagnóstico socioambiental, o representante do Ministério se comprometeu com a inclusão de Manguinhos entre as prioridades de investimentos da Secretaria de Saneamento. Depois veio o anúncio do PAC-Manguinhos, (EVANGELISTA, 2008, p.2).

A despeito de toda essa mobilização de Manguinhos, não houve um incentivo do poder público à participação de lideranças e moradores, na visão do Fórum Social de Manguinhos. Em fevereiro de 2009, este Fórum, em informe redigido onze meses depois do início das obras do PAC, deixou clara sua insatisfação com o governo do estado.

No dia 4 de agosto de 2007, o vice-governador do Estado esteve na Quadra da Escola de Samba Unidos de Manguinhos, onde prometeu, diante de milhares de concidadãos, a implantação imediata de um Conselho de Acompanhamento do PAC-Manguinhos. Foi formado então, no 2º semestre deste ano, um Conselho informal com a atribuição de debater e formalizar a constituição deste órgão de participação social e gestão compartilhada. O Fórum Social de Manguinhos, conforme foi solicitado pelo Estado, encaminhou, no início de janeiro de 2008, uma proposta de regimento para a constituição deste Conselho. foram feitos pequenos acertos consensuados então com todos os participantes. A proposta foi bem aceita inclusive pelos representantes do governo do Estado neste Conselho informal, então coordenado pelo Subsecretário de Obras Vicente Loureiro. Somente seis meses após esta proposição da sociedade, a Casa Civil do Governo do Estado rejeitou-a e não apresentou qualquer texto-alternativo ou encaminhamento. (FÓRUM SOCIAL DE MANGUINHOS, 2009a, p.4)

O Fórum Social de Manguinhos produziu esse informe em 2009 sobre as expectativas da população das favelas do bairro em relação à política pública do PAC, em um momento em que as obras estavam em ritmo pleno. Pela sua riqueza, vale a pena retratá-lo mais detalhadamente, a fim de que fique claro que o acúmulo de políticas públicas de intervenções em favelas não é somente restrito a urbanistas, arquitetos, planejadores urbanos, sociólogos, antropólogos, geógrafos. No informe, um morador da Vila Turismo, margeada pelo Rio Faria-Timbó, sobre a intervenção do PAC em Manguinhos, é taxativo:

Gilson, da comissão de moradores de Vila Turismo, resgata a situação da sua comunidade colocando que não existe um programa de habitação efetiva, mas uma intervenção modelo Favela-Bairro,

com indenizações que não corresponde aos gastos e valor real das casas. Contrapõe também a compra assistida que não leva em consideração as relações sociais e vidas ali construídas. Os moradores estão apreensivos<sup>4</sup>, pois não sabem do seu destino – expressa Gilson. (FÓRUM SOCIAL DE MAGUINHOS, 2009b, p.5).

Gilson afirma que a proposta de política pública de Manguinhos é uma intervenção "modelo Favela-Bairro", ou seja, não há um "programa de habitação efetiva". Tratase de uma boa provocação ao programa Favela-Bairro. Sérgio Magalhães — secretário municipal de Habitação na época da implementação do Favela-Bairro — ao anunciar o Programa Morar Carioca, uma continuação do Favela-Bairro, em 2010 disse, numa entrevista (DAFLON, 2010b), que o então novo programa iria se diferenciar do próprio Favela-Bairro, sobretudo no que diz respeito à melhoria das casas dos moradores.

Gilson, sem essa pretensão, pode ter feito um uma síntese e um diagnóstico, ao mesmo tempo, das intervenções em favela do Favela-Bairro. Sua fala é convergente com a do próprio secretário de Habitação da época do programa. Magalhães admitiu em 2010, em entrevista ao *O Globo*, que uma das falhas do Favela-Bairro foi o baixo investimento na melhoria das casas das pessoas. Fazendo uma comparação com as obras do PAC, o Favela-Bairro subestimou as melhorias habitacionais, mas não teve a característica de obras icônicas do PAC, como a elevação da linha férrea, a passarela da Rocinha e o elevador de acesso à Favela do Cantagalo. Mas, como o PAC, seus formuladores não enxergaram prioridades como o da melhoria habitacional.

A fala de Gilson nos leva a refletir sobre a reurbanização de Manguinhos dentro de um contexto: o da história de intervenções em favela no Rio de Janeiro, nas quais as melhorias habitacionais vêm sendo descartadas em termos de prioridade. Nesta dissertação serão tratados alguns aspectos desse processo de maneira não cronológica, a fim de se ressaltar que o PAC, o próprio Favela-Bairro e outros programas afins não podem ser analisados isoladamente de outras e relevantes mudanças socioespaciais em favelas.

Na crise dos anos 1980, o governo municipal do Rio de Janeiro deslocou a "solução" da questão habitacional para as políticas de urbanização de favelas, obscurecendo outras formas de morar. E isso não ocorreu por acaso. No livro *Planeta Favela*, Mike Davis (2006) discorre sobre a virada formulada pelo Banco

\_

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Grifos originais.

Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e disseminada em vários países do chamado Terceiro Mundo. As pesquisas acadêmicas seguiram a direção do Estado (financiador das pesquisas) e também deslocaram suas atenções para as favelas, fazendo, assim, um reducionismo da questão habitacional. Davis desvela as intenções do BIRD:

Melhorar as favelas em vez de substituí-las tornou-se a meta menos ambiciosa da intervenção pública e privada. Em vez da reforma estrutural da pobreza urbana imposta de cima para baixo, como havia sido tentado pelas democracias sociais da Europa no pósguerra e defendido pelos líderes revolucionário-nacionalistas da geração dos anos 1950, a nova sabedoria do final da década de 1970 e início da de 1980 exigia que o Estado se aliasse a doadores internacionais e, depois, a ONGs, para tornar-se um "capacitador" dos pobres. Em sua primeira interação, a nova filosofia do Banco Mundial, influenciada pelas ideias do arquiteto inglês John Turner, insistia numa abordagem de oferta de "lotes urbanizados" (fornecimento de infraestrutura básica de água e esgoto e obras de engenharia civil) a fim de ajudar a racionalizar e melhorar as habitações construídas pelos próprios moradores (DAVIS, 2006, p.79-80).

A formulação de Mike Davis, naturalmente, pode ser ilustrada, no caso do Rio de Janeiro, pelo programa Favela-Bairro. Iniciado pela prefeitura da capital em 1993, ano em que ocorreram os primeiros entendimentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, organismo financeiro internacional de fomento com atuação na América Latina e Caribe. Em sua primeira fase, o programa visava à urbanização à época de cerca de 60% favelas de porte médio (RANDOLPH, 2001, p.04) e a beneficiar cerca de 220.000 pessoas. A repercussão do Favela-Bairro foi tão grande que, ao mesmo tempo que seus formuladores tornaram-se mais conhecidos, ofuscou outras intervenções em favelas ao longo da história do Rio de Janeiro. Tais intervenções foram justamente em lugares onde a ocupação foi induzida por ações do próprio poder público. Adauto Lúcio Cardoso (2007) expõe as razões que levaram a população de baixa renda ter se deslocado para morros e áreas de mangue e alagados ainda na primeira década do século passado:

Os cortiços foram formalmente proibidos pela legislação, já no final do século XIX, assim como também foram objeto de programas de erradicação, como, por exemplo, através da famosa política do "bota-abaixo" que caracterizou a gestão do Prefeito Pereira Passos (1903-1907) na cidade do Rio de Janeiro. O sucesso da política de erradicação de cortiços no Rio de Janeiro resultou na transferência do problema: na falta de outras opções, a população de baixa renda subiu os morros, ocupou as áreas de mangues e alagados, as áreas públicas ou outros terrenos pouco valorizados pelo mercado. Esses

assentamentos tinham como principais características a ocupação do solo sem parcelamento regular prévio, a precariedade física das moradias, a ausência de infraestrutura e a irregularidade da propriedade do solo. (CARDOSO, 2007, p.220)

Gonçalves (2006) acrescenta um fator importante ao debate sobre a distribuição dos usos do solo no início do século passado: segundo ele, a legislação da então capital federal provocou e estimulou a ocupação dos morros e dos subúrbios, como podese perceber no Decreto nº 762 de 1900 em seu art. 33. Nele, determinava-se que "os barrações toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para a obtenção da licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações". Ou seja, falar da formação das favelas sem mencionar como ações do poder público e leis foram responsáveis pelo deslocamento de populações pobres a áreas que mais tarde seriam rotuladas como favela é não só um reducionismo muito grande da questão como também cair no discurso fácil e falacioso de taxar seus moradores como invasores, prática ainda comum nos dias de hoje. Gonçalves, nesse sentido, põe os pingos nos is:

Ressalte-se que o supracitado artigo permite a construção de tais barracos toscos somente nos morros que ainda não tivessem habitações, o que nos leva a concluir que a ocupação dos morros já era um fato conhecido e bem difundido. Esta ocupação permitiu o prosseguimento da política de destruição dos cortiços e a liberação progressiva dos terrenos ocupados mantendo, contudo, a população próxima do mercado de trabalho. Desta forma, assegurou-se nova divisão sócio-espacial que se queria implementar na cidade, com uma divisão mais nítida entre trabalho e moradia e um distanciamento mais claro entre as classes sociais, sem onerar os custos de produção. (GONÇALVES, 2006, p. 5)

A partir da década de 1940, como delineia novamente Gonçalves (2013), flagra-se o poder público se comportando dubiamente em relação à favela. Segundo ele, a administração do então Distrito Federal mal a tolerava e, em parceria com a Igreja Católica, implementava algumas políticas públicas nesses assentamentos. A Fundação Leão XIII, criada em 1946 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro em conjunto com o próprio governo do Distrito Federal, como detalha Burgos (2005), levou serviços básicos a 34 desses assentamentos entre 1947 e 1954, a despeito do Decreto-Lei de 1937, o Código de Obras que determinava a erradicação das favelas com suas populações transferidas a parques proletários (BURGOS, 2005).

Já a partir de 1955, Dom Hélder Câmara passou a coordenar as ações da Cruzada São Sebastião, da Igreja Católica, e a Prefeitura, um ano depois, criou o

SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), primeiro órgão especificamente para a urbanização de favelas, ainda trazendo no nome a marca do higienismo, tão posto em prática na gestão Pereira Passos. O SERFHA teve atuação menos que modesta.

À diferença do SERFHA, a Cruzada São Sebastião realizou melhorias em serviços básicos em doze favelas e ergueu um conjunto de dez prédios no bairro do Leblon, em terreno da União cedido pelo então presidente da República, Café Filho (SIMÕES, 2008, p.15), onde famílias de três favelas próximas passaram a residir. Além disso, a Cruzada interveio contra a remoção de três outras favelas: Borel e Esqueleto, em 1958, e Santa Marta, 1959. Na década seguinte, o governo do estado da Guanabara criou a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco).

Em 1968, o órgão iniciou um processo de urbanização em três favelas: Mata Machado, Brás de Pina e Morro União, com destaque para a de Brás de Pina. Nela, a equipe do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos fez um intensa escuta da população, que pôde, assim, influenciar todo o processo arquitetônico e urbanístico do lugar (MELLO, 2014). As três favelas foram exceções à regra da erradicação das favelas como política posta em prática pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAN), órgão subordinado ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Mais de cem mil pessoas (BURGOS, 1998) foram removidas de cerca de 60 favelas destruídas entre 1964, ano da fundação do BNH e da instauração do regime militar, e o ano de 1975, quando houve um arrefecimento da política de erradicação das favelas.

As remoções no Rio têm como um marco temporal da sua a interrupção os anos 1980, quando surgiu o debate não só sobre a permanência das favelas como também a promoção da regularização fundiária e de dotação de infraestrutura nesses assentamentos. Esse cenário nutriu o programa "Cada família, um lote", criado na gestão do então governador do Rio, Leonel Brizola. Compans (2003) revelou, entretanto, um resultado modesto: somente 13.604 destes títulos foram entregues em 15 favelas beneficiadas pelo Programa, todas na capital (COMPANS, 2003, p.46). Seja como for, houve regularizações fundiárias simbólicas, como em Brás de Pina e dos apartamentos dos dez blocos do conjunto da Cruzada São Sebastião. E, entre 1983 e 1985, ainda na gestão Brizola, o Programa de Favelas da Cedae (Proface) levou sistema de água e esgoto para algo em torno de 60 favelas. (BURGOS, 1998, p. 42).

Entender o que era o PAC, o Favela-Bairro e outras intervenções de favela ajudam a compreender os desdobramento do PAC de Manguinhos. O PAC de Manguinhos, à semelhança do Favela-Bairro, foi um política pública que não enxergou algumas reais necessidades das populações onde aconteceram essas intervenções. A fala de Gilson supracitada é emblemática nesse sentido, quando ele aponta que o PAC não melhorou a residência das pessoas que a levantaram com a prática da autoconstrução. Gilson afirmou que o PAC de Manguinhos é um Favela-Bairro e, portanto, não visou à qualificação das casas das pessoas. No que se refere aos ribeirinhos urbanos, o PAC Manguinhos não deu uma solução habitacional superior à que parte dos próprios moradores criou, como se verá em detalhes mais adiante, com um grande esforço coletivo na Favela Mandela de Pedra, que acabaria extinta. Há que se chamar à atenção aqui para o fato de o reassentamento em Manguinhos, ter sido algo distante do direito à moradia. O reassentamento, no caso de Mandela de Pedra, foi feito no contexto da administração municipal do Rio de Janeiro, com o prefeito Eduardo Paes à frente (2009-2016) e no qual a prática da remoção de famílias em favelas passou a ser naturalizada, atingindo pelo menos 65 mil pessoas (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2016).

O PAC e o Favela-Bairro, assim, se imbricam por intermédio de práticas ou mesmo ausências de iniciativas que seriam importantes, como saneamento básico e melhorias habitacionais. O arquiteto responsável pelas obras em Manguinhos, o argentino Jorge Jauregui, por exemplo, assinou projetos do programa Favela-Bairro na capital, como Fernão Cardin, na Zona Norte, e Vidigal, na Zona Sul.

Jauregui também conhecia bem o bairro de Manguinhos. Em 2003 e 2004, ele entregou um relatório à prefeitura do Rio intitulado Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) de Manguinhos, após o consórcio de empresa ao qual estava associado vencer uma licitação. O PDU de Manguinhos estava vinculado, por sua vez, à segunda fase do Programa Favela Bairro. O fato de já haver um estudo do espaço, segundo Trindade (2013), tornou mais plausível a vinda de recursos do Governo Federal. Trindade realça que o governo do Estado utilizou um projeto já pronto à procura da agilização da vinda dos recursos federais. A ânsia por esse recurso flagra o próprio poder público na disputa pelo espaço de Manguinhos.

A movimentação comunitária de Manguinhos teve papel preponderante na conquista de intervenções públicas para melhorias nas questões de saneamento e habitação, ainda que estivesse atrelada ao interesse governamental na garantia de recursos para o

estado. Isso quer dizer que a destinação das verbas para obras em Manguinhos respondeu também, por outro lado, aos interesses políticos do governo estadual na obtenção dos recursos do PAC. (TRINDADE, 2013, p.8)

No relatório do PDU, como demonstra Castro, Moraes e Costa (2014), as escutas à população deram conta de que os problemas prioritários de Manguinhos eram justamente relacionados ao saneamento básico e à habitação, algo que, para dizer o mínimo, ocorreu apenas parcialmente, como apontam os autores:

A SMH (Secretaria Municipal de Habitação), licitou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU-Manguinhos). A construção do Diagnóstico do PDU-Manguinhos fez consulta a associações de moradores, entre outras consultas. Nestas consultas, questões como saneamento e da Habitação Saudável aparecem como prioritárias. Mas a prioridade técnico-burocrática recaiu sobre a elevação da via férrea, adiando, ainda indefinidamente, a expansão do tronco coletor de Benfica, de forma a levar os esgotos para a ETE [Estação de Tratamento de Esgoto] Alegria. (CASTRO; MORAES; COSTA, 2014, p.5)

No fim do PAC de Manguinhos em 2010, o saneamento básico não estava equacionado, os rios todos continuavam imundos e as casas à beira-rio estavam tanto no Canal do Cunha como nos rios Jacaré e Faria Timbó, sem perspectiva de uma regularização fundiária. De acordo com Pivetta, Zancan e Guimarães (2012), a linha férrea suspensa já estava prevista no PDU de Manguinhos, que condicionava sua elevação justamente à solução dos problemas de saneamento e moradia.

Alexandre Pessoa, diretor da Associação de Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc), ao ser entrevistado para este trabalho, deixa claro que isso não ocorreu. Ele afirmou que a situação de Manguinhos sem saneamento básico é algo que se pode relacionar ao conceito de racismo ambiental<sup>5</sup>:

A Estação de Tratamento de Esgoto, que fica no Caju, trata o esgoto da Tijuca, de São Cristóvão e do Centro, mas não o de Manguinhos, que é quase ao lado dele. Isso é racismo ambiental, do qual a comunidade da Maré também é vítima. Pelo próprio site da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro), veem-se os troncos coletores executados e os não executados, e esse mapa expõe o racismo ambiental ao que me refiro. (PESSOA, 2016)

Passados oito anos do início das obras, percebe-se que, em termos de saneamento básico, o que foi realizado foi apenas a ligação de algumas casas a troncos coletores, porém sem que esses troncos fossem ligados à rede formal, mantendo,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Segundo matéria publicada no jornal *O Estado*,o "racismo ambiental também pode ocorrer no meio urbano, por meio de práticas ofensivas ao meio ambiente, ou, discriminação de grupos sociais geograficamente localizados, e podem ser motivadas por raça, cor ou classe social." (LOPES, 2014)

assim, a carga de esgoto direcionada para os rios, como atesta relatório da Fiocruz de 2016:

A precariedade do sistema de esgoto e de água, com as tubulações correndo próximas, faz com que o esgoto, em determinadas situações, retorne nos canos de água, contaminando a água. Segundo a avaliação de um morador "O que aconteceu é que as grandes obras, como a elevação da via férrea e construção de prédios, foram entregues a grandes empreiteiras e as outras para pequenas empreiteiras, que visando maior lucro fizeram o esgoto pluvial junto com o esgoto sanitário; manilhas de 50 estão cheias de areia e entupindo; acontece que os canos de esgotos arrebentam e contaminam a água potável, nas tubulações que correm juntas ou próximas. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016, p. 34).

O PAC de Manguinhos, portanto, ao investir em megaequipamentos como a linha férrea suspensa em Manguinhos, entre outros exemplos, deixou, nesses dois agrupamentos de favelas – como também aconteceu na Rocinha – de lado o equacionamento do saneamento básico. É nessa perspectiva que Alex Ferreira Magalhães, em sua tese de doutoramento no Ippur detalha o programa "Cada família um lote", do então governador Leonel Brizola, que nos anos 1980 demonstrou ter tido mais atenção à questão do saneamento básico.

Esse programa, uma iniciativa pioneira, no campo do saneamento básico, em comunidades de baixa renda, foi desenvolvido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, entre 1983 e 1986, na primeira gestão de Leonel Brizola, tendo dotado as favelas de sistemas de águas e esgotos, integrados à rede dos respectivos bairros (BURGOS, 2004, p. 41 *apud* MAGALHÃES, 2014, p.209).

#### Magalhães continua afirmando que:

De 1987 a 1990, foi denominado SANEAR, mantendo as mesmas características do PROFACE, voltando à denominação original, no período de 1991 a 1994, no segundo mandato de Leonel Brizola. O programa planejava o atendimento a todas as favelas do estado, tendo atendido, efetivamente, 216 favelas, até 1994. Tinha como estratégias incorporar a participação da comunidade ao processo de intervenção, respeitar as características físico-territoriais e culturais encontradas, aproveitar os sistemas de saneamento existentes, além de visar a otimização dos investimentos, através da integração de outros órgãos públicos, envolvidos no processo (MAGALHÃES, 2014, p. 209).

Ana Lucia Britto também aborda o primeiro período de Brizola à frente do Governo de Estado. Segundo ela, a participação popular à época rompeu com o clientelismo vigente no poder público. Aqui, vale a comparação com o distanciamento do Governo do Estado dos movimentos sociais em Manguinhos, sobretudo do Fórum Social de Manguinhos, com o incentivo à participação popular no primeiro governo

de Brizola no Rio de Janeiro:

A análise do desenvolvimento destes programas revela uma nova dinâmica da gestão urbana, completamente diferente daquela que caracterizava a administração precedente, dinâmica esta que estará presente também na gestão dos serviços de saneamento básico. A gestão urbana vai assim caracterizar-se por dois aspectos essenciais: a existência de uma forte preocupação social e de uma nova maneira de abordar a questão da participação popular, aspecto reconhecido como central no desenvolvimento dos programas. No que diz respeito à participação popular, é importante lembrar que o governo Brizola se insere em um contexto de redemocratização e de forte mobilização da população. Na região metropolitana o número das associações de moradores combativas é muito expressivo. Adaptando-se a esta conjuntura, o governo Brizola se propõe a desenvolver uma forma de administração aberta à participação popular, e ao diálogo com as diferentes entidades representativas da sociedade. Esta proposta representa uma novidade com relação à administração anterior. Sua concretização significava que habitantes não seriam mais obrigados a passar pelas redes de clientelismo para ter acesso aos organismos da administração. Ela representa, de fato, uma redefinição da relação entre o poder público e o habitante. (BRITTO, 2004, p.5)

O foco em serviços sociais mais urgentes na administração Brizola e no incentivo à participação popular quanto a políticas públicas faz, assim, um contraste com a política implementada pelo PAC em Manguinhos nesses dois aspectos. A espetaculosa linha férrea suspensa e o arrefecimento da participação popular são elementos que deságuam na falta de prioridade ao saneamento básico e às necessidades das populações ribeirinhas ali.

Nesse território recheado de contradições, ao mesmo tempo esquecido e palco de uma grande intervenção como o PAC, os moradores instalados em três cursos d'água da sub-bacia do Canal do Cunha – pertencente à bacia hidrográfica da Baía de Guanabara – têm um quadro de indefinição em relação a seu destino.

Entrevistei, para esta dissertação, Ruth Julberg, coordenadora social do PAC social e vinculada à Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Emop), para perguntar por que as localidades de Varginha, à beira do Rio Jacaré, e Nelson Mandela, à beira do Canal do Cunha, não foram contempladas no sentido de resolver a situação fundiária e de riscos de inundação e doenças de veiculação hídrica. Ruth não respondeu objetivamente, mas fez uma afirmação, reforçando a aura de irregularidade que cerca esses assentamentos à beira dos rios: "Aquelas famílias não poderiam morar ali tão próximas de rios" (JULBERG, 2015).

Infira-se, assim, que o governo do Estado não dispõe de justificativas para a

decisão de não iniciar obras onde Varginha e Nelson Mandela estão instaladas, diferentemente do que aconteceu com a área denominada Mandela de Pedra. Em maio de 2009, o então secretário de Obras do governo do estado e vice-governador, Luiz Fernando Pezão, disse que levou ao Canal do Cunha o secretário de Fazenda da época, Joaquim Levy, sob a alegação de que este se sensibilizaria com a situação de miséria em Mandela de Pedra. "Foi uma maneira de liberar recursos o mais rapidamente possível", disse Pezão ao *O Globo*, em 13 de maio de 2009, em reportagem deste pesquisador àquele veículo de comunicação. Na mesma matéria, Pezão admitiu que, na obra do PAC, estava prevista ali, paralelamente ao Canal do Cunha, uma avenida ligando a Rua Leopoldo Bulhões à Avenida Brasil. O então secretário, no entanto, quis enfatizar a situação dos ribeirinhos de Mandela de Pedra e não a de mobilidade.

A possibilidade de demagogia, nesse caso, não deve ser descartada, já que outras populações ribeirinhas dali, das localidades de Varginha e Nelson Mandela, se mantêm em Manguinhos desde a década de 1940, quando ocorreu a ocupação de área de várzea, entres os rios Faria-Timbó e Jacaré, dando origem à comunidade Parque Carlos Chagas ou Varginha. Em 1995, Mandela de Pedra foi ocupada. Assim, embora Pezão tenha colocado em segundo plano a via que passaria onde estava então instalada a Mandela de Pedra, a percepção que se tem é a de que a via foi a razão principal por que o então vice-governador quis dar um fim à Mandela de Pedra. Como foi de minha autoria a reportagem em que Pezão anunciou a erradicação da favela, é interessante registrar uma passagem do semiólogo francês Roland Barthes para ilustrar melhor o que aconteceu. Nos anos 1950, Barthes já chamava a atenção de como a imprensa visa a naturalizar certas situações, embaçando a realidade.

No livro *Mitologias*, ele (2001) narra sua história numa barbearia, na qual bate os olhos na revista Paris-Match, cuja capa estampava "um jovem negro vestindo um uniforme francês faz a saudação militar, com os olhos erguidos, fixos sem dúvida numa prega da bandeira tricolor". Para Barthes, a imagem deveria estar no contexto dos conflitos coloniais, e a foto queria passar ao leitor um império francês com negros fiéis ao poder da metrópole, que à época tentava manter seu império colonial africano. A imagem da revista, no entanto, negava os conflitos, as violações de direito e as contradições do imperialismo francês. (BARTHES, 2001, p. 138)

Atualmente em Manguinhos, além de Varginha, há uma favela denominada

Nelson Mandela, na qual boa parte da população vive em casas à beira dos rios Faria-Timbó e Jacaré. No trajeto dessas casas, não há qualquer previsão de passar uma via expressa, à diferença do que ocorreu com a extinta Mandela de Pedra. Apesar de a obra não ter sido feita até o fechamento desta pesquisa, devido a essa perspectiva, as famílias de Mandela de Pedra foram removidas da localidade. No mapa que segue abaixo, onde se lê Parque Carlos Chagas é justamente a localização de Varginha. Como se percebe, a área de Varginha é um triângulo, no qual a base é a Rua Leopoldo Bulhões. Os rios Jacaré e Faria-Timbó (no mapa chamado de Canal Faria Timbó) convergem, seguindo — tendo à sua direita a Fundação Oswaldo Cruz e à sua esquerda a comunidade de Nelson Mandela — até se encontrar com o Canal do Cunha.

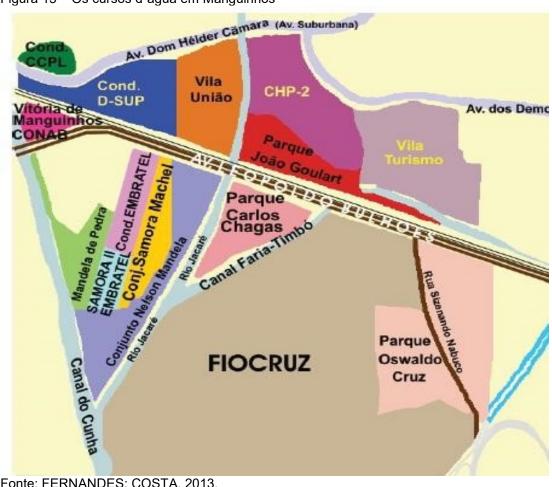


Figura 15 – Os cursos d'água em Manguinhos

Fonte: FERNANDES; COSTA, 2013.

Em entrevista para esta dissertação, Ruth Julberg afirmou que o remanejamento de Mandela de Pedra foi feito dentro de parâmetros legais.

> Beirando o Canal da Cunha, num lugar conhecido como Avenida Atlântica, nós retiramos todas as famílias que moravam nesse lugar. Pelo menos 40% das casas eram de madeira e as condições de vida eram muito precárias. Todas foram indenizadas ou tiveram o que chamamos de compra assistida, que é o governo ajudando na compra de uma nova casa. (JULBERG, 2015)

O relato de Arnaldo, um dos moradores que viveram em Mandela de Pedra então sob a ameaça de remoção, demonstra uma tensão bem maior do que a exposta pela entrevistada anterior.

> Eles não falaram nada ainda. Por alto, o que a gente sabe é que o valor da indenização é muito baixo, não dá nem pra uma reforma, que dirá procurar outro lugar para morar. A minha casa, assim como a de muita gente por aqui, é bem cuidada. Sou aposentado e já investi meu dinheiro no barraco. Reformei tudo à toa? — contesta Sr. Arnaldo, muito preocupado. (...) Tudo está sendo resolvido entre eles lá. O planejamento é todo com eles. Só chegam com a decisão tomada aqui na associação e falam que querem fazer uma reunião, mas a reunião maior é só entre eles. Ninguém sabe de nada.

Pergunte pra qualquer presidente de associação em Manguinhos se sabe de alguma coisa. Só disseram que algumas pessoas vão morar em uma casa comprada pela Prefeitura, outros serão transferidos temporariamente e outro grupo vai ser indenizado, mas não foi dito qual é o valor máximo ou mínimo das indenizações. (GRANJA, 2008)

Nesse sentido, o jurista Edesio Fernandes afirmou que todas as populações, em caso de realocação levada à frente pelo poder público sob alegação de risco, têm o direito de exercer processos negociais, exigindo o direito à moradia, levandose em conta proximidade ao trabalho e os laços criados na comunidade retirada, entre outros fatores (FERNADNES, 2016). No caso de Mandela de Pedra, a questão é se o direito à moradia foi respeitado diante da fragilidade em que viviam aquelas famílias.

Em Manguinhos, essa fragilidade, especificamente ao que se refere à Mandela de Pedra, aumentou devido não só à pressão do poder público para que as famílias saíssem de lá. O tráfico de drogas fortemente armado ali também as pressionava. Sem afirmar que houve intencionalidade de uma ação conjunta, poder público e tráfico fizeram pressões que se sobrepuseram e se intensificaram. Ressalta-se que essa sobreposição de pressões não é uma novidade no Rio de Janeiro, no que diz respeito a intervenções em favelas, embora seja pouco abordada em trabalhos acadêmicos, até por conta da dificuldade de um trabalho de campo para observar a ação do tráfico de drogas ou da milícia na disputa pelo espaço em um dado território. Luiz Antonio Machado da Silva e Márcia Pereira Leite no artigo *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?* trouxeram o tema à tona em relação ao programa Favela-Bairro:

O secretário de segurança diz que não existe poder paralelo, que a polícia está ali para combater, vai fazer, acontecer. Mas, por debaixo do pano, vão e: "— cara, olha, a gente vai entrar". Favela-Bairro [amplo programa de urbanização (melhorias físicas) implementado pelo município em inúmeras favelas] ou alguma coisa: — "Tem que ser assim, senão não entra" (...). Então é uma loucura, como é que a gente que está lá dentro — se o próprio poder público é refém do tráfico — vai correr? Você vai para onde? Como ela falou: "você vai para a delegacia?" Não vai... (SILVA; LEITE, 2007)

Como demonstram os autores, no programa Favela-Bairro (1994-2008), o tráfico de drogas passou a conviver com intervenções do poder público mais intensamente. Essa mesma convivência ocorreu nas obras do PAC de Manguinhos. Elas começaram em 2008. A instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP),

no entanto, só ocorreu ali 16 de janeiro de 2013. Ou seja, até a UPP as obras do PAC em Manguinhos aconteceram com a presença forte do tráfico de drogas armado representado pela facção Comando Vermelho.

Nessa discussão é preciso inserir atores que vão além do poder público, do tráfico e dos moradores. Afinal, o consórcio de construtoras que fez as obras do PAC de Manguinhos, formado pelas empresas Andrade Gutierrez, EIT e Camter, vencedoras dos editais para as obras do PAC (PIVETTA; ZANCAN; GUIMARÃES, 2012, p.22) teve um forçado convívio com um tráfico de drogas. Este pesquisador deparou mais de uma vez traficantes com fuzis em meio a obras.

Há relatos de quem observou o processo de remoção em Mandela de Pedra que a conjunção — tráfico, consórcio construtor e poder público — influenciou na negociação de indenizações ou mesmo na transferência para conjuntos habitacionais construídos no próprio bairro de Manguinhos. Um desses relatos, de uma pessoa que preferiu não se identificar, mostra uma forma do tráfico de, literalmente, ocupar espaço. Ao saberem das perspectivas de erradicação em Mandela de Pedra, traficantes construíram casas às pressas para delimitar uma área e entrar no processo de indenizações ou receber um apartamento em algum conjunto habitacional construído pelo PAC em Manguinhos. A dificuldade em um estudo acadêmico é justamente identificar as pessoas responsáveis por esses relatos.

Mas no dia 16 de janeiro de 2012 uma reportagem feita pela *Empresa Brasil de Comunicação*, mostra que o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, admitia que o tráfico disputava unidades habitacionais do PAC:

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, admitiu hoje (16) que, em Manguinhos, zona norte da capital fluminense, traficantes estão expulsando proprietários de imóveis construídos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ameaçando recenseadores e manipulando o sorteio de unidades habitacionais na região. "A gente ainda tem lá [em Manguinhos] problemas seríssimos de desmando, em função de o Poder Público não estar plenamente lá", disse Cabral explicando que a situação foi semelhante no Complexo do Alemão e na Rocinha, até a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nessas comunidades. (GONÇALVES, 2012)

Pode-se inferir, ainda, que a atuação do Fórum Social de Manguinhos foi não só minimizada pelo Governo do Estado como também por uma presença do tráfico de drogas na disputa por imóveis e indenizações. Frente a esse quadro, como

pensar o exercício de processos negociados por parte dos moradores, que como afirma Edesio Fernandes, é um direito de todo cidadão? Uma discussão pode-se abrir sobre se foi ou não conveniente a pressão do tráfico para o fluxo das obras e para a política pública em si. Se imaginarmos que um morador vê o tráfico de drogas no meio de uma negociação de reassentamento de sua família, isso pode fazê-lo desistir de uma resistência quanto à proposta do poder público. O silêncio sobre essas questões pode também ser proporcional ao medo de tocar nesse complexo vespeiro.

Em uma política pública em que se flagra uma escuta frágil aos moradores do território e a pressão do tráfico de drogas sobre esses mesmos moradores, cabe uma questão aparentemente simples: se o morador era ou não era prioridade. Em entrevista para este trabalho no dia 5 de setembro, o Coordenador da Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz, José Leonídio de Souza, complexifica o ponto. Na sua percepção, o PAC de Manguinhos visou à mobilidade da cidade - e não das comunidades - e à montagem de um novo modelo espacial, em que a segurança pública tivesse um papel protagonista.

Há uma discussão que respeita a hipótese de que a elevação da via férrea foi planejada também como medida de segurança, já que houve a retirada do muro que separava algumas comunidades e o aumento do campo de vi são a partir da Rua Leopoldo Bulhões, conhecida como Faixa de Gaza devido a problemas de violência. E a mobilidade pensada para o PAC é algo muito mais associado a facilitar o trânsito na cidade, como se pode notar na via expressa projetada para beirar o Canal do Cunha, e à própria entrada da polícia. Mobilidade e segurança pública, portanto, foram mais contemplados, em detrimento de melhorias habitacionais e saneamento básico. A maneira como foram reassentados alguns moradores de Mandela de Pedra diz muito em relação às prioridades do PAC; famílias reclamaram do valor das indenizações em um bairro cujos preços dos imóveis subiram justamente pela valorização imobiliária trazida pelas obras. (SOUZA, 2015)

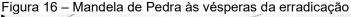
No caso de Mandela de Pedra, houve, adiciona Leonídio, uma demonstração de como o reassentamento priorizou a retirada das pessoas, em detrimento do direito à moradia e, nos casos mais extremos, da assistência social.

Em Mandela de Pedra, havia grande incidência de viciados em crack entre os jovens ali. O problema social era intenso. Mas o PAC subestimou esse problema. As negociações para que as famílias saíssem de lá não levaram em conta que ali havia um problema de saúde pública, entre outros, que mereceriam um melhor encaminhamento. (SOUZA, 2015)

No próximo capítulo, esta dissertação vai dar justamente ênfase ao caso de Mandela de Pedra. As comunidades ribeirinhas que permanecem em Manguinhos, como Varginha, Nelson Mandela e Parque João Goulart também figurarão no capítulo 4. Agora, o momento é de "ler" a voz de quem vive e viveu a experiência à beira rio.

#### 4 A VOZ DE QUEM VIVE À BEIRA RIO

Mandela de Pedra era uma localidade com casas de madeira à beira do Canal do Cunha. Nesta dissertação, o caso de estudo é este assentamento já erradicado. O objetivo primário é recuperar um pouco da história daquela população visando mostrar como, a despeito das condições precárias, criou-se ali uma comunidade com famílias solidárias, com um espírito de pertencimento ao lugar, apesar da irregularidade fundiária, do risco de se morar à beira de um curso d'água com a perspectiva constante de enchentes e doenças de veiculação hídrica e a presença armada do tráfico de drogas.





Fonte: Domingos Peixoto, em 04 jul. 2009. Acervo pessoal.

Nota-se aqui que há extensos estudos sobre populações tradicionais em espaços mais rurais. Há um campo, porém, para estudar como se dão esses laços em assentamentos urbanos. A própria falta de estrutura desses assentamentos em cidades aproxima famílias na busca de soluções para os problemas do dia a dia. Reconstruir a história de Mandela de Pedra também abarca ainda a intenção de mostrar como justamente a falta de perspectiva fundiária, o fato de ser área em que a população encontrava-se em situação de risco e com a violência à espreita tornaram o direito à moradia um sonho distante às famílias de Mandela de Pedra. Isso porque o remanejamento de parte delas ocorreu sem que esse direito fosse levado a cabo, pois, entre as pessoas entrevistadas, não se comprovou a moradia digna como algo assegurado.

A hipótese aqui é a de que o poder público, ao retirar famílias das beiras de cursos hídricos, oferece algo aquém do direito à moradia devido ao fato de lidarem com pessoas que têm um histórico de viver em áreas consideradas como meio ambiente degradado e de risco. É como se qualquer oferta de habitação melhor do que a considerada precária já fosse suficiente para satisfazer o morador que antes estava à beira de rios poluídos.

Outras populações ribeirinhas serão retratadas, como Mandela I, Parque João Goulart e Varginha, como base de comparação e análise, sempre a partir da observação do lugar e de entrevistas de moradores ou ex-moradores. Das quatro comunidades, a de Mandela de Pedra, que foi erradicada, era a que tinha maior número de casas quase coladas a um curso d'água, no caso o Canal do Cunha. Eram tão próximas que, se houvesse alguma construção à frente delas teria de ser uma palafita. A de Mandela I, por sua vez, mantém-se exposta às enchentes do Rio Jacaré e com algumas casas a três metros de distância das águas, à semelhança do que ocorre em Varginha, que tem à sua borda os rios Jacaré e Faria-Timbó. A de Parque União, por sua vez, vive a dez metros de distância do rio Faria-Timbó.



Figura 17 - Favela Mandela I: poluição e lixo à beira das casas

Fonte: Acervo pessoal

Este capítulo tem a intenção de pôr em destaque a situação de intensa fragilidade dos ribeirinhos urbanos na disputa pela ocupação do espaço urbano. Outro objetivo é explicar por que, mesmo quando realocadas, algumas famílias que

deixaram suas casas em Mandela de Pedra, a despeito de uma precariedade que chocaria pessoas de classe média, preferem continuar em Mandela de Pedra a viver onde estão atualmente instalados.

As entrevistas feitas com ex-moradores de Mandela de Pedra revelaram de fato laços entre famílias, fortalecidos pela perspectiva de remoção. Em 2008, o repórter Felipe Granja, do jornal *Nova Democracia*, foi ao local, a fim de confirmar denúncias sobre a maneira como as pessoas estavam sendo remanejadas para outros lugares. A ida de Granja a Mandela de Pedra resultou em uma reportagem (2008) que constatou que lá havia mais de uma padaria, alguns armazéns, uma creche e uma igreja. Com a remoção da favela à beira rio, boa parte das famílias de lá, reencontradas por este pesquisador, passaram a morar com recursos vindos do aluguel social do governo estadual. Para se chegar a essas pessoas, contei com a ajuda de Jane Maria da Silva, de 56 anos:

A atuação de Jane na favela é conhecida desde 2007. Na época, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) previa a desapropriação de casas, entre as quais, o barraco de madeira onde morava. A partir daí, ela integrou associação de moradores, organização em defesa da mulher, da saúde até a formação do Fórum de Manguinhos. (VIEIRA, 2015)

O nome dela passou a frequentar a mídia carioca, porque seu filho, então com 16 anos, foi apontado, por policiais e reportagens, como suspeito da morte do médico e ciclista Jaime Gold, esfaqueado quando pedalava em maio de 2015 na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio. Ela foi uma das poucas moradoras de Mandela de Pedra a conseguir um apartamento nos prédios construídos no contexto das obras do PAC na região. Mais articulada aos movimentos sociais de Manguinhos, Jane rompeu com a ideia de quem vive em moradia precária aceita qualquer coisa em troca.

A reportagem da *Agência Brasil* (2015) tratou-a como uma "ativista" e membro do Fórum Social de Manguinhos. Nela, Jane mostrou que acompanhou seu filho em internações no Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas). Catadora de lixo, ela criou três filhos sozinha. Entrou no camburão quando a polícia levou seu filho de Manguinhos, por temer por sua integridade física. Jane recebeu este pesquisador em seu apartamento no dia 19 de dezembro de 2015. Muito franzina, afirmou que só obteve um apartamento do PAC porque se uniu aos movimentos que discutiam as políticas públicas. Quando lhe perguntei se conhecia outros ex-

moradores de Mandela de Pedra, Jane me levou até sua porta e me pediu para segui-la. A menos de um quilômetro do prédio de Jane, algumas pessoas de comunidade chamada Terreninho receberam-na com grande consideração. Terreninho fica distante do Canal do Cunha, em frente ao terreno vazio onde antes estavam instalados os barracos de Mandela de Pedra. Diante daquele vazio, Jane descreveu a angústia de algumas famílias.

Quando cheguei aqui em Mandela de Pedra, em 1995, havia uns cem barracos. Eles (governo do estado) prejudicaram a mim e ao meu irmão. Ofereceram nove mil reais de indenização, e isso não dá para comprar nada. Eu, meus filhos e a família do meu irmão fomos morar aqui no Terreninho. Mas consegui ir para um conjunto habitacional. Mas outras famílias estão lá já há alguns anos com aluguel social. Tem horas que essas pessoas ficam ansiosas. Se veem sem opção. (SILVA, 2016)

Jane apresentou-me o pedreiro Manuel Messias Cavalcanti. Perguntado se estava inserido nas obras do bairro Manguinhos, respondeu: "eu trabalho em obras na cidade". A sugestão de que ia além do bairro para se associar a outros trabalhadores em outros cantos da cidade pareceu óbvia. Sua vida não cabia somente em Mandela de Pedra. Mas, sobre Mandela de Pedra, Manuel conta que se tratava de famílias que fizeram daquele terreno, próximo a um extremamente poluído corpo d'água, um lugar onde se desenvolveram laços sociais.

A ocupação de Mandela de Pedra se deu nos anos 1990. Como ressaltam Trindade, Costa e Fernandes (2007), "a localidade Mandela de Pedra é resultado da ocupação de parte do terreno pertencente à Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), em 1995" (TRINDADE; COSTA; FERNANDES, 2007, p.5). Removida totalmente em 2010, os anos de assentamento guardam lembranças entre os moradores entrevistados. Aquela comunidade travou um enfrentamento com a precariedade. Manuel recorda que, em regime de mutirão, famílias se uniram para tentar equacionar a questão do direcionamento do esgoto para o corpo hídrico mais próximo, no caso o Canal do Cunha:

Fizemos vielas só para passar o esgoto, tudo no braço, um ajudava o outro; por essas vielas quase as pessoas não passavam, porque só dava para uma pessoa andar por ali. O esgoto ia para o canal, mas era de uma forma organizada; eram vielas diferentes das usadas como passagem, tudo cimentado, pra o esgoto não ficar à vista. A água a gente puxava de um bicão lá de baixo. Luz... Muito difícil, tinha dia que era muito fraca. O gás era de botijão. (CAVALCANTI, 2016)

Manoel deixa implícito que os laços entre os vizinhos foram fortalecidos a partir

daquela ação coletiva. Mandela de Pedra, portanto, já traz à tona as estratégias de resistência desenvolvidas: as famílias se uniram para tornar o lugar menos inóspito, diante da falta de água e da constante falta de luz. A infraestrutura criada para o esgoto mostra que, a despeito da precariedade da localidade, famílias estavam planejando ficar mais tempo por lá. Apesar disso, dá para imaginar que viver no Terreninho e, portanto, mais distante de um rio comprometido pela poluição, seria uma ascensão de vida. Manuel explica por que a ascensão não se deu.

Ali, eu tinha a minha casa. Agora, ganho 400 reais de aluguel social por uma casa que não é minha. Desse jeito, é claro que piorei de vida, porque agora moro na casa dos outros. E desde 2009 não vem ninguém da prefeitura ou governo do estado me dizer que eu vou para um apartamento. (CAVALCANTI, 2016).

Com esse depoimento nota-se que para Manuel o primeiro critério de "posição social" é a casa própria e não a precariedade do entorno e da própria casa. E o ato da remoção que visava a melhores condições de moradia, para ele na verdade foi uma retirada de sua segurança, da posse da própria casa. Se nesta dissertação há a conclusão de que os ribeirinhos urbanos têm grande fragilidade em termos de acesso à moradia, Manuel traz outra perspectiva ao dizer nas entrelinhas que, mesmo sem a regularização fundiária, em uma área cuja população encontra-se em situação de risco, ele se sentia mais seguro do que morar em uma casa que não é dele na qual ele depende do aluquel social. Manuel, assim, é um ator importante a nos informar que a autoconstrução em uma área sujeita a enchentes e doenças de veiculação hídrica lhe trouxe mais segurança do que a solução dada a ele pelo Estado. Traz ainda outra reflexão quanto à própria credibilidade do Estado junto à população de baixa renda no que diz respeito a soluções habitacionais. Daí por que se vê, a despeito de proibições pela legislação, a autoconstrução como prática recorrente, como pode ser visto em favelas como a Rocinha e a da Maré, para citar duas em que eu vejo tal expediente com alguma frequência.

Vanda dos Santos Abreu diz que, como ex-moradora do Mandela de Pedra, recebe também R\$400,00 de aluguel social. E diz que esse valor influencia o de outros aluguéis em Manguinhos, ou seja, o aluguel social se tornou um índice para transações de moradias no território.

Eu vi Mandela de Pedra nascer, lembro das construções das casas, e como todo mundo se ajudava nas construções delas. A rede de esgoto foi feita com nossas mãos. E agora recebo esse aluguel social. Continuo morando perto de rios. Na verdade, essa minha casa é justamente neste encontro entre os rios Jacaré, Faria Timbó e

o Canal do Cunha (em Varginha). Continuo a sentir o cheiro do esgoto, mas não tenho mais a minha casa em Mandela de Pedra. (ABREU, 2016a)

Em entrevista a este pesquisador, Vanda disse que o dinheiro que recebe mensalmente não vale a pena se comparar com sua situação anterior, que a gerava mais empoderamento pela posse da casa e o valor dado pelo Governo do Estado pelo aluguel social das famílias removidas passou a ser um índice que influencia o mercado de aluguel em Manguinhos. Assim, mesmo quem vive à beira de um curso d'água em Manguinhos passou a ser pressionado por esse valor, que é costumeiramente cobrado pelas pessoas que têm a posse do imóvel, como afirma Daniela Rodrigues, moradora de Mandela I, comunidade bem próxima ao antigo terreno de Mandela de Pedra.

Está tudo caro aqui. O que se cobra pelo aluguel social é usado para negociar os aluguéis. Aqui está tudo por 400 reais. Isso desestimula as pessoas de fazerem melhorias na casa. Minha família deu sorte, porque invadimos este terreno, aqui em Mandela I. Mas está todo mundo reclamando. Perto ou mais longe dos rios o preço é o mesmo. (RODRIGUES, 2016)

Cristiano Santos Gregório mora de aluguel no Terreninho, mas, obviamente, reclama: "A gente mora por aqui justamente pra economizar aluguel. E vê logo o aluguel social virar o preço de todos os aluguéis por aqui" (GREGÓRIO, 2016). Morador mais à beira do rio, no caso o Rio Jacaré, Edgard Anderson Viana diz que a visão de ratos, lacraias e esgoto não abaixa mais o preço do aluguel em Manguinhos. "A gente está exposto a doenças e paga um aluguel tão caro como em lugares longe dos rios em Manguinhos" (VIANA, 2016). Maria Auxiliadora Vargas (2013) aponta que o aluguel social gera inseguranças e desconfianças em relação ao Estado (VARGAS, 2013, p.129). A constatação de Vargas em Teresópolis pode ser observada também em Manguinhos, conforme explicitado em reportagem publicada no jornal *O Globo*, em que é apresentado um exemplo concreto em relação a tais desconfortos gerados pelo poder público, quando trata de uma manifestação de moradores de diferentes lugares, inclusive Manguinhos, quanto ao atraso do pagamento do aluguel social (BRANDÃO, 2016).

No dia 14 de setembro de 2015, fui à procura dos moradores de Parque João Goulart. Encontrei Wanderson Guimarães, afirmou que os megaeventos encareceram os preços dos imóveis e o próprio PAC influenciou o preço dos aluguéis locais, e, portanto, as poucas famílias que ali resistem não iriam sair sem a

garantia de que ao menos morariam com as mesmas condições. Já parte da população ribeirinha de Varginha se instalou ali para fugir dos preços de aluguéis mais caros, que tiveram aumento mesmo em lugares com um rio totalmente poluído à porta (sempre a dos fundos) dos moradores: "O PAC aumentou o preço do aluguel aqui", disse Josefa Moura, cuja família mora no segundo andar de uma casa, em que o acesso à porta se dá através de uma escada. "A gente mora perto do Rio, porque aqui é mais em conta", disse Josefa. No mesmo dia 14 de setembro de 2015, depoimentos como o de Vanda mostram um aumento dos aluguéis mesmo entre as casas à beira-rio.

Há outro problema não incluído nos estudos sobre risco, que diz respeito à segurança dessas famílias. Entrevistados disseram temer se mudar para um conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Dizem que as propostas que chegaram a eles foi a de residir em prédios em Campo Grande ou em Santa Cruz. Manuel, mais uma vez, responde por que "ninguém quer ir morar numa área que não é a sua", demonstrando que a precariedade não impede a reflexão sobre os graves problemas socioespaciais da cidade.

Aqui no Terreninho a gente sabe quem é quem. A prefeitura quer nos levar para Campo Grande, Santa Cruz [Zona Oeste], Costa Barros ou Pavuna [Zona Norte]. São áreas de milícia e tráfico. Tem gente que aceita. Mas as pessoas que eu conheço no Terreninho não aceitaram. (CAVALCANTI, 2016)

Aqui se abre a discussão acerca do conceito de risco. Acselrad e Mello, ao colocarem em xeque a teoria de risco ecológico do sociólogo alemão Ulrich Beck<sup>6</sup>, fazem a sequinte afirmação:

Algumas críticas têm sido já dirigidas a aspectos centrais da teoria de Beck. Blowers (1997) sustenta que Beck vê a sociedade ocidental como homogênea, ignorando que os impactos ambientais são socialmente diferenciados, afetando principalmente os mais pobres. López e Alhama (1998) afirmam que, se há conhecimento dos riscos, não há, então, descontrole do complexo técnico, mas intenção política. Tratar-se-ía, assim, de um descontrole voluntário, e não de risco. E se esse "risco" decorre da desinformação planejada, isso implica sua distribuição de forma desigual e mais particularmente aos pobres. Para Hajer (1995), a "modernização reflexiva" caracterizada por Beck restringe-se, equivocamente, à ação dos homens sobre o mundo, negligeciando-a naquilo que ela se aplica às próprias categorias de percepção da realidade. (ACSELRAD; MELLO, 2002,

.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Ao trabalhar com Beck, Fraz Josef Brüseke expõe as teses presentes na idéia de riscos, que colocam os cientistas e políticos como intérpretes do perigo. Nesse sentido, o risco seria aberto para processos sociais de sua definição, relativizariam as posições classe, uma vez que ricos e pobres poderiam sofrer as conseqüências da poluição; eles não iriam de encontro com a lógica do capital. (BRÜSEKE, 1996, p.4)

p. 294-295).

Com esse argumento, percebe-se que os impactos ambientais, simbolizados pelas enchentes e pela poluição dos corpos d'água, não foram objeto de uma discussão profunda da política pública por intermédio do PAC de Manguinhos. Nesse sentido, os riscos aqui apresentados perpetuam uma desigualdade social:

São as populações situadas nos níveis inferiores da escala da estratificação social, por características de renda, escolaridade, cor, gênero, que residem ou utilizam os territórios de maior risco ambiental, o que as coloca numa situação que denominamos de vulnerabilidade ambiental, já que se sobrepõem vulnerabilidades sociais à exposição a riscos ambientais. (CARDOSO; BRITTO, 2004)

Nesse contexto, ao fim da política pública implementada pelo PAC na qual se veem populações à beira não observadas pelo programa do governo federal, o conceito de "zonas de sacrifício" se encaixa com perfeição na situação da população ribeirinha em Manguinhos. Segundo Viegas (2006), tal designação surgiu quando, nos Estados Unidos, "o movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos males ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais naquele país" (VIEGAS, 2006, p.1).

Os corpos hídricos de Manguinhos recebem não só o esgoto que vem do próprio bairro de Manguinhos como de outros como também resíduos industriais da Refinaria de Manguinhos, embora esta não esteja funcionando a plena capacidade atualmente. A própria rede de esgoto em Manguinhos também não foi equacionada. Conforme observam Porto, Cunha, Pivetta, Zancan e Freitas (2015):

Ainda em Manguinhos, o programa não resolveu nem o problema do saneamento e nem o da drenagem pluvial, considerado prioritário pelos moradores, uma vez que tem implicações diretas sobre as áreas mais baixas do território — CHP2, Parque João Goulart e Vila Turismo. As águas pluviais entram pela rede de esgoto entupindo e fazendo transbordar, muitas vezes rebentando a tubulação. Sem drenagem eficiente, os alagamentos e enchentes são bastante frequentes e intensos nessa parte de Manguinhos. Dessa forma o PAC não resolveu os principais problemas apontados tanto pelos moradores quanto no Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos (PDU), referência para projeto do PAC. (PORTO; CUNHA; PIVETTA; ZANCAN; FREITAS, 2015, p.534)

Há outra vulnerabilidade cuja percepção é ainda mais difícil. A possibilidade de um remanejamento para conjuntos habitacionais em áreas com comandos do tráfico diferentes do de Manguinhos, o que leva as pessoas a preferirem ficar na incerteza gerada por morar à base do aluguel social a ir para um lugar no qual sua

presença pode ser questionada pelo poder paralelo. Não se pode afirmar que os representantes do governo do Estado sabiam que o tipo de indenização que resulta na mudança de famílias para áreas sob o domínio de outras facções do tráfico causa terror e medo a essas próprias famílias. No caso de Manguinhos, contudo, o governo estadual se afastou dos movimentos sociais, sobretudo do Fórum Social de Manguinhos. Portanto, a hipótese do "descontrole voluntário" mencionado por Acselrad e Mello deve ser levada em conta.

Sob essa perspectiva, fui entrevistar Daiane Diniz, de 19 anos, e a mãe dela, Flavia Cristiane Diniz, de 43, no dia 6 de abril de 2016. Elas saíram de Mandela de Pedra onde também moravam à beira do Canal do Cunha. Atualmente, estão em uma casa melhor, também no Terreninho. Mas ambas se queixam da situação em que se encontram: "Essa casa não é nossa, e enquanto nossa situação não é vista pelo governo, ficamos com medo de a solução ser a de nos mandarmos para um lugar distante", diz Flávia, que, além de Daiane, cuida de mais cinco filhos de 13, 11, 8, 6 e 5 anos.

Daiane trouxe à tona uma história de uma família conhecida por ela que foi expulsa pelo tráfico de drogas em Barros Filho. "Todo mundo ficou sabendo dessa história aqui no Terreninho, e ela aumentou nossa vontade de ficar em Manguinhos", afirma Daiana, que largou a escola. "Talvez um dia eu volte a estudar", disse, demonstrando um incômodo conformismo. A família recebe recursos do programa Bolsa-Família, do Governo Federal, e as despesas, segundo Flavia, concentram-se na alimentação.

Dessa forma, fica claro, após esses relatos, que o direito à habitação não foi estendido às famílias com as quais tive contato e eram moradoras de Mandela de Pedra. No caso do PAC de Manguinhos, as três esferas de governo não conseguiram universalizar esse direito às famílias que sofreram remoção e, portanto, foram cadastradas pelo poder público, tornando patente o fato de que o ato de morar em condições precárias diminui as chances dessas famílias de justamente terem esse direito.

A angústia de morar em outras áreas não é à toa. A experiência com a violência do tráfico local, embora seja de terror, parece ser mais aceitável ao morador do que quando este imagina como será o convívio com o poder paralelo de uma área para a qual o poder público quer remanejá-lo. O medo torna-se assim muito maior diante da perspectiva de lidar com o terror desconhecido e de não ter

laços com vizinhos, relação que mistura as sensações de solidariedade e segurança e, como pontua Maria Auxiliadora Vargas (2013), de pertencimento ao falar das consequencias das enchentes da cidade serrana de Teresópolis.

A expressão "lá fora" foi sempre utilizada nas narrativas para o tratamento de qualquer outro ponto da cidade que não fosse o seu próprio Lugar criando certa distinção acerca do espaço "conquistado" e "seguro", no sentido de lhe ser pertencente, acima de tudo, pela identidade e proximidade com seus hábitos, relações, afinidades e mesmo, com as táticas que envolvem sua sobrevivência. O aspecto outsider presente tanto na perspectiva da "área carente" como da "área de risco" – agregado a tais territórios a partir da retórica oficial – é ressignificado quando a vida e o cotidiano se revelam atrelados a aspetos que lhes asseguram o sentido de pertencimento. Não se quer agui afirmar o sentido de Lugar isento de restrições, uma vez que não é traduzido nas narrativas como "idealização romantizada" e inclui o reconhecimento das limitações que lhes são impostas (e os próprios aspectos classistas inerentes a essa condição). Contudo, cabe enfatizar: os sentimentos de pertencimento e segurança permanecem diretamente associados a esse "Lugar identitário", ainda que em muitos aspectos, explicitamente restrito e segregado. (VARGAS, 2013, p.130)

No que concerne ao tráfico local, alguns moradores recrutados para diferentes frentes de trabalho do PAC lidaram com esse terror sob um diferente ponto de vista. E não há como citar seus nomes. Seus relatos dão conta de que em Manguinhos a ação construtiva do tráfico ocorreu em comunidades que sofreram intervenção do PAC. Na disputa por espaço, na qual o poder público surge como agente dessa competição, o tráfico desponta com algum protagonismo e influi na decisão seja de manutenção de famílias em um determinado território, seja no remanejamento de pessoas rumo a conjuntos habitacionais ou a casas custeadas por aluguel social.

Como apontado anteriormente, o distanciamento do governo do Estado dos movimentos sociais de Manguinhos, sobretudo do Fórum Social, deixou o tráfico local ainda mais à vontade nessa disputa de ocupação do solo. Nessa luta literal por espaço, quem mora à beira do rio, com todas as fragilidades já esquadrinhadas, fica entre o poder público sem vontade política de seguir o Estatuto da Cidade, principalmente no que diz respeito ao direito à moradia, e entre a ação do tráfico no sentido de ocupar espaços e moradias construídas pelo próprio poder público.

O medo dos moradores do Terreninho, ex-moradores de Mandela de Pedra, foi forjado nesse contexto. A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi instalada em 2013 em Manguinhos, e não dissipou o medo de moradores de áreas mais carentes,

como o Terreninho, tornando-se mais um fator a fragilizar o ato de morar dessas famílias. O tema segurança pública antes da instalação da UPP, entretanto, não era o prioritário para os moradores das favelas de Manguinhos, segundo o censo encomendado pelo governo do Estado. O jornal *Extra* registrou que:

15,2% dos moradores disseram que saneamento básico é o que mais falta em casa. Em seguida, aparecem ampliar a residência (8,5%), área de lazer (7,2%), saúde pública (5,7%), iluminação pública (5,7%), abastecimento de água potável (5,1%), pavimentação (4,2%), educação/escola/curso (3,7%) e obra residencial (3,3%). O item segurança pública aparece em décimo lugar representando 3,1% na lista de prioridades apontadas pelos moradores ouvidos em Manguinhos. (EXTRA, 2009).

O censo, no que concerne à segurança, mostra que os moradores têm uma preocupação menor com esse tema. Isso ocorre justamente porque os moradores já conhecem os aspectos dessa violência e sabem, no seu dia a dia, fazer com que ela não os atinja tão diretamente. A antropóloga Mariana Cavalcanti demonstrou como a população de Manguinhos viveu certo temor por vislumbrar mudanças em arranjos que já estavam no cotidiano das famílias em Manguinhos. E esse temor vinha da megaintervenção do PAC:

A realidade cotidiana é, assim, muito mais complexa do que a narrativa da "chegada" do Estado, que tende a legitimar grandes investimentos estatais nas favelas. Grandes obras de infraestrutura, como o PAC-Favelas, afetam as distintas territorialidades que compõem a textura da vida na comunidade, produzindo novos arranjos e acomodações de lógicas díspares entre o tráfico de drogas militarizado, os usuários de crack, os novos e antigos arranjos políticos. (CAVALCANTI, 2013, p. 222)

O PAC de Manguinhos trouxe, dessa forma, uma série de incertezas, mas, a partir dos relatos de moradores, depreende-se que os residentes em áreas de risco, como à beira de rios, temem mais uma possível mudança. Buscando um exemplo mais recente de remanejamento na Baixada Fluminense, vê-se, em artigo de Gonçalves, Barbosa e Britto (2014), como parte da população ribeirinha abarcada pelo projeto Iguaçu, no qual foram previstas intervenções na Bacia dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, visando à recuperação e proteção das APPs, também tem o direito à moraria procrastinado:

Nesse sentido, de acordo com a Avaliação do Projeto Iguaçu feita pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE, 2010), alguns problemas são identificados e acarretam o desequilíbrio na execução das ações. Primeiramente, ainda há uma grande parcela da população residindo em áreas de risco contempladas no projeto que não obtive informações ou orientação

adequada por parte das instituições envolvidas. Por outro lado, são inúmeros os casos de famílias que tiveram suas residências demolidas e que tiveram problemas na negociação de indenizações e compra assistida em função do despreparo da equipe de negociação, baixo valor indenizatório, insegurança no recebimento do aluguel social. De fato, sendo ocupações irregulares, o valor indenizatório oferecido é baixo e dificulta a aquisição de uma nova habitação em áreas regulares próximas da habitação original. (GONÇALVES; BARBOSA; BRITTO, 2014, p. 13)

Assim, nota-se que existe uma subjetiva e perversa escala de valores, na qual quem mora com maior precariedade tende a continuar vivendo precariamente quando sua região sofre uma intervenção de uma política pública, embora não se queira nesta dissertação fazer algo estatístico, mas, sim, observar alguns casos, como os beirarios de Manguinhos e os da Baixada Fluminense. A especulação imobiliária empurra as pessoas de baixa renda para áreas desvalorizadas e apesar de os rios transformarem suas bordas em APPs, a degradação do meio ambiente enfumaça a visão de uma análise mais profunda em que se conjugue recuperação ambiental e melhorias habitacionais, uma equação rara em relação às populações ribeirinhas urbanas.

Para Fernandes e Alfonsin, as populações ribeirinhas podem, sim, permanecer onde estão desde que medidas sejam tomadas justamente para a preservação do meio ambiente e da qualificação habitacional. Para eles, há uma insensibilidade de grupos que são aparentemente antagônicos:

A questão dos assentamentos informais em áreas ambientais continua dividindo opiniões e grupos. Trata-se na verdade de mais uma expressão de um velho conflito entre os defensores da chamada "agenda verde" do meio ambiente e os defensores da chamada "agenda marrom" das cidades, conflito esse que tem se traduzido também no crescimento paralelo, e com frequência potencialmente antagônico, de dois ramos do Direito Público brasileiro, quais sejam, o Direito Ambiental e o Direito Urbanístico. (FERNANDES; ALFONSIN 2006, p.357)

Segundo os autores, esse falso dilema está cada vez mais presente na questão urbana brasileira:

Infelizmente, tais grupos têm sido cada vez mais insensíveis um para com as demandas do outro, o que, dentre outros problemas, tem gerado decisões judiciais conflitantes, que vão da determinação de remoção de milhares de famílias sem uma maior preocupação com suas necessidades de moradia, a recentes decisões judiciais tomadas em prol dos moradores sem uma maior preocupação com valores ambientais. De um modo geral, pode-se dizer que os urbanistas têm feito um esforço maior de inserção de uma

preocupação ambiental em suas propostas, do que os ambientalistas têm feito no que toca ao reconhecimento das necessidades sociais de moradia, sobretudo dos grupos mais pobres. (FERNANDES; ALFONSIN 2006, p.357)

Em um país cada vez mais urbano, em que 12% dos aglomerados subnormais são formados por populações ribeirinhas, tal problemática é exponencialmente relevante e não deve ser mais negligenciada. Em Manguinhos, o processo da localidade Parque João Goulart também demonstra como a forma como se deu o reassentamento teve um encaminhamento questionável. Reportagem do jornal *O Dia* (2012) ilustra essa postura na qual o problema da mobilidade da cidade se sobrepôs aos direitos das famílias que ali residiam e, atualmente, pelo menos dez dessas famílias resistem à remoção compulsória:

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos, no Parque João Goulart, que em 2009 eram vistas como sinônimo de redenção viraram pesadelo para as famílias que ali residem há 40 anos. Para o alargamento da Rua Uranos, parte do projeto de reurbanização da área, o Estado negociou o pagamento de indenização para remoção de imóveis. Mas as reclamações dos moradores são muitas e vão desde o questionamento do valor das indenizações ao atraso no pagamento sem o acréscimo de juros e correção monetária e especialmente a forma como são tratados pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio (Emop), responsável pelas remoções. Alegam que quando recebem o valor negociado não é suficiente para comprar outro imóvel. (BARBOSA, 2012)



Figura 18 - Parque João Goulart

Fonte: Jornal O Dia

Na mesma reportagem, um morador demonstra todo seu mal-estar em relação ao *modus operandi* do governo do estado.

> Tratam a gente como lixo, como se não tivéssemos direito ou dignidade. Quem não aceitou o valor proposto e entrou na Justiça sofreu constrangimentos. Cortam nossa água, luz, telefone, destroem casas vizinhas e deixam os escombros, reclama Wanderson Guimarães. Ele é pai de gêmeas de três anos que foram parar no hospital mais de30 vezes com problemas respiratórios causados pelas obras. (BARBOSA, 2012)

A reportagem, por fim, traz um exemplo de arrependimento de uma pessoa que aceitou a oferta do poder público estadual.

> "Me arrependo de ter aceitado a oferta. Minha casa tinha quatro andares, seis quartos. Me enrolaram e aceitei R\$ 30.000,00 e não deu para nada. Hoje moro numa casinha de dois guartos e tenho uma dívida no banco por causa das prestações que ainda não paguei", reclama Cenira Reginalda, sobre os escombros da antiga casa. (BARBOSA, 2012)

Há que se diferenciar, entretanto, a situação das localidades de Parque João Goulart e da extinta Mandela de Pedra. Enquanto esta tinha uma grande quantidade de casas de madeira e famílias de renda mais baixa instaladas ou dentro do rio com palafitas ou ao lado de sua margem, aquele, como já foi dito, ficava a 15 metros do rio e tinha famílias mais dispostas a lutar por seus direitos, a despeito das delicadas relações de poder que envolvem o PAC-Manquinhos.

Vanda, acima citada e também moradora de Varginha, conta que pôde se mudar dali, já que ofereceram para ela uma unidade de um condomínio do programa Minha Casa, Minha Vida, em Santa Cruz. Mas não quis e os motivos são bem claros:

Lá é área de milícia e a gente houve muitas histórias. Podem nos confundir com pessoas daqui e ainda tomarem nossos apartamentos. Não vou de jeito nenhum. E lá eu teria de pagar água e luz, coisa que no Mandela I eu não pago. E é longe do meu trabalho. Trabalho em Benfica, bairro vizinho aqui de Manguinhos. Eu trocaria chegar no trabalho em 15 minutos por chegar no trabalho em mais de duas horas. É chato ficar nessa incerteza de aluguel social. Mas não quero ir para longe daqui, correr riscos e gastar mais passagem de ônibus e perder tanto tempo no trânsito. (ABREU, 2016b)

Vanda também traz à superfície algo extremamente relevante em Manquinhos: a mobilidade. Trata-se de um bairro perto do Centro, que, com as obras do PAC, passou a ter uma estação de trem, muito perto da Estação Central, que já propicia uma chegada ao Centro da cidade com rapidez. Manguinhos também está próximo da Avenida Brasil, que dá acesso ao Centro e às zonas Norte, Oeste e Sul. Manguinhos, portanto, tem vantagens como a da mobilidade e, é claro, as famílias que moram à beira de rios também se beneficiam disso. Daí por que, entre outros motivos, Vanda prefere Manguinhos a Santa Cruz. O medo visto nas populações ribeirinhas de Manquinhos de mudar para áreas de milícia ou mesmo de tráfico de drogas mostra que ao conceito de risco deveria ser acrescentado à questão de quem está à frente da criminalidade nos territórios. Esse risco, como pontua Vanda, não está somente em conviver com o verdadeiro regime de exceção em assentamentos precários imposto pelo tráfico e pela milícia. Está também no medo de ser reassentado para uma área na qual não sabem como vão agir traficantes e milicianos com novos moradores vindos de outros cantos da cidade, às vezes com facções rivais às das áreas de origem desses moradores.

Em Manguinhos, a despeito da UPP, o tráfico voltou a ficar armado. No dia 5 de julho de 2016, fui a Manguinhos com o objetivo de colher mais depoimentos para esta dissertação. Cheguei a Varginha sem negociar a aceitação de minha presença ali com o tráfico local. Na Rua Leopoldo Bulhões, convenci um taxista a me levar justamente na convergência dos rios de que trato aqui: Faria-Timbó, Jacaré e Canal do Cunha. Comecei a andar um tanto preocupado, admito. E me juntei a um grupo que estava a tomar cerveja. Perguntei então por alguém da associação de

moradores, diante do não disfarçado estranhamento da minha presença ali. Um senhor de meia idade foi apontado como quem conhecesse as pessoas da associação. Ele topou conversar comigo, mas logo avisou que "a chapa em Varginha está quente". Disse então que iria circular comigo, desde que não tirasse qualquer foto. De repente, me avisou que estávamos sendo observados. Aproximouse de um grupo de jovens fortemente armados para justificar minha presença. Um deles veio conversar. Era um jovem, com certeza menor de idade, com uma metralhadora na mão e com cartucheiras trançadas formando um "x" à frente da camisa. Expliquei a ele que era pesquisador da UFRJ. "Toma cuidado com que você fotografa", disse ele, um tanto lacônico.

Nesse mesmo dia, conheci Valquiria dos Santos Abreu. Ela me disse uma frase que sintetiza a disputa por espaço em Manguinhos: "Aqui quanto mais pobre mais difícil de sair daqui para um lugar melhor". Pedi então a ela que me explicasse melhor o que acabara de dizer:

Aqui em Mandela I algumas casas foram derrubadas. E aí começa a fila para indenizar ou conseguir um dos apartamentos do PAC. Vi coisas como pessoas do tráfico se adiantarem nessa fila. E fui saber como e fiquei impressionada com o fato de a casa não existir. Era uma casa invisível criada para pular a fila da indenização ou pra receber o apartamento do PAC. E ninguém quer ir para Santa Cruz, onde tem milícia, ou Costa Barros, que também tem tráfico. Lá expulsam pessoas dos apartamentos. Teve gente aqui que, percebendo isso, vendeu o apartamento lá e voltou pra cá. Minha casa enche quando o rio transborda. É muito ruim. Mas me sinto mais segura aqui. (ABREU, 2016a)

Esse depoimento de Valquíria revela que as políticas públicas para quem mora em áreas de risco, como os ribeirinhos urbanos, têm um histórico de reassentar de forma que o morador, ao não se adequar às condições impostas pelo poder público, volta a morar ou prefere permanecer nas áreas de risco onde têm laços e considera menos perigoso em matéria de segurança. Apesar de os territórios encontrarem-se sob o domínio do tráfico ou da milícia, os moradores têm a percepção de que é mais seguro lidar com o conhecido, com aquilo que se encontra em seu cotidiano.

Os rios poluídos são lugares onde a violência vive à beira. Fui a Manguinhos no dia 21 de agosto de 2016 conversar com uma pessoa que faz essa reflexão sobre o território em que o PAC fez intervenções. Pedindo anonimato, afirmou que o poder paralelo ficou mais à vontade para agir quando o poder público, ao

implementar suas políticas em Manguinhos, se afastou dos movimentos populares que desejam debatê-las, como o Fórum Social de Manguinhos. Os beira-rios em Manguinhos, na visão dele, sofrem, ao mesmo tempo, uma pressão simbolizada por um ponto de convergência no qual se encontram o poder público, o capital e o crime.

## 5 CONCLUSÃO

Pensar a cidade do Rio de Janeiro e seu espaço urbano a partir da perspectiva da população ribeirinha foi um dos objetivos dessa dissertação. O principal, contudo, foi o de confirmar a hipótese de quem vive à beira rio em aglomerados subnormais, para usar a nomenclatura do IBGE, é o mais despossuído dos despossuídos. A despeito de ter, desde o Censo de 2010, uma classificação específica (à margem córregos, rios, lagos e lagoas), as populações ao lado dos cursos d'água encontram-se invisíveis na cidade. Trata-se de mais de 60 mil pessoas na capital do Rio de Janeiro e, embora numerosa, não suscita um debate mais aprofundado sobre essa forma de morar incluídas entre os rotulados pelo IBGE entre os aglomerados subnormais.

Em Manguinhos, os três rios aqui trabalhados, Jacaré, Faria-Timbó e o Canal do Cunha, onde moram as famílias sem regularização fundiária, estão entre os mais poluídos da cidade, sendo a segunda região mais poluída da cidade, com resíduos industriais, lixo doméstico e esgoto (BIANCO, 2011, p.5). Morar próximo de cursos d'água radicalmente comprometidos, contudo, é uma opção dentro do contexto de uma presença tímida do Estado, que não desce até as raízes dos problemas em Manguinhos, associados, sobretudo, à questão da moradia e à do meio ambiente, já que áreas próximas aos rios são classificadas como Áreas de Proteção Permanente.

Os rios da cidade são imundos de uma forma geral. E tal condição deveria ser mais um motivo a provocar um debate envolvendo as legislações urbanística e ambiental. Nesse sentido, a legislação urbanística se insere nessa discussão justamente pelo fato de haver milhares de famílias à beira dos rios urbanos. Já a legislação ambiental deve ser incluída no diálogo pelo fato de as faixas à beira de corpos hídricos serem consideradas APP.

Para o jurista Edesio Fernandes, a condução desse debate deve ter como pressuposto a convergência dessas legislações a fim de se chegar a um meio-termo em que se faça justiça aos ribeirinhos urbanos e em que o meio ambiente seja preservado e respeitado. O jurista, contudo, diz que, no Brasil, esse debate vem antagonizando as duas legislações (FERNANDES *apud* DAFLON, 2013). Um debate feito da forma sugerida pelo jurista levaria a soluções fundamentais no que diz respeito ao direito à moradia e à preservação ambiental.

Em Manguinhos, por exemplo, veem-se vazios urbanos para onde as

populações à beira-rio poderiam ser remanejadas de forma a não perder laços com seus vizinhos e de preservar a proximidade com o trabalho e o transporte, cujo acesso é uma das boas características do espaço na região, onde ônibus e uma estação ferroviária facilitam os deslocamentos, assim como há a proximidade de vias importantes como as avenidas Brasil e Leopoldo Bulhões, que conferem mobilidade à região. À beira-rio, em Manguinhos, poderiam também ser construídas residências com pilotis, a fim de dar um fim aos problemas das enchentes. Os beira-rios de Manguinhos também poderiam influenciar a limpeza dos três rios que passam no bairro, o que depende do saneamento básico não só dessa região, como de outros bairros como o de Jacarezinho, já que tais corpos hídricos atravessam outra localidades da Zona Norte.

Diante de tais problemas em Manguinhos, a população vive à beira dos direitos. A Nota técnica do IBGE diz apenas friamente que onde eles moram não é edificável:

As margens de córregos, rios ou lagos/lagoas caracterizam-se como Área de Preservação Permanente - APP. Dessa forma, deve ser reservada, sem presença de edificações, faixa marginal medida a partir do nível de inundação mais alto, variando, no caso dos cursos d'água de 30 a 500 metros, considerando a largura do curso. No caso dos lagos e lagoas essa faixa varia de 30 metros, em áreas urbanas consolidadas, a 100 metros em áreas rurais. (IBGE, 2011)

As APPs dos rios de Manguinhos, entretanto, não são levadas em conta, assim como ocorrem em vários rios da cidade. Assim, a discussão do meio ambiente no espaço urbano não é levada à frente pelo poder público, pelo menos no que se refere ao exemplo da política do PAC em Manguinhos. Ao optar por fazer uma elevação da linha férrea para criar uma área de lazer e comércio, em vez de minimizar as graves condições sanitárias e habitacionais em Manguinhos, o Estado quis se mostrar presente a partir de uma obra com arquitetura espetaculosa, mas se mostrou ausente em questões básicas. Patrícia Evangelista, como já dito, pôs em xeque o planejamento do PAC na origem, quando flagrou a necessidade do governo do Estado em ter um plano para Manguinhos, a fim de ver liberado a verba federal o quanto antes.

Dessa forma, o poder público entra na disputa pelo espaço em Manguinhos se aliando ao que Harvey classifica como "uma facção do capital procurando juros e lucros através da construção de novos elementos no meio construído (os interesses da construção)" (HARVEY, 1982, p.07). Outro ator importante é o crime organizado,

a subjugar os moradores do território de Manguinhos, que, literalmente, disputam o espaço, pressionando sorteios de apartamentos de conjuntos habitacionais, construindo onde se sabe que o poder público quer retirar casas e famílias ou mesmo criando casas invisíveis, como consta no relato de Valquíria.

É nesse sentido que a frase da própria Valquiria tem de ser analisada. Quando ela diz que "aqui quanto mais pobre mais difícil de sair daqui para um lugar melhor", ressalta-se a importância de não se perder de vista a ausência de direitos em um território dominado pelo tráfico de drogas e, com o PAC, por obras de suntuosa arquitetura que acabam tornando o ambiente ainda mais opressor. Vendo o próprio PAC sob perspectiva, a obra da linha férrea, totalmente abandonada e servindo de moradia, com casas de papelão e madeira sob sua estrutura, confirma a ideia de que os interesses de construção foram sobrepostos a uma política pública mais sintonizada com as reivindicações da população através do Fórum Social de Manguinhos. Outra análise possível é a de que o esvaziamento da participação do Fórum Social de Manguinhos levou o tráfico de drogas a ficar mais à vontade na sua disputa por espaço no território. Há que se ressaltar que a cada vez mais desacreditada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) só foi instalada em Manguinhos em 2013, enquanto que a obra do PAC havia começado ainda em 2008.

Cabe ressaltar que Rio de Janeiro possui mais de 63 mil pessoas morando à beira rio, e isso somente na capital. Trata-se de uma moradia invisível, sem política pública específica para ela e com seus residentes com uma perspectiva sombria em relação ao direito à moradia. São lugares marcados pela ausência de direitos a partir de um fator mais básico: a habitação. O fato da região aqui trabalhada ser uma área que oferece risco à saúde e de inundações, ela acaba por se tornar uma atração ao poder paralelo, frente às vulnerabilidades em que os moradores da região se encontram e à negligência do poder público. A população ribeirinha de Manguinhos vive sob a tutela do tráfico e de um poder público associado aos interesses da indústria da construção.

Como deixa claro Britto a "precariedade de renda leva a que estas populações só consigam ter acesso à terra ou à moradia em áreas mais desvalorizadas, sendo estas últimas, freqüentemente, áreas frágeis do ponto de vista ambiental" (BRITTO, 2004). Torna-se possível, então, estabelecer um diálogo com Erminia Maricato (2012) quando esta expõe a dinâmica dos mais pobres na

escolha da moradia, quando se instalam em áreas de preservação permanente, dado que elas não atraem o mercado imobiliário (MARICATO, 2012), conforme visto anteriormente.

Ainda, é interessante observar que quando essas áreas são alvo de políticas pública, a relação estabelecida entre o poder público em Manguinhos com a população de forma geral e com a população ribeirinha ali, as intervenções ocorrem sem que os riscos colocados sejam observados levando-se em conta a diversidade social, evidencia-se, assim, uma lógica política na distribuição desigual dos danos ambientais (ACSELRAD, 2002, p.51). Nesse sentido, cabe ressaltar que a região sempre foi apontada como área industrial, mas a primeira política pública de monta foi justamente o PAC, que, por sua vez, não resolveu os problemas postos pelos residentes à beira rio. Mesmo os que foram reassentados, ao serem entrevistados para esta dissertação, disseram que preferiam a situação anterior. Alguns moradores de Mandela de Pedra lembram-se de quando a favela existia, de quando nela fizeram a rede de esgoto no braço e como nela se sentiam mais seguros da criminalidade violenta.

Hoje, algumas famílias dizem que não querem sair de Manguinhos por temerem se deparar com uma facção inimiga da que domina a região de Manguinhos: o Comando Vermelho. Dizem não a propostas de mudanças do poder público que não signifiquem a permanência da região. Mais distante dos rios, se sentem sem a posse de suas casas, vivendo a incerteza de depender de um aluguel social em um tempo de grave crise fiscal no estado do Rio de Janeiro. O aluguel social, por sua vez, ao virar um índice na região, pressiona o preço dos aluguéis a uma equiparação, mesmo nas casas à beira rio. Os ribeirinhos urbanos, portanto, vivem na transitoriedade, na incerteza e, no caso de Manguinhos, sob a tutela do crime organizado.

Quando o IBGE divulgou que 12% dos aglomerados subnormais são compostos pelos ribeirinhos urbanos, cheguei a cogitar que o caráter invisível dessa forma de morar seria modificado, se tornando alvo de uma discussão mais intensa. Uma ilusão semelhante à da linha férrea suspensa.

Em 2010, ao entrevistar ribeirinhos urbanos de cidades como Caxias e São João do Meriti, ouvi de suas famílias o relato de que os rios servem para levar pessoas fulminadas pela violência do crime organizado. A violência a rondar as casas instaladas próximas aos cursos d'água no espaço urbano, atraída pela

ausência de direitos nesses territórios, é uma realidade.

Olhar a cidade e seus conflitos socioespaciais a partir dos moradores à beirario é também querer afirmar a sua cidadania. É, por exemplo, ver uma Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas de 2016 significarem bilhões de gastos, sem que o direito à moradia dos beira-rios sequer seja discutido. É ver a sociedade civil fazer vista grossa para esse tipo de moradia, já que ela não fica à vista, por estar ao lado de rios poluídos.

Observar uma política pública da dimensão da do PAC e ver que a moradia e o meio ambiente ficaram esquecidos no plano das ações e das discussões é também tentar olhar a cidade a partir da beira do rio em Manguinhos. Foi essa a tentativa feita aqui.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, Valquiria. Entrevista. Rio de Janeiro, 13 jun. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

ABREU, Vanda. Entrevista. Rio de Janeiro, 21 mai. 2016a. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

\_\_\_\_\_. Entrevista. Rio de Janeiro, 09 jul. 2016b. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p. 49-60, jan/jun. 2002. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. MELLO, Cecília C. do A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo da Baía de Guanabara. In: ALIMONDA, Héctor (comp.). **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, abr. 2002. p. 293-317.

ADUAN, Daniela. Entrevista. Rio de Janeiro, 16 out. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

ALFONSIN, Betânia. Depois do Estatuto da Cidade: ordem jurídica e política urbana em disputa. Porto Alegre e o urbanizador social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 2, p. 48, nov. 2005.

BARBOSA, Caio. Obra do PAC vira cenário de guerra em Manguinhos. **O Dia.** Rio de Janeiro. 3 nov. 2012, Rio. Disponível em <a href="http://odia.ig.com.br/portal/rio/obra-do-pac-vira-cen%C3%A1rio-de-guerra-em-manguinhos-1.510591">http://odia.ig.com.br/portal/rio/obra-do-pac-vira-cen%C3%A1rio-de-guerra-em-manguinhos-1.510591</a>. Acesso em 13 jan. 2017.

BARRETO JUNIOR, Carlos Moraes Jatobá; HEIM, Bruno Barbosa; AZEVEDO, Sérgio Luis Malta de. Teoria e Prática do Ordenamento Urbano: Uma análise no bairro Prainha em Paulo Afonso-BA. **Revista Rios Eletrônica**, Salvador, ano 7, n. 7, p.83-90. dez. 2013. Disponível em

<a href="http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2013/teoria\_e\_pratica\_do\_orden">http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2013/teoria\_e\_pratica\_do\_orden</a> amento urbano.pdf>. Acesso em 30 dez. 2016.

BARROS, Jorge Antonio. Medo de enchente leva moradores a pedirem até remoção em favela. **O Globo.** Rio de Janeiro. 19 dez. 2013, Rio. Disponível em <a href="http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/medo-de-enchente-leva-moradores-pedirem-ate-remocao-em-favela-518590.html">http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/medo-de-enchente-leva-moradores-pedirem-ate-remocao-em-favela-518590.html</a>. Acesso em 19 jan. 2017

BARTHES, Roland. Mitologias. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 192p.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; CHAER, Tatiana Mamede Salum. Regularização fundiária e os conflitos com as normas do código florestal para APP urbana. **e-metrópolis.** Rio de Janeiro ano 3, n.10, p.26-36, set. 2012. Disponível em <a href="http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\_pdfs/000/000/010/original/emetropolis\_n10.pdf?1447896328">http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\_pdfs/000/000/010/original/emetropolis\_n10.pdf?1447896328</a>. Acesso em 12 jan. 2017.

BIANCO, Mila Henriques Lo. **O PAC-Manguinhos**: política urbana, usos e representações da cidade. 2011, 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Ciências Sociais) – CPDOC Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

BORGES, Marília Vicente. **O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro**: gênese, evolução e aplicação. 2007. 223f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRANDÃO, Marina. Grupo protesta por falta de pagamento do aluguel social na Zona Sul do Rio. **O Globo.** Rio de Janeiro. 14 jun. 2016. Rio. Disponível em <a href="http://oglobo.globo.com/rio/grupo-protesta-por-falta-de-pagamento-do-aluguel-social-na-zona-sul-do-rio-19500173">http://oglobo.globo.com/rio/grupo-protesta-por-falta-de-pagamento-do-aluguel-social-na-zona-sul-do-rio-19500173</a>. Acesso em 19 jan. 2017.

BRASIL. Decreto 762, 01-06-1900. **Lex.** Rio de Janeiro, RJ: [s.n.] 1900.

Lei n. 12.651, 25-05-2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Lex**. Brasília. DF: [s.n.]. 2012.

Lei n. 11.977, 07-07-2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. <b>Lex</b> . Brasília. DF: [s.n.]. 2009.
Lei n. 4.771,15-09-1965. Institui o novo Código Florestal. Brasília. <b>Lex</b> . DF: [s.n.]. 1965.
Lei n. 6.766, 19-12-1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. <b>Lex</b> . Brasília. DF: [s.n.]. 1979.
Ministério do Meio Ambiente. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. <b>Resolução CONAMA nº 369/2006</b> . Brasília, DF: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2006.
Ministério do Meio Ambiente. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. <b>Resolução CONAMA nº 302/2002</b> . Brasília, DF: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2002.
Medida Provisória n. 2.166, 24-08-2001. Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. <b>Lex</b> . Brasília. DF: [s.n]. 2001(a).
Lei n. 10.257, 10-07-2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, (1989) estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. <b>Lex</b> . Brasília. DF: [s.n.]. 2001(b).
BRITTO, Ana Lucia. Saneamento na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma análise da história recente da gestão de serviços e de suas implicações no acesso aos serviços da população mais pobre. <b>Anais Seminário de História da Cidade e do Urbanismo</b> , v. 8, n. 4, 2004. 12f. Disponível em: <a href="http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1032">http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1032</a> .  Acesso em 30 dez. 2016

MELLO, Yasmin Ribeiro; CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. Discutindo Possibilidades de Conciliar Proteção e Urbanização de Faixas Marginais de Rios Urbanos: O Caso do Rio Dona Eugênia em Mesquita na Baixada Fluminense. In. Encontro Nacional da Anppas, 6, 18-21 set. 2012. Belém. <b>Anais VI Encontro Nacional da Anppas,</b> 2012, 20f. Disponível em <a href="http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT9-649-565-20120630183325.pdf">http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT9-649-565-20120630183325.pdf</a> Acesso em 30 dez. 2016
SILVA, Victor Andrade Carneiro. Viver às margens dos rios> uma análise da situação dos moradores da favela Parque Unidos de Acari. In: COSTA, Lucia Maria Sá Antunes (org). <b>Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras</b> . Rio de Janeiro: Viana e Mosley Editora, 2006. 192p.
BRÜSEKE, Franz Josef. Risco Social, Risco Ambiental, Risco Individual. <b>Papers do NAEA</b> , Belém, n. 64, ago. 1996. 20p. Disponível em <a href="http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/108">http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/108</a> . Acesso em 19 jan. 2017
BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. <b>Dados: Revista de Ciências Sociais</b> ,Rio de Janeiro, v.48, n.1, p.189-222, jan/mar. 2005. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci</a> arttext&pid=S0011-52582005000100007>. Acesso em 29 dez. 2016
Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, Alba e Marcos ALVITO (Orgs.). <b>Um século de Favela</b> . 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.25-60
CARDOSO, Adauto Lucio. Gestão da política habitacional em municípios metropolitanos: uma avaliação. <b>Coletânea HABITARE</b> , Porto Alegre, v.5, p.76-115, 2006. Disponível em < http://www.habitare.org.br/ArquivosConteudo/ct_5_cap4.pdf>. Acesso em 29 dez. 2016.
Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. <b>Cadernos Metrópole</b> , São Paulo, n. 17, p.219-240, 1º sem. 2007.
BRITTO, Ana Lucia. <b>Risco e Desigualdade Ambiental na Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b> , 2004. CD Room IPPUR FASE.

CASTRO, Jorge Azevedo; MORAES, Jeronimo; COSTA, Rodrigo. Urbanização de Favelas na Periferia de uma Instituição de Ensino e Pesquisa e a Saúde Pública Urbana. In. URBFAVELAS: Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 13-15 nov. 2014. São Bernardo do Campo. **Anais URBFAVELAS: Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, 2014.

CAVALCANTI, Manuel. Entrevista. Rio de Janeiro, 20 fev. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. <b>Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social</b> , Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 191-228, abr/mai/jun. 2013. Disponível em <a href="http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-2-Art1.pdf">http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-2-Art1.pdf</a> . Acesso em 30 dez. 2016
Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. <b>Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social</b> , Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, jul/ago/set. 2008.
FONTES, Paulo. Ruínas industriais e memórias em uma "favela fabril" carioca. <b>História Oral</b> , Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.11-35, jan/jun. 2011.
COMPANS, Rose. A regularização fundiária de favelas no Estado do Rio de Janeiro. <b>Revista Rio de Janeiro</b> , Rio de Janeiro, n.9, p.41-53, jan./abr. 2003. Disponível em <a href="http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_041.pdf">http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_041.pdf</a> . Acesso em 12 jan. 2017
DAFLON, Rogério. A 'Rambla' de Manguinhos. <b>O Globo</b> , Rio de Janeiro. 03 out. 2008. Rio, p.22.
Como é a vida em Cidade Nova, área mais populosa da Rocinha, que tem a marca de 4,7 metros quadrados por morador. <b>Extra.</b> Rio de Janeiro, 9 dez. 2010a, Notícia/Rio. Disponível em: <a href="http://extra.globo.com/noticias/rio/como-a-vida-em-cidade-nova-area-mais-populosa-da-rocinha-que-tem-marca-de-47-metros-quadrados-por-morador-170466.html#ixzz4NLgkb300">http://extra.globo.com/noticias/rio/como-a-vida-em-cidade-nova-area-mais-populosa-da-rocinha-que-tem-marca-de-47-metros-quadrados-por-morador-170466.html#ixzz4NLgkb300</a> . Acesso em 29 dez. 2016
Refazendo Tudo. <b>Revista O Globo</b> . Rio de Janeiro, 15 nov. 2010b, Cidade, p.14.
"O conflito entre o social e o ambiental é falso". <b>Canal Ibase</b> . Rio de Janeiro, 27 jun. 2013. Disponível em <a href="http://www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/">http://www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/</a> . Acesso em 19 jan. 2017.
As cores da desigualdade nas favelas pacificadas. <b>O Globo</b> . Rio de

Morro Dona Marta: primeira favela com UPP sofre com esgoto. O Globo.
Rio de Janeiro, 28 nov. 2012, Rio. Disponível em:
< http://oglobo.globo.com/rio/morro-dona-marta-primeira-favela-com-upp-sofre-com-
esgoto-6855247>. Acesso em 29 dez. 2016.
<b>O Globo.</b> Rio de Janeiro, 26 set. 2009, Rio. p. 14
DAVIS, Mike. Planeta favela. 1 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 272p.

DE LÉO, Otávio Cabrera; OLIVEIRA, R. M.; BRUNO, P. R. de Abreu. Implicações socioambientais do uso do solo urbano nas adjacências das APPs do Rio Faria-Timbó nas Comunidades de Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ. In. Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, 3, 10-13 set. 2014. Belém. Anais III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. Belém: APP Urbana 2014. 17f. Disponível em <a href="http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT4-167-89-20140528202914.pdf">http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT4-167-89-20140528202914.pdf</a>. Acesso em 12 jan. 2017

DINIZ, Daiane. Entrevista. Rio de Janeiro, 06 abr. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

DINIZ, Flavia Cristiane. Entrevista. Rio de Janeiro, 06 abr. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

EVANGELISTA, Patrícia. **Fórum Social de Manguinhos**. Cerimônia de assinatura do Pacto pela Cidadania Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 11 nov. 2008. Discurso publicado no portal Conhecendo Manguinhos. Disponível em <a href="http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/discurso patricia cef 11 nov 0.p">http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/discurso patricia cef 11 nov 0.p</a> df. Acesso em 13 jan. 2017.

EXTRA. Jornal Extra. Governo do Estado divulga censo do PAC no Alemão e em Manguinhos. **Extra**. Rio de Janeiro. 04 jun. 2009, Rio. Disponível em <a href="http://extra.globo.com/noticias/rio/governo-do-estado-divulga-censo-do-pac-no-alemao-em-manguinhos-295381.html">http://extra.globo.com/noticias/rio/governo-do-estado-divulga-censo-do-pac-no-alemao-em-manguinhos-295381.html</a>. Acesso em 13 jan. 2017

FERNANDES, Adriana. Governo garante rentabilidade mínima de 0,5% para poupança. **ESTADÃO**. São Paulo, 31 jan. 2008, Geral. Disponível em <a href="http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-mostra-brasil-com-mais-de-11-milhoes-de-favelados,1">http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-mostra-brasil-com-mais-de-11-milhoes-de-favelados,1</a>. Acesso em 30 dez. 2016

FERNANDES, Edesio. Entrevista. Rio de Janeiro, 03 jun. 2016b. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

FERNANDES, Edesio. Entrevista. Rio de Janeiro, 22 jan. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

\_\_\_\_\_. ALFONSIN, Betânia. **Direito urbanístico**: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Tempo**, Niterói, v.17, n. 34, p. 117-133, 2012.

FÓRUM SOCIAL DE MANGUINHOS. Dossiê-Manifesto de Avaliação-Propositiva 11 Meses do PAC-Manguinhos: Manifesto do Fórum Social de Manguinhos pela Garantia de Direitos Humanos em Avaliação aos primeiros 11 meses do PAC-Manguinhos. **Agência de Notícias das Favelas**. Rio de Janeiro, 3 fev. 2009a. Disponível em <a href="http://www.anf.org.br/dossie-manifesto-de-11-meses-do-pac-manguinhos/">http://www.anf.org.br/dossie-manifesto-de-11-meses-do-pac-manguinhos/</a>. Acesso em 12 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Informes de reunião realizada em 14 de abril de 2009. Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em

http://www.grupos.com.br/group/agendaredutora/Messages.html?action=download&year=09&month=5&id=1241618255962967&attach=Registro\_Forum\_de\_Manguinhos\_14\_abr\_2009\_%5B1%5D.doc. Acesso em 13 jan. 2007.

FREITAS, Clarissa. Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 109-125, jan./abr. 2014. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci</a> arttext&pid=S2175-33692014000100009>. Acesso em 30 dez. 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP. Relatório. **PAC MANGUINHOS**: Problemas não resolvidos e recomendações. Rio de Janeiro, abr. 2016. Disponível em <a href="http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/def4d76a79608f7d45a76aea18030c016661f48b.PDF">http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/def4d76a79608f7d45a76aea18030c016661f48b.PDF</a>). Acesso em 12 jan. 2017.

GALDO, Rafael; DAFLON, Rogério. Famílias moram na beira de cursos d'água sob ameaça de poluição e enchentes. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2012, Economia/Rio +20. Disponível em <a href="http://oglobo.globo.com/economia/rio20/familias-moram-na-beira-de-cursos-dagua-sob-ameaca-de-poluicao-enchentes-5305961">http://oglobo.globo.com/economia/rio20/familias-moram-na-beira-de-cursos-dagua-sob-ameaca-de-poluicao-enchentes-5305961</a>>. Acesso em 29 dez. 2016.

GARCIA, Iara. O Código Florestal Brasileiro e suas Alterações no Congresso Nacional. **GeoAtos – Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.12, v.1, p.54-74, jan/jun. 2012. Disponível em <a href="http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/1754/iarama">http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/1754/iarama</a>. Acesso em 30 dez. 2016

GONÇALVES, Carolina. Cabral admite ação de traficantes no sorteio de imóveis do PAC em Manguinhos. **Agencia Brasil: Empresa Brasil de Comunicação.** Rio de Janeiro, 16 jan. 2012, Nacional. Disponível em <a href="http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-01-16/cabral-admite-acao-de-traficantes-no-sorteio-de-imoveis-do-pac-em-manguinhos">http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-01-16/cabral-admite-acao-de-traficantes-no-sorteio-de-imoveis-do-pac-em-manguinhos</a>. Acesso em 30 dez. 2016

GONÇALVES, Rafael. **Favelas do Rio de Janeiro**: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013, 408 p.

\_\_\_\_\_. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de obras de 1937. In. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo 9, 4-6 set. 2006. São Paulo. **Anais IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo. 2006. 22f. Disponível em <a href="http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/1162/1137">http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/1162/1137</a>. Acesso em 13 jan. 2017.

GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot; BARBOSA, Paula Sousa de Oliveira; BRITTO, Ana Lucia Nogueira de Paiva. O ordenamento das APPs urbanas na região da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro: propostas e limites do Projeto Iguaçu. In. Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, 3, 10-13 set. 2014. Belém. Anais III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. Belém: APP Urbana 2014. 17f. Disponível em <a href="http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT4-258-67-20140523003124.pdf">http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT4-258-67-20140523003124.pdf</a>

GRANJA, Patrick. PAC da repressão: Incertezas do Mandela de Pedra. **A Nova Democracia**. Ano VI, n. 41, mar. 2008. Disponível em <a href="http://anovademocracia.com.br/no-41/1587-pac-da-repressao-incertezas-do-mandela-de-pedra">http://anovademocracia.com.br/no-41/1587-pac-da-repressao-incertezas-do-mandela-de-pedra</a>. Acesso em 30 dez. 2016.

GREGÓRIO, Cristiano Santos. Entrevista. Rio de Janeiro, 15 abr. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

GUIMARÃES, Wanderson. Entrevista. Rio de Janeiro, 14 set. 2015. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

HARVEY, David. O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas. **Espaço & Debates,** São Paulo, Ano II, n.6, p.6-35, jun/set. 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notas técnicas. Aglomerados subnormais: Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd</a> 2010 aglomerados subno <a href="mais.pdf">mais.pdf</a>. Acesso em 29 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notas técnicas. Aglomerados subnormais: Informações territoriais**. Rio de Janeiro, 2011.

Disponível em
ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\_Demografico\_2010/Aglomerados\_subnormais/Aglomerados\_subnormais\_informacoes\_territoriais/notas\_tecnicas.pdf. Acesso em 29 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: Aglomerados Subnormais. Informações Territoriais. Apresentação. [201-?]. Disponível em <a href="http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000001516481120">http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000001516481120</a> <a href="2013480105748802.pdf">2013480105748802.pdf</a>. Acesso em 12 jan. 2017.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Faixa Marginal de proteção**. Instituto Estadual do Ambiente, Rio de Janeiro: INEA, 2010. Disponível em <a href="http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Licenciamento/RecursosHidricos/FaixaMarginaldeProtecaoFMP/index.htm&lang=PT-BR">http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Licenciamento/RecursosHidricos/FaixaMarginaldeProtecaoFMP/index.htm&lang=PT-BR</a>>. Acesso em 30 dez. 2016.

JULBERG, Ruth. Entrevista. Rio de Janeiro, 17 set. 2015. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS. Enchentes: Por Que Ocorrem e o Que Fazer. **LTM**. Rio de Janeiro, Saúde, Ambiente & Desenvolvimento. [201-?]. Disponível em <a href="http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=saude-enchentes">http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=saude-enchentes</a>. Acesso em 30 dez. 2016

LOPES, Sheryda. Injustiça - Entendendo racismo ambiental. **O Estado.** Fortaleza. 05 jun. 2014. Disponível em <a href="http://www.oestadoce.com.br/cadernos/oev/injustica-entendendo-o-racismo-ambiental">http://www.oestadoce.com.br/cadernos/oev/injustica-entendendo-o-racismo-ambiental</a>. Acesso em 19 jan. 2017

MAGALHÃES, Alex Ferreira. **O Direito das Favelas**. 1 Ed. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2014. 494p

MARICATO, Ermínia. A reforma urbana, 33 anos depois. In. **Conferência Brasileira para Habitat II: Assentamentos mais Humanos**, 9-12 maio 1996. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, 1996. Disponível em <a href="https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/05/revista\_fna.pdf">https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/05/revista\_fna.pdf</a>. Acesso em 30 dez. 2016.

Metrópole, legislação e desigualdade. <b>Estudos Avançados</b> ; São Paulo
v.17, n.48, p.151-166. 2003. Disponível em
http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf. Acesso em 13 jan. 2017.
Especulação imobiliária exclui população pobre. ABCD MAIOR, Rio de
Janeiro, 09 jun. 2012. Entrevista concedida a Carol Scorce. Disponível em
<a href="http://www.abcdmaior.com.br/materias/cidades/especulacao-imobiliaria-exclui-">http://www.abcdmaior.com.br/materias/cidades/especulacao-imobiliaria-exclui-</a>
população-pobre> Acesso em 30 dez 2016

MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. **Urbanização sim, remoção não**: a atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. 2014. 218f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense., Niterói, 2014.

MIRANDA, Anaiza Helena Malhardes. APP em área urbana consolidada. **Boletim Eletrônico IRIB**, São Paulo, BE3230, 23 jan. 2008. Disponível em <a href="http://www.irib.org.br/boletins/detalhes/584">http://www.irib.org.br/boletins/detalhes/584</a>. Acesso em 12 jan. 2017.

MOURA, Josefa. Entrevista. Rio de Janeiro, 14 set. 2015. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

NOBRE, Ana Luiza. Guerra, paz e o elevador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 dez. 2010. Prosa e Verso. p.6

NUNES, Maria Julieta. Ano 2010: visão panorâmica das políticas governamentais voltadas à favela Maria Julieta Nunes. In. SEMANA PUR, 16, 20-24 set. 2010. Rio de Janeiro. **Anais XVI Semana PUR. Rio de Janeiro: um território em disputa.** Rio de Janeiro: IPPUR, 2010. 21f. Disponível em <a href="http://www.ippur.ufrj.br/download/semana\_pur\_2010/completos/Julieta.pdf">http://www.ippur.ufrj.br/download/semana\_pur\_2010/completos/Julieta.pdf</a>>. Acesso em 29 dez. 2016.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de ciência e tecnologia. Livro sobre remoções desagrada prefeito do Rio. **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro. 06 ago. 2016. Notícias. Disponível em <a href="http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\_k2&view=item&id=1285">http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\_k2&view=item&id=1285</a> :livro-sobre-remo%C3%A7%C3%B5es-desagrada-prefeito-do-rio&Itemid=164#. Acesso em 12 jan. 2017.

OLIVEIRA, Aercio Barbosa. Entrevista. Rio de Janeiro, 14 jan. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

PESSOA, Alexandre. Entrevista. Rio de Janeiro, 14 jan. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

PIVETTA, Fatima; PORTO, Marcelo Firpo. PAC-Manguinos: Como promessa, como desconfiança, como esperança. **Boletim CESTEH**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 2, maio 2008. Disponível em

http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/PACboletimCESTEHfinal\_0.pdf. Acesso em 12 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. ZANCAN, Lenira; GUIMARÃES, Gleide (Orgs.). **PAC Manguinhos:** um relato fotográfico 2008-2010. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2012. 146p.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; CUNHA, Marize Bastos da; PIVETTA, Fatima; ZANCAN, Lenira; FREITAS, Jairo Dias de. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. **Serviço Social e Sociedade**,São Paulo, n.123, p.523-543, jul/set. 2015. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0523.pdf">http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0523.pdf</a>. Acesso em 19 jan. 2017

RANDOLPH, Rainer. Determinações estratégicas e potencialidades de transformação do programa Favela-Bairro. **GEOgraphia**, Niterói, vol.3, n.5, 2001. Disponível em

http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/55/53. Acesso em 13 jan. 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 42.356, 16-03-2010. Dispõe sobre o tratamento e a demarcação das faixas marginais de proteção nos processos de licenciamento ambiental e de emissões de autorizações ambientais no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Lex**. Rio de Janeiro. RJ: [s.n.]. 2010

\_\_\_\_\_. Constituição (1989). Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Daniela. Entrevista. Rio de Janeiro, 21 mai. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

ROLNIK, Raquel. Democracia no Fio na Navalha: limites e possibilidades de implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**, Paraná, p.31-50,v.11, n.2, nov. 2009. Disponível em <a href="http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/2194063PB.pdf">http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/2194063PB.pdf</a>>. Acesso em 30 dez. 2016.

RONCO, Adriana Patrícia; LINHARES, Sheila Cristina Borges. A evolução territorial na região de Manguinhos. **Cadernos Unisuam**, Rio de Janeiro, p.50-62, v.2, n.1, jun. 2012. Disponível em

<apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/cadernosunisuam/article/download/111/295> . Acesso em 13 jan. 2017.

SILVA, Jane. Entrevista. Rio de Janeiro, 16 out. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Marcia Perreira. Sociedade e Estado. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?.**Sociedade e Estado,**Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/04.pdf">http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/04.pdf</a>. Acesso em 30 dez. 2016.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. 2008. 447f. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008

SOUZA, JOSÉ LEONÍDIO. Entrevista. Rio de Janeiro, 05 set. 2015. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

TOLEDO, Luiz Carlos. Entrevista. Rio de Janeiro, 15 out. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

TOSTA, Wilson. IBGE mostra Brasil com mais de 11 milhões de favelados. **Estadão**, São Paulo. 06 nov. 2013. Geral. Disponível em <a href="http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-mostra-brasil-com-mais-de-11-milhoes-de-favelados,1093778">http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-mostra-brasil-com-mais-de-11-milhoes-de-favelados,1093778</a>. Acesso em 12 jan. 2017

TRINDADE, Claudia Peçanha. Política Pública e o Direito à Cidadania em Manguinhos, zona Norte do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 22-26 jul. 2013, Natal. **Anais XXVII Simpósio Nacional de História:** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013. 17f. Disponível em <a href="http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371340784">http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371340784</a> ARQUIVO Claudia <a href="http://www.snh2013.pdf">TrindadeAnpuh2013.pdf</a>. Acesso em 12 jan. 2917

" <b>Não se faz omelete sem quebrar os ovos</b> ": Política Pública e Participação Social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. 2012. 260f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universid Federal Fluminense, Niterói, 2012.	ade
COSTA, Renato Gama-Rosa; FERNANDES, Tania Maria. Memória e conflitos sociais no espaço urbano - Manguinhos/ Rio de Janeiro. In: Encontro História da ANPUH-Rio, 8, 04-07 ago. 2007. Rio de Janeiro. Anais XIII Encor História da Anpuh-Rio: Identidades. Rio de Janeiro: ANPUH, 2007. 11f. Disponível em <a href="http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1214230187_ARG TextocompletoAnpuh2008ClaudiaPecanhadaTrindade2.pdf">http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1214230187_ARG TextocompletoAnpuh2008ClaudiaPecanhadaTrindade2.pdf</a> . Acesso em 30 de 2016	o ntro de QUIVO_

UFRJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional; QUEIROZ, Luiz Cesar de (Coord.) Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Rio de Janeiro, maio 2009. Disponível em <a href="http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/relatorio\_RMRJ.pdf">http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/relatorio\_RMRJ.pdf</a>. Acesso em 12 jan. 2017

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. **Da "chuva atípica" à "falta de todo mundo"**: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. 2013. 309f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

VIANA, Edgard Anderson. Entrevista. Rio de Janeiro, 15 abr. 2016. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

VIEGAS, Rodrigo N. **Desigualdade Ambiental e "Zonas de Sacrifício"**. PPGSA/IFCS – UFRJ. Rio de Janeiro. 21p. Artigo. Disponível em <a href="https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade\_ambiental\_zonas\_sacrificio.pdf">https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade\_ambiental\_zonas\_sacrificio.pdf</a>. Acesso em 19 jan. 2017

VIEIRA, Isabela. Ativista em favela, mãe de suspeito de matar médico nega ter abandonado o filho. **Portal EBC: Agência Brasil.** Rio de Janeiro. 24 de maio de 2015. Direitos Humanos. Disponível em <a href="http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-05/ativista-em-favela-mae-de-suspeito-de-matar-medico-nega-ter">http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-05/ativista-em-favela-mae-de-suspeito-de-matar-medico-nega-ter</a>. Acesso em 12 jan. 2017

VILANOVA, Maria Amélia. Entrevista. Rio de Janeiro, 07 ago. 2015. Entrevista concedida ao autor do trabalho acadêmico Rogério Santos Daflon Gomes.

VILLELA, Flávia. Pequenos rios e canais poluídos de seis municípios da Baixada Fluminense serão desassoreados e limpos. **Agência Brasil: Empresa Brasil de Comunicação**. Rio de Janeiro, 23 mar. 2012, Meio Ambiente. Disponível em <a href="http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-03-28/pequenos-rios-e-canais-poluidos-de-seis-municipios-da-baixada-fluminense-serao-desassoreados-e-limpos.">http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-03-28/pequenos-rios-e-canais-poluidos-de-seis-municipios-da-baixada-fluminense-serao-desassoreados-e-limpos.</a> Acesso em 29 dez. 2016.

## ANEXO I – Média de pessoas por domicílio

	Tabela	3379 -			
	Ano =	2010			
Variável					
Média de moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (Pessoas)	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (Unidades)	Brasil e Município		
3,54	11.425.644	3.224.529	Brasil		
3,26	1.393.314	426.965	Rio de Janeiro - RJ		
	os particulares permanentes, N Média de moradores em domic	loradores em domicílios particular ílios particulares permanentes	res permanentes e		
Ano = 2010					
Variável					
Média de moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Brasil e Município		
3,31	189.790.211	57.324.167	Brasil		
2,93	6.283.486	2.144.445	Rio de Janeiro - RJ		

Fonte: IBGE - Censo Demográfico